

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS SUDESTE – MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA

WANDER OLIVEIRA MELO

**POLÍTICA ESTADUAL E PODER LOCAL: OS EFEITOS DA REVOLUÇÃO DE
1930 NA RECONFIGURAÇÃO DE PODER EM MORRINHOS, GOIÁS.**

**MORRINHOS
2021**

WANDER OLIVEIRA MELO

**POLÍTICA ESTADUAL E PODER LOCAL: OS EFEITOS DA REVOLUÇÃO DE
1930 NA RECONFIGURAÇÃO DE PODER EM MORRINHOS, GOIÁS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em História da Universidade Estadual de
Goiás, Câmpus Sudeste, sede Morrinhos, como requisito
para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Meira.

Linha de Pesquisa: Cultura e Relações de Poder.

**MORRINHOS
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

MELO, Wander Oliveira.

Política Estadual e Poder Local: Os Efeitos da Revolução de 1930 na Reconfiguração de Poder em Morrinhos, Goiás.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em História, nível Mestrado. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudeste – Morrinhos, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Meira.

Inclui Referências.

1. História. 2. Revolução de 1930. 3. Morrinhos. 4. Política Local. 5. Memória

WANDER OLIVEIRA MELO

**POLÍTICA ESTADUAL E PODER LOCAL: OS EFEITOS DA REVOLUÇÃO
DE 1930 NA RECONFIGURAÇÃO DE PODER EM MORRINHOS, GOIÁS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em História da Universidade Estadual de
Goiás, Câmpus Sudeste, sede Morrinhos, como requisito
para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Meira.

Linha de Pesquisa: Cultura e Relações de Poder.

Aprovado em ____/____/_____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Júlio Cesar Meira
(Orientador – PPGHIS/UEG)

Prof. Dr. André Luiz Caes
(Membro Interno – PPGHIS/UEG)

Prof. Dr. Tadeu Pereira dos Santos
(Membro Externo) Departamento de História/Câmpus Rolim de Moura-UNIR
Fundação Universidade Federal de Rondônia

DEDICATÓRIA

À minha esposa Janice, a meu enteado João Gabriel, aos meus pais, aos meus irmãos e ao meu padrinho, por estarem sempre ao meu lado, dando força e apoio durante toda a caminhada para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aqui nesse espaço, resta-me agradecer a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Ao meu amigo, confrade e orientador Prof. Dr. Júlio Cesar Meira, por ter me guiado pelos caminhos do conhecimento histórico, emprestando-me a sua intelectualidade para que eu, como aprendiz, pudesse pisar em terrenos mais firmes, estendo minha gratidão.

Ao amigo e confrade Prof. Ms. José Henrique Rodrigues Machado, pela prestimosidade gramatical e de ideias, desde o início deste projeto. Aqui iniciamos o pensamento e a jornada juntos e, por certo, estamos concluindo este importante ciclo.

Ao Curso de História da UEG, por ter me recebido, primeiramente como aluno na graduação e, por final, em seu curso de Mestrado. De forma muito especial, agradeço a todos os professores, por me proporcionarem tantas reflexões e conhecimentos, não apenas racionais, mas na manifestação do caráter e afetividade pela educação no processo de formação profissional.

Ao Professor Dr. André Luiz Caes e o Professor Dr. Hamilton Afonso de Oliveira pelos apontamentos no momento da Qualificação.

À minha família, divido com vocês essa importante conquista!

E a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram com o sucesso deste trabalho, sou eternamente grato.

MELO, Wander Oliveira. **Política Estadual e Poder Local: Os Efeitos da Revolução de 1930 na Reconfiguração de Poder em Morrinhos, Goiás.** 2021. 100f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudeste – Morrinhos/GO, 2021.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar os efeitos da Revolução de 1930 na troca de poder das oligarquias locais da cidade de Morrinhos, Goiás. Partimos da constatação de que a chegada de Getúlio Vargas à presidência provocou uma mudança de poderio nos estados, como foi o caso de Goiás, onde foi nomeado interventor o médico Pedro Ludovico Teixeira, de uma família tradicional da política da cidade de Rio Verde, no sudoeste goiano. A chegada ao governo de Pedro Ludovico representou a derrocada das oligarquias até então dominantes, como os Bulhões e os Caiado e, iniciou o processo de transferência do domínio político da cidade de Vila Boa de Goiás, então capital do estado, e a construção de Goiânia, nova capital planejada pelo interventor, tornou-se permanente. Essa pesquisa se insere com a tratativa de compreender os efeitos dessa troca de chefia no município de Morrinhos, sul de Goiás. Controlado politicamente pelo coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, o “grupo do sul”, aliado episódico das oligarquias da antiga capital, ocupou, por mais de quinze anos, a vice-presidência do estado, mesmo tendo eleito três governadores, entre 1901 e 1930, além de ter dominado o poder executivo e legislativo localmente, durante todo o período. A partir de 1930, esse arranjo político foi desfeito, permitindo a ascensão de grupos políticos secundários. A pesquisa se justifica pelo fato de entendermos que o caso de Morrinhos é representativo dos outros processos de transferência de liderança política na mesma época em Goiás. A pesquisa pretende se valer de uma ampla tradição historiográfica sobre a época em Goiás, particularmente as análises de Francisco Itami Campos, Nasr Chaul, entre outros. Além disso, a pesquisa se baseia em fontes e documentos de arquivos públicos e privados, bem como nos periódicos da época.

Palavras-chave: História. Revolução de 1930. Morrinhos. Política Local. Memória.

MELO, Wander Oliveira. **State Policy and Local Power: The Effects of the 1930 Revolution on the Reconfiguration of Power in Morrinhos, Goiás.** 2021. 100f. Dissertation (Master in History) - State University of Goiás, Southeast Campus – Morrinhos/GO, 2021.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the effects of the 1930 Revolution on the exchange of power of the local oligarchies in the city of Morrinhos, Goiás. We start from the observation that the arrival of Getúlio Vargas to the presidency caused a change of power in the states, as was the case with the case of Goiás, where physician Pedro Ludovico Teixeira, from a traditional political family in the city of Rio Verde, in southwestern Goiás, was appointed intervener. The arrival of Pedro Ludovico in government represented the overthrow of the hitherto dominant oligarchies, such as the Bulhões and Caiado, and started the process of transferring the political domain of the city of Vila Boa de Goiás, then capital of the state, and the construction of Goiânia, the new capital planned by the interventor, became permanent. This research is part of the attempt to understand the effects of this change of leadership in the municipality of Morrinhos, south of Goiás. Politically controlled by Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, the “southern group”, an episodic ally of the oligarchies of the former capital, occupied, for more than fifteen years, the vice presidency of the state, despite having elected three governors between 1901 and 1930, in addition to having dominated the executive and legislative powers locally throughout the period. From 1930 onwards, this political arrangement was dismantled, allowing the rise of secondary political groups. The research is justified by the fact that we understand that the case of Morrinhos is representative of other processes of political leadership transfer at the same time in Goiás. The research intends to draw on a broad historiographical tradition about the time in Goiás, particularly Francisco's analysis. Itami Campos, Nasr Chaul, among others. In addition, the research is based on sources and documents from public and private archives, as well as on periodicals of the time.

Keywords: history. 1930 Revolution. Morrinhos. Local policy. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	José Xavier de Almeida, Presidente de Goiás entre 1901 e 1905 (c. 1900).	25
Figura 02	Senador Leopoldo de Bulhões	27
Figura 03	Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado)	28
Figura 04	Parte da Representação Goiana no Senado e Câmara Federal em 1918	29
Figura 05	Pedro Ludovico Teixeira	33
Figura 06	Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes (c. 1880)	45
Figura 07	Recibo com Nome do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes (c. 1870) .	48
Figura 08	Coronel Pedro Nunes da Silva – 1884 (c. 1870)	51
Figura 09	Carta Patente Pedro Nunes da Silva (1916)	52
Figura 10	Senador Hermenegildo Lopes de Moraes Filho (c. 1915)	54
Figura 11	Dr. Alfredo Lopes de Moraes (c. 1916)	57
Figura 12	Coronel Fernando Barbosa (c. 1933)	63
Figura 13	These - Faculdade de Medicina da Bahia (c. 1915)	67
Figura 14	Dedicatória aos Pais (c. 1915)	68
Figura 15	Dedicatória de Sylvio de Mello para o Cel. Pedro Nunes (c. 1915)	69
Figura 16	Missa de Reinauguração da Usina (c. 1930)	72
Figura 17	Reinauguração da Usina (c. 1930)	73
Figura 18	Talão de Energia da Empresa Força e Luz de Morrinhos de Propriedade do Dr. Sylvio Gomes de Mello (c. 1950)	74
Figura 19	Sylvio Gomes de Mello (c. 1923)	75
Figura 20	Casa de Saúde e Maternidade Sylvio de Mello (c. 1935)	76
Figura 21	Carta de Juscelino Kubitschek para Sylvio de Mello (c. 1961)	78
Figura 22	Pedro Ludovico Desafia o Governador Desfeita e Humilhação na Recusa a Sylvio (c. 1958)	80
Figura 23	Guilherme Xavier de Almeida (c. 1936)	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Dr.	Doutor
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Cel.	Coronel
Cia	Companhia
D.	Dom
SIM	Serviço de Integração do Menor
St ^a .	Santa
BR	Brasil
Av.	Avenida
HPS	Lâmpada de Descarga em Alta Pressão de Sódio
AL	Alagoas
PSR	Partido Social Republicano
GO	Goiás
FGV	Fundação Getúlio Vargas
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Srs.	Senhores
UDN	União Democrática Nacional
PSP	Partido Social Progressista
Sr.	Senhor
V. Exa.	Vossa Excelência
PSD	Partido Social Democrático
IHGG	Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
JK	Juscelino Kubitschek
Art.	Artigo
§	Parágrafo
TRE	Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A REVOLUÇÃO DE 1930 E SEUS REFLEXOS EM GOIÁS	17
2.1	A República Velha em Goiás e o Coronelismo	24
2.2	Pedro Ludovico: Biografia e Trajetória Política	33
2.3	As Mudanças de Oligarquias em Goiás e em Morrinhos após 1930	41
3	A POLÍTICA EM MORRINHOS NA REPÚBLICA VELHA	43
3.1	O Município de Morrinhos: do Império à República Velha	43
3.2	A Aliança Familiocrática do Coronel Pedro Nunes da Silva	50
3.3	Projeção Política de Hermenegildo Lopes de Moraes Filho	53
3.4	Ascensão Política de Alfredo Lopes de Moraes	56
3.5	Contexto Político de José Xavier de Almeida	58
3.6	Gestão Política do Coronel Fernando Barbosa	61
3.7	Dr. Sylvio Gomes de Mello e a Aliança Liberal	64
4	REARRANJO DO PODER POLÍTICO APÓS 1930	65
4.1	Sylvio Gomes de Mello: De Forasteiro a Chefe Político de Morrinhos	66
4.2	Guilherme Xavier de Almeida e as Contingências de Poder	85
5	CONCLUSÃO	94
6	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

A produção historiográfica goiana, referente ao tema que iremos abordar, é restrita, uma vez que o nosso foco de estudo será a história política local de Morrinhos. Nesse tocante, são poucos os historiadores que abordaram essa temática dentro da linha temporal proposta. A maioria do material encontrado advém de narrativas dos memorialistas locais e escritores que, superficialmente, relatam fragmentos políticos sobre esse período. Diante dessa realidade, evidencia-se uma lacuna textual na construção do processo de documentação histórica.

Em face deste lapso temporal, debruçaremos nossos estudos na investigação das transformações políticas ocorridas no município de Morrinhos, sul de Goiás, logo após o ano de 1930. Nesse seguimento, a pesquisa tem como objeto de investigação os efeitos das mudanças causadas pela Revolução de 1930 em Goiás, em que se coloca no poder, como interventor, o médico Pedro Ludovico Teixeira.

O ponto de partida a ser examinado será o poder local do município de Morrinhos, que fora exercido por cerca de quarenta anos pelo coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e seus familiares e agregados, denominado “grupo do sul”, o qual mantivera laços estreitos com as oligarquias da antiga capital do estado durante todo esse tempo, tendo, inclusive, exercido o poder máximo no executivo estadual em três ocasiões, diretamente ou por meio de aliados, formando uma verdadeira oligarquia local com laços estaduais e federais, já que elegeu no período também deputados federais e até um senador. Com a queda das oligarquias dominantes na capital do estado, certamente houve reflexos locais, com a transição do poder para as mãos do grupo liderado pelo médico Sylvio Gomes de Mello.

Nesse contexto, é importante ressaltar a descrição do memorialista José Afonso Barbosa (2017) ao relatar que:

Em 1934, Sylvio Gomes de Mello adere ao Governo da Revolução de 1930, adesão esta avalizada por seu irmão mais moço Taciano Gomes de Mello, líder político de Pires do Rio (1922), já nessa época desfrutando de vasto prestígio político junto ao Interventor Federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (BARBOSA, 2017, p. 246).

Em acréscimo, Zilda Diniz Fontes (1980) narra em seus escritos que, por intermédio da “adesão à Aliança Liberal, Sylvio de Mello torna-se o novo chefe da política local, cargo que lhe dá condições de nomear como prefeito de Morrinhos, seu irmão Dr. Eusébio Gomes de Mello, no ano de 1934”. (FONTES, 1980, p. 36).

Sintomaticamente, a transferência de poder, que à primeira vista pareceria a derrocada da oligarquia dominante até 1930, em breve passaria por um rearranjo interno, a ponto de, dois

anos depois (1936), Guilherme Xavier de Almeida, neto do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e filho do ex-governador José Xavier de Almeida, passa a integrar a base de apoio de Pedro Ludovico, tendo sido deputado estadual e prefeito de Morrinhos por quase uma década.

A partir dessas constatações iniciais, fundamentamos os questionamentos que orientarão o percurso desde estudo, especificando: até que ponto o rearranjo da política local morrinhense, após o ano de 1930, representou uma ruptura com as oligarquias dominantes até então? A chegada ao poder no município de um membro do antigo clã dominante da política local e regional foi um rearranjo entre as antigas e novas oligarquias ou representou a adesão individual a um novo projeto político? Tendo ocupado um lugar de destaque na política estadual durante toda a República Velha, qual o novo papel do município de Morrinhos a partir de 1930? De que forma o discurso da Modernidade impactou a política e a economia locais?

Preliminarmente, destacamos a importância de autores da historiografia goiana para entender o período, principalmente as mudanças no campo político em Goiás no pós-1930. Dentre eles citamos Palacín e Moraes (1994), para quem:

A Revolução de 30, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o estado. É um marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não se operou, imediatamente, no campo social, mas no campo político (PALACÍN e MORAES, 1994, p. 102).

Os autores sustentam que a mudança de comando retirou as antigas oligarquias locais do poder, relacionadas e responsabilizadas pela situação de atraso e decadência que o discurso intervencionista havia implantando. Essa também é a visão de David Maciel (1997), que demonstrou como esse discurso encontrou aderência, sendo fundamental para fazer a relação de seu próprio projeto político com os temas da modernização e progresso, no que é secundado por Chaul (1997).

Tratando especificamente da relação da política local com o cenário mais abrangente do poder estadual, destacam-se as obras acadêmicas dos pesquisadores Eron Meneses de Amorim (2015), fruto de sua dissertação de mestrado; Hamilton Afonso de Oliveira (2006), Júlio Cesar Meira (2017), que centraram suas teses de doutorado na compreensão das questões econômicas e políticas do município e região sul de Goiás, desde o início do século XX.

Além da historiografia goiana, a literatura local, em sua maioria memorialista, será fundamental para a compreensão das mudanças locais. Autores como Zilda Diniz Fontes (1980), José Afonso Barbosa (2017), Andrey Oliveira Melo (et al. 2014), entre outros, que colocaram como análise a trajetória política do município de Morrinhos no centro de suas preocupações literárias, tendo, inclusive, fornecidos dados importantes da localização de documentos e fontes essenciais para a pesquisa. Mesmo que o objetivo deles não tivesse sido a

análise criteriosa necessária para um texto acadêmico que se pudesse chamar de pesquisa historiográfica, suas obras relevam, também, um imaginário construído a respeito do lugar simbólico da própria cidade que acabou por se tornar central na própria memória oficial.

A perspectiva desta pesquisa é mapear os efeitos das mudanças decorridas pela Revolução de 1930 em Goiás, relacionando com as reconfigurações de poder e rearranjos da política no município de Morrinhos, que levou ao controle da política local um membro secundário do universo político morrinhense, o médico Sylvio Gomes de Mello.

Como objetivos específicos, apontaremos, as razões que levaram Pedro Ludovico Teixeira, de uma família que nunca estivera no centro do poder estadual, a se tornar o interventor de Getúlio Vargas em Goiás no movimento de 1930. Bem como realizar um balanço das ações e representações do grupo político liderado pela família do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes no período imediatamente anterior a 1930, e o papel que lhe coube com a mudança de poder em Morrinhos, após 1930.

Analisando o rearranjo de poder em Morrinhos após 1930, buscamos mapear os personagens envolvidos e o que isso significou em termos de importância política do município no quadro geral da política estadual.

Este estudo está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução e a última, as considerações finais. As seções numeradas de dois a quatro constituem o texto principal da pesquisa.

Na segunda seção, analisaremos os reflexos da revolução de 1930 em Goiás, apresentando as transformações políticas, econômicas e sociais que Goiás obteve nesse período. Tendo como pressupostos a conjuntura política no estado de Goiás, na República Velha (1889-1930), marcada pela dominação dos coronéis e oligarquias mais influentes. Destacando-se, nesta perspectiva, os Bulhões-Jardim, como modelo de coronelismo urbano, pois, não detendo o poder econômico da terra, dominaram a política em Goiás desde o final do Império até por volta de 1912, e os Caiado que chegaram ao poder, com a derrocada dos Bulhões, governando até 1930, quando Pedro Ludovico Teixeira assume como Interventor de Goiás, indicado por Vargas.

Dentre as várias biografias encontradas na literatura goiana sobre Pedro Ludovico Teixeira, optamos por narrar a mais completa, estabelecendo a partir desse ponto toda a trajetória política percorrida por Pedro Ludovico até sua chegada ao poder, com abordagem de sua vida política, tanto em âmbito nacional como local. Concatena-se a história política de Pedro Ludovico com as mudanças das oligarquias no poder, tanto em Goiás quanto em Morrinhos.

A terceira seção busca relacionar a conjuntura política dos movimentos de 1930, no Brasil e em Goiás, com as mudanças de poder no município de Morrinhos. Para isso, utilizaremos de pressupostos extraídos das narrativas de pesquisadores e escritores que voltaram seus estudos para a construção da história local; nesse sentido, discorreremos sobre a trajetória política de Morrinhos, a qual inicia-se com a vinda do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes para a cidade, ao enfatizar que foi por meio de sua influência política que o arraial conseguiu sua elevação à categoria de cidade.

Nessa perspectiva, analisaremos a estrutura estabelecida pelos Lopes de Moraes e sua atuação política e comercial, elevando Morrinhos a centro mercantil regional. Nesse seguimento, a estrutura familiar e parental estendeu-se a Pedro Nunes da Silva, que administrava os comércios locais do grupo do sul, chegando a ser chefe político do município e coronel.

Como estratégia política para consolidar-se e perpetuar-se o mandonismo, o coronel Hermenegildo encontrou nos estudos uma forma de assegurar sua extensão política por intermédio de seus filhos, encaminhando-os para cursar a faculdade de direito; nessa concepção, iremos dissertar sobre a projeção política de Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, chegando a ser Senador por Goiás, por mais de uma vez; no mesmo sentido, analisaremos a ascensão política de Alfredo Lopes de Moraes e os motivos que o levaram à sua renúncia do governo.

Não deixaremos de ressaltar a entrada para o clã do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, por laços matrimoniais, do jovem e atuante político José Xavier de Almeida. Nesse contexto, o declínio do grupo do sul se dá com a renúncia de Alfredo Lopes de Moraes, permitindo a ascensão política do coronel Fernando Barbosa ao cargo de prefeito municipal no processo de transição política, perdendo esse posto em 1934, no governo de Getúlio Vargas, quando ocorre a adesão do Dr. Sylvio Gomes de Mello à Aliança Liberal.

Na quarta seção, retomaremos o estudo das seções anteriores, abordando o contexto político que Morrinhos teve com a inserção de um novo chefe político. Nessa conjuntura, interpretaremos a reformulação e os rearranjos políticos feitos após 1930, com o governo estadual, buscando mapear os personagens envolvidos e o que isso significou em termos de importância política para o município, no quadro geral da política estadual. Para isso, propomos focar a pesquisa em dois personagens: Sylvio Gomes de Mello e Guilherme Xavier de Almeida. O primeiro, por tornar-se o novo chefe político de Morrinhos após 1930, organizando a política local em torno de si, mas, não necessariamente, rompendo totalmente com o grupo anterior. No tocante à atuação política de Guilherme Xavier de Almeida, o foco da pesquisa será mostrar como as relações de poder mudam, mas mantendo laços e características que, de certa forma,

se amoldam às conveniências e às necessidades políticas da administração pública.

Nesse seguimento, o aporte final preconiza a construção da história local a respeito de um momento histórico ainda não abordado pelo processo de documentação histórica. De fato, entendemos que a pesquisa sobre as relações políticas, as alianças e os arranjos de poder em Morrinhos, para além do significado local, contribuirá para que se entenda a forma como, à época, outros municípios também passaram por mudanças de poder.

Não que se pretenda que a experiência de Morrinhos possa ser transferida para outras localidades, muito menos que a concepção de representação, da forma como foi pensada pela micro-história – “História em Migalhas”, na formulação de François Dosse (1994) – possa ser empregada aqui, numa ideia de totalidade derivada.

Sobretudo, a narrativa se dispõe a ser parte de um estudo maior, continuando-se as investigações sobre o povoamento, a formação dos territórios e, posteriormente, municípios do sul de Goiás; suas relações sociais e econômicas, contribuindo para a consolidação de leituras da historiografia goiana ainda bastante centralizada em torno da capital do estado.

2 A REVOLUÇÃO DE 1930 E SEUS REFLEXOS EM GOIÁS

A expressão Revolução, no decorrer do estudo historiográfico, foi questionada por historiadores quanto à sua aplicação para classificar e/ou justificar os levantes políticos, econômicos e sociais ocorridos no decorrer da história. Para alguns pesquisadores, o termo correto a ser usado seria “Golpe” e para outros seria “Revolução”. Para tanto, antes de dissertarmos sobre o tema proposto, iremos tecer uma breve explicação sobre essa temática.

Até mesmo para nos posicionarmos no texto, partiremos das análises conceituais feitas por Hanna Arendt e Reinhart Koselleck e o diálogo que outros autores estabeleceram com eles.

Na formulação de um conceito de revolução, Hanna Arendt, em seus estudos, considera o processo revolucionário fator determinante de transformação que só acontece

Quando a mudança ocorre no sentido de criar um novo início, quando a violência é empregada para constituir uma forma de governo totalmente diferente e para gerar a formação de um novo corpo político, quando a libertação da opressão visa pelo menos à constituição da liberdade, é que se pode falar em revolução (ARENDR, 2011, p. 64).

A compreensão do conceito de revolução para Ricardo Luiz de Souza, ao dialogar com Arendt, se dá a partir da:

Perda de legitimidade por parte do regime vigente, da erosão da autoridade governamental e a incapacidade do governo em funcionar adequadamente colocam em questão sua legitimidade e abrem caminho ao processo revolucionário, que não é, contudo, inevitável neste contexto, mas depende dele para tornar-se viável (SOUZA 2016, p. 33 apud ARENDR, 1999, p. 64).

Nas pesquisas de Reinhart Koselleck (2006), os pressupostos que conceituam o termo revolução, formulam

Em primeiro lugar, o caráter de um “coletivo singular”. Assim como o conceito alemão *Geschichte*, que como “história em si” [*Geschichte schlechthin*] passou a abrigar, no decorrer da segunda metade do século XVIII, as possibilidades de todas as histórias singulares, revolução cristalizou-se como um coletivo singular que buscou concentrar em si as trajetórias de todas as revoluções particulares, tornando-se um conceito meta-histórico, “separando-se completamente de sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social (KOSELLECK, 2006, p. 69 – grifos do autor).

A partir dessa interpretação, o autor distingue revolução em suas derivações, da passagem do sentido de uma revolução política para uma revolução social. Mesmo que os movimentos e as lutas políticas tivessem momentos de instabilidade social, ganhou espaço a ideia de que o objetivo de uma revolução política seja a liberdade de todos os homens e a renovação da estrutura social.

Arendt (2011), ao analisar as duas revoluções, a americana e a francesa, acrescenta uma concepção contemporânea para revolução, destacando que o fundamental para a

compreensão do conceito moderno de revolução foi a convergência entre a ideia de liberdade e a experiência de um novo início.

Contudo, diante dos conceitos apresentados e das discussões de cunho teórico entre “golpe” e “revolução” dentro da linha temporal proposta, entende-se que qualquer levante com participação popular ou não na tomada do poder, era retratado como revolução. A partir dessa percepção, direcionamos nosso estudo para a Revolução de 30¹.

Na concepção de Vesentini (1997), a Revolução de 30, foi definida como um divisor de duas diferentes etapas da historiografia brasileira, indicando o fim de um período e anunciando o início de uma nova fase, marcada pelo despertar de novas ideologias. Ao mesmo tempo, foi formado um antagonista político - a política oligárquica - que atestou a Revolução de 30 como necessária e intérprete da vontade geral na nação. Segundo ele “o refazer da memória, legitima o poder vigente e define o campo de ação coletiva em um único lugar” (VESENTINI, 1997, p. 130-131). O autor ainda ressalta o papel dos documentos, dos discursos e da imprensa periódica na construção da memória do fato e de sua influência enquanto legitimadores do novo poder político instaurado a partir de então.

Entretanto, devemos observar que essas mudanças não constituem uma ideologia estabelecida, até por que não podemos pensar na Revolução de 1930 como uma fase ideológica definida, pois, no momento histórico em que os novos dirigentes arquitetaram o movimento revolucionário e o converteram em uma nova fase política vitoriosa, essas convicções ainda não se mantinham. Essa é a compreensão de Boris Fausto, para quem:

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo. Mas o reajuste, obtido após um doloroso processo de gestação [...] significa uma guinada importante no processo histórico brasileiro. A mudança das relações entre o poder estatal e a classe operária é a condição do populismo; a perda do comando político pelo centro dominante, associada à nova forma de Estado, possibilita, a longo prazo, o desenvolvimento industrial, no marco do compromisso; as Forças Armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia, em relação ao conjunto da sociedade (FAUSTO, 1976, p. 113).

¹ Referente aos eventos de 1930, existe uma extensa bibliografia, produzida a partir da década de 1960, que trata desses acontecimentos como golpe institucional, da qual destacamos: Nelson Werneck Sodré (1963); Virgínio Santa Rosa (1963); Sônia Regina de Mendonça (2016); Boris Fausto (1976); Francisco Weffort (1968/1978); Edgard De Decca (1983); Ítalo Tronca (1982) e Domingos Meirelles (2005), todas na bibliografia.

Com a revolução, tem-se o fim das oligarquias regionais e agrícolas como detentoras do poder político da República Velha, reduzindo o poder da burguesia industrial na esfera do poder central, com a entrada no cenário político de novos segmentos e setores econômicos, especialmente, dos grandes centros urbanos e industriais do Brasil. Regionalmente, nos estados tradicionalmente agrários, como o caso de Goiás, o que ocorreu foi a ascensão de novas oligarquias ou rearranjo de oligarquias.

Fábio Souza Pontes (2015) ao analisar os textos de Boris Fausto, referente à Revolução de 1930, reconhece que foi

[...] um episódio revolucionário expressou a necessidade de reajuste do país, dado que o modelo agroexportador já se apresentava esgotado. Por outro lado, não correspondeu ao ascenso da burguesia industrial ao poder, visto que o setor industrial estava associado ao setor latifundiário cafeeiro, por meio da integração do capital industrial com o capital agrário, que aliás, constituía a única classe nacional capaz de se articular de acordo com seus interesses, apesar de apresentar conflitos em seu interior na forma de brigas regionais. As tensões políticas durante a década de 1920 e a crise econômica propiciaram o surgimento de uma oposição difusa formada pelas classes médias de todos os centros urbanos, pelos militares e algumas classes dominantes regionais. Com a vitória da revolução instala-se um “Estado de Compromisso”, marcado pela inexistência de oposições no interior da classe dominante e pelo controle das funções de governo por grupos sociais que não representam o domínio de alguns setores da economia e da sociedade (PONTES, 2015, p.22).

Ana Lúcia da Silva (2001) disserta sobre o movimento de 30, como um divisor de águas que separa a história política do Brasil em duas etapas; vejamos seus apontamentos:

Na primeira destas etapas – Velha República – prevalece a mentira: “mentiras eleitorais, mentiras financeiras”. Predominam os políticos profissionais e ambiciosos que “degradaram o Brasil, e uma política reacionária”. Na segunda etapa - Nova República – predomina a nova mentalidade e prevalecem os bons brasileiros que cooperam com os grandes chefes revolucionários na obra de reconstrução da economia, da ordem financeira e social do país (SILVA, 2001, p. 124 – grifos do autor).

No caso do estado de Goiás, a Revolução de 1930, na visão de Luís Palacín e Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1989, p. 102), “foi uma revolução importada. Embora sem raízes próprias teve uma significação profunda para o Estado. Foi o marco de uma nova etapa histórica, não se operou, imediatamente, no campo social, mas no campo político”. Uma formulação que acreditamos ser bem colocada em relação a esse movimento e o período em que o estado de Goiás se encontrava.

Nessa concepção Palacín e Moraes (1989) interpretam que

A Revolução de 30 não foi uma revolução popular, nem sequer uma revolução de minorias com objetivos sociais. Luís Palacín e Maria Augusta justificam essa narrativa acrescentando que a consciência social não havia atingido tal ponto, pois, faltava organizações de classes. Podemos entender, portanto, que a revolução feita por grupos heterogêneos da classe dominante descontente (Minas, Rio Grande do Sul), de militares (grupo tenentista) e das classes médias, sem uma proposta ideológica

definida e adequada, aos aglutinados por sua repulsa à ordem política vigente (PALACÍN e MORAES, 1989, p. 103).

No estado de Goiás, a Revolução de 1930 transcorreu tendo como reflexo os acontecimentos das políticas nacionais, que correspondeu na queda de uma oligarquia e o rearranjo das oligarquias regionais ao novo poder constituído em torno de Pedro Ludovico, cujas táticas e jogo político não o difere das práticas políticas realizadas pelos seus antecessores.

Nessa perspectiva, Chaul (1997) explica que

A partir de 1930, houve uma incorporação cada vez maior de Goiás ao mercado capitalista, ampliando sua fronteira agrícola, crescendo e mecanizando a agricultura, acelerando seus níveis de produção e exportação e dinamizando seu setor industrial e comercial. Esse desenvolvimento, processado na Primeira República, é apresentado ideologicamente, pelos artífices da Revolução de 30, como se fosse fruto único e exclusivo do movimento (CHAUL, 1997, p. 177).

E o autor acrescenta que o ano de “1930 em Goiás foi muito mais do que uma simples “alternância de **oligarquias** no poder”. Significou a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação relativa das camadas médias urbanas” (CHAUL, 1997, p. 177).

Palacín e Moraes (1989) enfatizam que

Em Goiás, nesse período havia poucos centros urbanos, portanto não se poderia falar de uma classe média considerável, o movimento revolucionário contou apenas com o apoio de parte da classe dominante insatisfeita com os acontecimentos políticos. Fatores como: a falta de comunicação impossibilitava o surgimento de uma oposição organizada; os centros de oposição, constituídos durante a última década na Capital, em Rio Verde, Inhumas e em Anápolis, eram mais demonstração de instituições descontentes que uma oposição; a ideia de oposição, que se tinha era mais vista como uma crítica pessoal, pois não existiam partidos políticos com base ideológica oposicionista ou programas de governo com mentalidades revolucionárias; e, por fim, as eleições eram controladas pelo governo, impossibilitando sua derrubada por meios legais, e a ação da polícia militar, dificultava para os oposicionistas chegar ao poder (PALACÍN e MORAES, 1989, p. 103).

Ou seja, a classe dominante insatisfeita era formada pelas oligarquias regionais, especialmente do sul e do sudoeste goiano, devido à importância econômica que estas regiões já estavam tendo naquele contexto histórico do estado de Goiás, mas não eram ouvidas, não participavam da administração pública estadual, sentiam-se alijadas e viram, no primeiro momento, com a passagem da Coluna Prestes e, no segundo momento, com a ascensão de Vargas a oportunidade de instaurar-se no poder. Não houve declínio das oligarquias, mas o controle do poder político que passou para as mãos de novos grupos oligárquicos, que uma vez no poder buscaram consolidar sua base de apoio, por meio da cooptação de chefes políticos regionais estratégicos, independentemente de sua antiga relação com as oligarquias caudistas.

Estas, inclusive, manterão também relações com Pedro Ludovico, mas em uma condição de subalternidade, no jogo do rearranjo político que se estabeleceu em todo o estado de Goiás.

Segundo Maria Cristina Teixeira Machado (1990), todos esses fatores contribuem para aumentar

As fermentações políticas internas que, ao lado dos elementos externos, levaram ao fim da Velha República no Estado, à queda da oligarquia tiveram seu preparo em um movimento messiânico entre 1923/25, foram estimuladas pela passagem da Coluna Prestes² entre 1925/27 e finalmente, se consolidaram politicamente pela organização de um movimento oposicionista. Esse movimento, que nasceu da Questão do Judiciário³ e se enriqueceu pelo desenvolvimento da Aliança Liberal, teve sua base teórica de apoio na cidade de Goiás e de prática efetiva no Sudoeste, principalmente nos municípios de Jataí e Rio Verde (MACHADO, 1990, p. 56).

² A Coluna Prestes se constituiu como uma parte importante, com certeza a maior expressão, do descontentamento e aversão em relação ao organismo político vigente da República Velha. Neste sentido, sua formação se liga ao movimento tenentista e suas séries de levantes organizados após 1922, e que têm no episódio dos dezoito do Forte de Copacabana, o seu estopim, mas não a sua raiz. A raiz de todo este descontentamento, para além de um documento apócrifo que entra em cena, se insere na conjuntura de assenso das camadas médias urbanas, que passam a se expressar através da atuação da baixa oficialidade que coloca em questão o enfrentamento com o regime oligárquico. (SOUZA, 2010, p. 88).

³ A partir de 1926, desenvolve-se um conflito que envolve os poderes executivos e judiciários de Goiás. Embora permeada e alimentada por rixas e problemas pessoais, a “questão do judiciário” representa um importante momento na política regional por causa de seus desdobramentos. Convém, portanto, apresentar os argumentos que a envolveram.

Em expediente encaminhado ao presidente da República, Arthur Bernardes, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Povoá, diz de uma sistemática campanha de desmoralização do poder judiciário comandada por políticos vinculados ao governo do estado. Apesar de Arthur Bernardes, em junho de 1926, ter oficiado sobre a questão ao presidente do estado e de Brasil Caiado ter-lhe respondido, os problemas se mantiveram, fazendo que o STJ novamente pedisse providências federais, inclusive uma intervenção no estado. Na versão do Tribunal, o governo não oferecia condições de funcionamento ao judiciário (*Correio Oficial*, n. 1.178, de 26/6/1926).

Os desembargadores acusavam o senador Totó Caiado de comandar a campanha seja através do jornal *O Democrata*, de sua propriedade, seja em discursos no Senado da República, seja com insultos em passeata promovida por autoridades estaduais. Eles acusavam o caiadismo de desmoralizar o judiciário, como fez com os demais setores do governo, desde 1912, no seu processo de afirmação como oligarquia. Conforme eles, o pedido de intervenção se justificava não somente para recompor a ordem institucional, mas também para que fossem resguardadas as terras públicas; referiam também a leis que beneficiaram o senador Caiado, na legalização de um latifúndio nas proximidades do Rio Vermelho (*Mensagem ao Congresso Legislativo*, 1927, p. 6-25).

A resposta oficial do governo é de responsabilidade do secretário do Interior e Justiça, Arthur da Silva Jucá, que, por sua vez, acusa o Tribunal de inoperante, improdutivo, de agir com partidarismo, bem como do envolvimento de desembargadores em negociatas de terras.

Em março de 1927, o presidente da República, Washington Luís, chama ao Rio de Janeiro o presidente Brasil Caiado, oportunidade em que é acertado um acordo capaz de colocar fim ao impasse entre os poderes constituídos em Goiás. Pelo desenrolar dos acontecimentos é possível apresentar os seguintes itens como parte do “acordo”: (1) fim das hostilidades; (2) demissão do secretário de Interior e Justiça, que em discurso chamou os desembargadores de palhaços; (3) carta-branca ao governo goiano para resolver internamente o impasse; (4) impedimento de integrantes da família Caiado sucederem Brasil na presidência do estado.

Assim sendo, o secretário do Interior e Justiça é exonerado, a pedido, em 4 de junho de 1927 (Decreto n. 9.316); é elevado o número de desembargadores do STJ (Lei n. 829, de 20/7/1927), sendo nomeado quatro novos membros, pelo Decreto n. 9.389, de 29/7/1927. E, tendo por base a Lei n. 829/1.927, o Superior Tribunal de Justiça se reúne e elege um novo presidente, Ayrosa Alves de Castro, que em seguida oficia à Presidência da República dizendo haver harmonia entre o judiciário e o executivo em Goiás e que, em razão disso, não se justifica o pedido de intervenção federal (*Correio Oficial*, n. 1.318, de 2/6/1927) (CAMPOS, 2003, p. 101-102).

Ana Lúcia Silva (2001, p. 85) acrescenta que, “em 1930, as rupturas oligárquicas ganham contornos ásperos e as dissidências regionais se articulam com a Aliança Liberal, o que abre caminho para a ascensão das oposições ao poder, como resultado da chamada Revolução de 30”.

Para Chaul (1988), a Aliança Liberal em Goiás serviu como aporte para as dissidências oligárquicas regionais. Tendo como resultado à adesão da oposição goiana ao centro político de lideranças da Aliança Liberal; destacando-se como políticos de oposição em Goiás: Mário Caiado, Domingos Velasco, Nero Macedo e Americano do Brasil, os quais instituíram junto à Aliança Liberal, uma perfeita sintonia com o Presidente Antônio Carlos, de Minas Gerais. As articulações políticas regionais com a Aliança Liberal, favorecem a ascensão dos grupos oposicionistas ao poder através da Revolução de 30.

O uso do termo Revolução para caracterizar os acontecimentos de 1930 e seus desdobramentos no estado estão presentes na historiografia goiana tradicional, como demonstra a historiadora Marilena Julimar Aparecida Fernandes (2013), em sua tese de Doutorado, ao abordar esse tema e apontando a forma como a historiografia local não se fez descolada das análises mais gerais presentes nas diversas narrativas da historiografia nacional entre a década de 1930 e 1970.

Para Fernandes (2013), o traçado analítico que mais influencia os estudos relacionados aos acontecimentos goianos da década de 1930 reitera que esses acontecimentos são um processo revolucionário, não por meio de interpretações clássicas da revolução, mas por meio do entendimento de que, localmente, as mudanças políticas goianas foram realizadas por influência do interventor Pedro Ludovico que representou uma ruptura que marcou a arena política do estado.

Assim como Silva (2001) e Fernandes (2013), ao analisarmos autores que tratam do tema, entendemos que a “Revolução de Trinta” se expressa como uma linha divisória entre duas etapas históricas: a primeira relacionada ao período da oligarquia – onde o governo era visto como atrasado e o período era de domínio e, a segunda relacionada a modernidade capitalista. Essa é uma das imagens 'revolucionárias' criadas por Ludovico e que foi inserida na historiografia de Goiás. A intervenção de Pedro Ludovico Teixeira trouxe mudanças, defendendo a imagem de Goiás como um “projeto-político moderno”, a saber: A transferência da capital e a construção de Goiânia.

O planejamento de reconstrução do estado após 1930, proposto por Ludovico, significava um rompimento com a mentalidade da política que caracterizava a Velha República. A Revolução de Trinta, em Goiás, transcorreu com a derrota da oligarquia dominante, liderada

pelo grupo dos Caiado que representava o atraso do Estado. A ascensão do novo grupo político chefiado por Pedro Ludovico pregava em seu discurso o progresso e a modernização; iniciando assim, uma nova forma de agir, com uma mentalidade voltada para o desenvolvimento de Goiás. Essa nova fase política idealizada por Ludovico amenizou as tensões e os conflitos internos que o estado passava.

Nessa percepção, Fernandes (2013) ao dialogar com Gomes (1986) coloca em ênfase que a "Revolução de Trinta" não teve antecessores nem cooperação em Goiás. Contudo, acredita que Pedro Ludovico esteve diretamente envolvido em operações armadas fora do estado, juntamente com uma milícia que, na primeira batalha com as forças governamentais fora disperso. Nesse segmento fica evidente que Ludovico era o representante da revolução e, que na ocasião encontrava-se em meio a necessidade de mudanças na esfera estadual. A solução encontrada foi desestabilizar o Estado, o que exigiu muito esforço para produzir uma reversão social.

Nesse sentido a análise de Fernandes (2013) vai ao encontro da narrativa de Teixeira (1973) ao mencionar que o ambiente criado pela vitória da revolução de 30 no país, felizmente não se limitaram aos estados mais avançados; as mudanças ocorreram também em Goiás. O governo revolucionário estabelecido no estado tinha como meta a transferência capital.

Na visão de Chaul (1997), a transferência da capital é o marco delimitador da "Revolução de Trinta", em Goiás, tendo como base a perspectiva de que seria o símbolo da representação da modernidade e do progresso. Dessa forma, de acordo com o autor:

A modernidade para os arautos de 30, consistia no progresso do estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura regionais. É importante destacar que a representação da modernidade se edificava em oposição ao passado que encarnava a decadência e o atraso de Goiás ao longo de sua história. Os anos 30 se apresentava como a antítese do que havia sido Goiás até então. Em nome da modernidade não só se combatia a Primeira República como suas oligarquias retrógradas, como também se propunha uma nova era político-social e econômica para o estado, uma época de prosperidade e progresso (CHAUL, 1997, p.149).

Ponderando sobre a Revolução de 1930 e seus reflexos no estado de Goiás, verificamos uma leitura quase homogênea, pois a maioria dos autores que tratam desse tema desenvolvem suas reflexões a partir do projeto político "modernizador" idealizado por Pedro Ludovico, cuja principal meta era a transferência da capital da cidade de Goiás. Nota-se, nesse momento, uma divisão entre antes e depois de 30. Novamente a Revolução aparece como um divisor entre o velho e o novo cenário político. Nesse segundo momento o desenvolvimento de Goiás foi motivado por Ludovico através de discursos progressistas onde o ponto central é a transferência da capital como sinônimo de modernidade. Conforme Fernandes (2013), a Revolução de 30

entra para a História de Goiás como um marco modernizador do estado, a ruptura com o atraso em direção ao progresso.

2.1 A República Velha em Goiás e o Coronelismo

A conjuntura política no estado de Goiás, na República Velha (1889-1930) foi marcada pela dominação dos coronéis, assegurando e reforçando o poder das oligarquias agrárias mais influentes. Nessa luta pelo poder, destacaram-se os Bulhões e Jardim, que eram um exemplo de coronelismo urbano; não detendo o poder econômico da terra, dominaram a política em Goiás desde o final do Império até por volta de 1912, quando os Caiado chegaram ao poder, com a derrocada dos Bulhões, os quais governaram até 1930.

Para Ferreira (1998), o poder também era garantido pelos grupos políticos por meio do enlace matrimonial; em sua análise, o fenômeno da oligarquia goiana de 1889 a 1930 permite constatar que esta é uma prática cotidiana na capital e em outras cidades goianas. Em relação às projeções sociais e econômicas, as famílias buscavam a união matrimonial como meio de condicionar o poder. Formou-se assim, a tradição do casamento consanguíneo, mas, quando isso não funciona, famílias importantes se entrelaçam com outras famílias conhecidas.

“É com a ascensão do gabinete liberal, em 5 de janeiro de 1878, que os Bulhões começaram a se projetar no cenário político. A transição da monarquia à República provocou mudanças significativas na composição de poder em Goiás”. (FERREIRA, 1998, p. 27)

Nesse período, conforme Campos (2003) relata, Xavier de Almeida, foi apontado a candidato pelo Centro Republicano, sendo eleito Presidente do Estado para o mandato de 1901 a 1905. Em sua administração, pregou uma política de conciliação e, rapidamente, aproximou-se dos adversários políticos como: Gonzaga Jayme, João Alves de Castro e Totó Caiado, e outros; e, conforme os oponentes políticos dos Bulhões se aproximavam do chefe do governo, os partidários do Centro se distanciavam e eram designados para postos federais sob a influência de Leopoldo de Bulhões.

Figura 01: José Xavier de Almeida, Presidente de Goiás entre 1901 e 1905 (c. 1900)



Fonte: Acervo pessoal de Maria Dulce Loyola Teixeira

Cabe salientar que Xavier de Almeida era do grupo de liberais urbanos da cidade de Goiás, advogado e protegido dos Bulhões. E foi lançado ao governo em 1900, tomando posse em 1901, como preposto dos Bulhões, estando, inclusive, noivo de uma das netas do coronel Bulhões. Em 1902, rompe com os Bulhões e casa com a filha do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, de Morrinhos, com a pretensão de, com a influência e os recursos financeiros dos Moraes, conseguir criar um novo grupo político, o qual de fato foi feito. Entretanto, fez um governo desastroso para a economia rural, mas bom para o comércio e as zonas urbanas do estado. Aumenta a arrecadação, faz várias obras nas principais cidades, conseguindo fazer a sucessão.

Confirma-se, assim, como relata Campos (2003) que nas eleições de 1906, os candidatos eleitos pelo Partido Republicano para deputado federal foram: Xavier de Almeida, Hermenegildo Lopes e Eduardo Sócrates, e para Senador Braz Abrantes. O candidato ao Senado Leopoldo de Bulhões, perde as eleições. Todo esse processo eleitoral serviu para comprovar o mando Xavierista.

Nessa ocasião, “o coronel Miguel da Rocha Lima, eleito presidente, para a gestão de julho de 1905 a julho de 1909, pelo novo arranjo de forças Xavieristas, apoiado por um

Congresso Estadual de idêntica composição, mantém a mesma política fiscal estabelecida por Xavier de Almeida”. (CAMPOS, 2003, p.87)

Referente a essa política fiscal, Campos (2003) ensina que foi o processo utilizado por Xavier de Almeida para mudar os métodos administrativos usados na esfera estadual. A ação do governo era reorganizar e fiscalizar rigorosamente os pontos de coleta e proibir os incentivos fiscais. Diante da crise econômica que atravessava o país, essa atitude gera grande insatisfação entre coronéis e fazendeiros. Este descontentamento traduziu-se propriamente na mobilização dos coronéis, que culminou na Revolução de 1909⁴ e no fim político de Xavier de Almeida.

Nesse percurso os Bulhões reassumem o poder político em Goiás, tendo como líder Leopoldo de Bulhões. Essa predominância política é analisada por Ferreira (1998) ao citar Morais (1974) que correlaciona a dominação dos Bulhões em Goiás com os princípios eruditos de sua agremiação política, a um inadequado costume político, e a um grau superior de escolaridade, tendo como aporte para seu mandonismo o círculo de amizade de Leopoldo de Bulhões à esfera nacional com: Nabuco, Rui, Floriano Peixoto, Prudente; dentre outras famílias goianas, por meio do casamento como: Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha entre outros.

Ainda de acordo com Ferreira (1988), O grupo político fundado pelos Bulhões era formado por bacharéis, não tendo relações agrícolas. Por outro lado, a oligarquia dos Caiado era pecuarista. Essa atividade, praticada pelos oligarcas, fortaleceu-os politicamente, pois a nação nasceu de uma base agrícola. No entanto, é importante correlacionar os benefícios entre os grupos rurais e urbanos. Normalmente, os coronéis de primeira geração estão ligados à terra, mas os coronéis de segunda e terceira gerações já têm diplomas médicos e jurídicos. Esses são os benefícios relacionados. Ambos os grupos usavam de violência para sustentar o mandonismo.

⁴ Sobre os anos de 1905 a 1908, em que houve um aumento significativo dos números de produção e exportação do gado, Amorim credita isso às políticas do Presidente do Estado Xavier de Almeida (1905-1908), que ao ascender ao poder passou a adotar uma intensa política fiscalista, trocou todos os funcionários das recebedorias e os portos. Isto causou conflito devido aos descontentamentos gerados pelos apaniguados da oligarquia dos Bulhões (AMORIM, 2015, p. 74). Essa informação é corroborada por Itami Campos (1987), para quem a alteração no sistema de arrecadação dos impostos contribuiu efetivamente para a melhoria das receitas do Estado, tendo, como efeito colateral, unido as forças políticas opositoras ao grupo Xavierista que, juntamente com produtores rurais descontentes, apertaram do poder o sucessor de Xavier de Almeida, Miguel da Rocha Lima, em 1909, num evento que ficou conhecido como Revolução de 1909. (AMORIM, 2015, p. 74 e CAMPOS, 1987, p. 74 apud MEIRA, 2017, p.89)

Figura 02: Senador Leopoldo de Bulhões



Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/classico-da-historiografia-brasileira-poder-e-paixao-a-saga-dos-caiado-completa-dez-anos-262026/>

Para Campos (2003), O bulhonismo estabeleceu contato com os caciques locais por meio de seu principal dirigente Leopoldo de Bulhões. Embora não fosse o dono da terra, se tornou o porta-voz nacional de Goiás e o defensor dos interesses da pecuária e de outros setores da economia regional. Apoiando os interesses de outros setores, ele defendeu o Princípio da Carta Branca não interferindo nos assuntos municipais e na política fiscal não sobrecarregou os produtos agrícolas ou direitos de uso da terra. A presença do Coronel Antônio José Caiado fortaleceu ainda mais o papel representativo do setor agropecuário. Os membros do Centro Republicano também eram filiados aos Bulhões. Também eram associados aos Bulhões os Lopes de Moraes, abastados fazendeiros e empresários do Sul do Estado, outros que mantinham lações eram os coronéis do Norte e do Sul.

Palacín (1989) apontou-nos o mês de maio de 1909 como o renascimento do mandonismo dos Bulhões. Nesse período, foi nomeado presidente do estado, para o quadriênio de 1910 a 1913, Urbano de Gouvêa, cunhado de José Leopoldo de Bulhões que se elegeu mais uma vez, Senador da República por Goiás, ficando neste posto até o ano de 1918, não sendo mais capaz de se reeleger.

Chaul (1997) expõe que a influência política dos Bulhões desde a eleição de 1899, possibilitou que Urbano Gouvêa saísse vitorioso, ocupando a presidência do estado. Ao mesmo tempo, Leopoldo de Bulhões se sobressaía como chefe do Senado Federal, graças ao reconhecimento de Campos Sales, o apoio de Francisco Leopoldo na Câmara Federal e, também somar maior número de cadeiras nas duas Câmaras Estaduais. Todos esses fatores contribuíram para reforçar o grupo dos Bulhões.

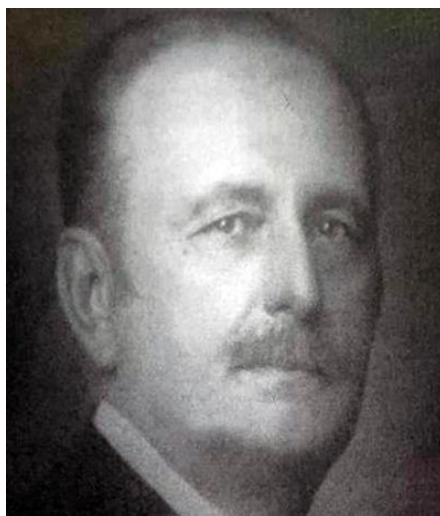
Para Chaul (1997), o declínio político dos Bulhões deu-se na esfera nacional, quando Hermes da Fonseca saiu candidato a Presidente da República. Tudo indicava que os Bulhões iriam apoiar sua candidatura; entretanto, conspiraram a favor de Rui Barbosa. Com a vitória de Hermes da Fonseca, o senador Leopoldo de Bulhões passou a depreciar sua política intervencionista. Enquanto isso, em Goiás, ocorria a fragmentação do Partido Democrata, devido a discordâncias entre o governador Urbano Gouvêa com Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado). Ao lado desses separatistas, ficaram os políticos Gonzaga Jaime, Braz Arantes e Sebastião Fleury, excluindo assim os Bulhões.

Do mesmo modo, Palacín (1989) evidencia-nos que o declínio do grupo dos Bulhões ocorreu devido a divergências com os Jardim e os Caiado que contavam com o apoio político de Hermes da Fonseca.

Contudo, com a eleição de Hermes da Fonseca à Presidência da Brasil, em 1910, está oligarquia passa a sofrer pressões, sendo finalmente deposta em 1912. Hermes combate os Bulhões, sem atacar, no entanto, as condições que asseguravam o domínio oligárquico no estado. A solução encontrada por ele foi entregar a condução da política goiana a Eugênio Jardim (FERREIRA, 1998, p.27).

De acordo com Ferreira (1988), Eugênio Jardim teve um papel importante nessa nova fase em que Goiás estava adentrando, corroborou para que uma nova recomposição de poder começasse a organizar-se no estado, assinalando o que se pode afirmar como a ascensão progressista dos Caiado no poder tendo como liderança Antônio Ramos Caiado que permaneceu no poder no período de 1912 a 1930. Nesta época, surgiu no cenário político goiano Pedro Ludovico Teixeira que representava o grupo político de Rio Verde, e que seria indicado por Getúlio Vargas para ocupar o cargo de Interventor do estado.

Figura 03: Antonio Ramos Caiado (Totó Caiado)



Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/classico-da-historiografia-brasileira-poder-e-paixao-a-saga-dos-caiado-completa-dez-anos-262026/>

Da mesma maneira, Eron Meneses de Amorim (2015) relata-nos que a abertura na esfera política do estado, contribuiu para a ascensão dos Caiado trazendo como líder do grupo caiadista Antônio Ramos Caiado, que impunha as normas políticas em Goiás até 1930, período em que foram destituídos do poder com a ascendência de Pedro Ludovico, após movimento de 30.

De 1912 a 1930, como já apontado, o estado de Goiás foi governado pelos Caiado. Contudo, a oligarquia dos Caiado para se manter na chefia política precisava de aliados políticos, buscando apoio dos coronéis nas cidades com maior representação política e econômica na época, são elas: A cidade de Goiás (capital do estado), Morrinhos e Porto Nacional.

Figura 04: Parte da Representação Goiana no Senado e Câmara Federal em 1918⁵



Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/classico-da-historiografia-brasileira-poder-e-paixao-a-saga-dos-caiado-completa-dez-anos-262026/>

Os Caiado propuseram então aos chefes políticos dessas três cidades um conchavo, estabelecendo regras de revezamento de elementos e metas para eles, desde que estivessem em consenso com seus projetos, assumiriam então a presidência do estado e, no ano de 1917, foi firmado um acordo com Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, representando o grupo de Morrinhos e Francisco Ayres, do grupo de Porto Nacional.

A oligarquia dos Caiado, para se consolidar no poder, necessitava de aliados políticos e, para isso, buscou o apoio dos coronéis de uma pirâmide de cidades, as com maior expressão política e econômica na época: a capital, Morrinhos e Porto Nacional. Tinha

⁵ De pé, da esquerda para a direita, os deputados Francisco Ayres, Totó Caiado, e Tullo Hostílio Jayme. Sentados, os senadores Gonzaga Jayme, Eugênio Jardim e Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, seguido do deputado Olegário Pinto.

como meta estabelecer um rodízio de elementos oriundos das três cidades para a presidência do estado, desde que se encaixasse em seus planos. Em 1917, foi feito um acordo com Francisco Ayres, de Porto Nacional, e Hermenegildo Lopes de Moraes, de Morrinhos (AMORIM, 2015, p.112).

De igual maneira, Campos (2003) compartilha do mesmo relatado de Amorim (2015) referente à articulação política envolvendo – Cidade de Goiás (a capital), Morrinhos e Porto Nacional formando uma pirâmide onde se firma o comando do Partido Democrata, estabelecido até 1930. Voltando ao Acordo proposto pelos Caiado, Campos (2003) relata que:

O Acordo tende a desaparecer, pois Leopoldo de Bulhões perde a senadoria para Hermenegildo de Moraes, em 1918; o outro senador oposicionista, Gonzaga Jayme, passa a apoiar a nova situação, tendo inclusive seu filho, Tullo Hostílio Jayme, sido reconhecido deputado federal. Com o falecimento do “coronel” Francisco Leopoldo R. Jardim, em março de 1920, a oposição passa a inexistir, e o Partido Republicano de Goiás, completamente desarticulado, logo desaparece (CAMPOS, 2003, p.99).

Segundo Chaul (1997), entre os anos de 1917 a 1921, João Alves de Castro, membro da família Caiado, sobe ao poder, mediante um acordo com o governo federal, visando unir as oposições. Dessa adesão, surge uma nova agremiação política sob o respaldo dos Democratas. O nome indicado para sucessão de Alves de Castro ao governo estadual foi o de Eugênio Jardim, que após assumir o governo ficou pouco tempo no poder, alegando problemas de saúde, afastando-se do cargo, voltando a ocupar o cargo de senador. Deixando em seu lugar o coronel Rocha Lima que completou seu mandato. De mesmo modo, Campos (2003) atesta que Eugênio Rodrigues Jardim ao ser eleito em março de 1921, assumiria então a função em julho e em 11 de novembro de 1922, afastando-se do governo passando o cargo para o coronel Miguel da Rocha Lima, que concluiu sua representação à frente da presidência do estado. Na eleição seguinte, quem assumiu o cargo, no lugar de Rocha Lima, é o irmão do senador Totó Caiado, o médico Brasil Ramos Caiado.

Campos (2003) analisa que o domínio caiadista começa a entrar em crise, quando o médico e fazendeiro Brasil Ramos Caiado, foi escolhido, pelos Democratas, como chefe do Governo do estado, no período de 1925 a 1929. Segundo Chaul (1997), nessa indicação é que aparecem as primeiras manifestações de descontentamento político, desde 1910. Tendo ainda como agravante para essa crise, a Coluna Prestes e a Questão do Judiciário. Campos (2003) relata que:

Na gestão de Brasil Caiado, acontecem as primeiras perturbações de ordem interna do estado, desde fins da década de 1910 – a Coluna Prestes e a “Questão do Judiciário”. Os revoltosos criticando o governo, na defesa de uma nova ordem política nacional (CAMPOS, 2003, p.100).

Em idêntica direção Machado (1990) argumenta que:

As fermentações políticas internas, que ao lado dos fatores externos levaram ao fim da Velha República no estado, à queda da oligarquia, tiveram seu preparo em um

movimento messiânico entre 1923/25 e foram estimuladas pela passagem da Coluna Prestes entre 1925/27 e, finalmente, se consolidaram politicamente pela organização de um movimento oposicionista. Esse movimento, que nasceu da Questão do Judiciário e se enriqueceu pelo desenvolvimento da Aliança Liberal, teve sua base teórica de apoio na cidade de Goiás e da prática efetiva no Sudoeste, principalmente nos municípios de Jataí e Rio Verde (MACHADO, 1990, p. 56).

Campos (2003) acrescentou-nos que mesmo a questão do judiciário estando resolvida, abalou a estrutura caiadista, o que levou à eclosão de uma exaltada oposição partidária. Fato que levou o líder político de Rio Verde, Antônio Martins Borges, a romper com os Caiado.

Por meio do jornal *A Voz do Povo*, Mário d'Alencastro Caiado líder da oposição goiana, reestruturou o Partido Republicano de Goiás, indicando nomes às eleições federais e estaduais, passando a ser o suporte das articulações estaduais da Aliança Liberal. Ampliando, assim, as parcerias políticas que se associaram à conjuntura mineira, que naquele momento haviam rompido com São Paulo e confabulavam com o Rio Grande do Sul e com a Paraíba em torno de um candidato oposicionista para concorrer à Presidência da República.

Em relação à Aliança Liberal em Goiás, Chaul (1988) aponta que ela representou os anseios das dissidências oligárquicas da região, ressaltando como oposicionistas os seguintes nomes: Mário Caiado, Domingos Velasco, Nero Macedo e Americano do Brasil, que vieram a constituir uma agremiação de poder da Aliança Liberal de Goiás, tendo como aliado de primeira hora o Presidente Antônio Carlos, representando a bancada de Minas Gerais.

Na esfera estadual, o fim do domínio caiadista dava-se com a sucessão de Brasil Ramos Caiado, sendo indicado em seu lugar Alfredo Lopes de Moraes, conforme Amorim (2015), descreve:

O momento tão esperado dos Lopes de Moraes assumirem a presidência do estado de Goiás veio, em 1929, em meio a um intenso conflito da oposição aos Caiado no estado e a um acirramento da crise estrutural do capitalismo naquele ano. O governo de Brasil Ramos Caiado estava abalado pelos desmandos da oligarquia no poder. É neste contexto que Alfredo Lopes de Moraes sobe ao poder. Apesar de pertencer ao Partido Democrata, o mesmo dos Caiado, houve resistências dos últimos na sua ascensão ao poder (AMORIM, 2015, p. 128).

Campos (1983) caminhando na mesma direção da análise de Amorim (2015), observa que a eleição de Alfredo Lopes de Moraes para o governo de Goiás assinalava transformações no quadro político do estado, no mesmo momento em que ele atestava fazer parte do grupo liberal, arregimentando para Goiás novas pessoas que não eram membros do grupo político da capital, a exemplo de seu enteado, o médico Gumercindo Marques Otero. Essa conduta para a oposição, simbolizou num primeiro momento um novo quadro de mudanças no cenário político regional.

Conforme Zilda Diniz Fontes (1980), ao eleger-se deputado federal em 1927, Alfredo Lopes de Moraes fora indicado por Júlio Prestes, deputado federal por São Paulo, e pelo próprio Presidente da República Washington Luís a assumir a presidência do estado no lugar de Brasil Caiado, vejamos os fatos:

Alfredo Lopes de Moraes elege-se deputado federal por Goiás em 1927. E em fins de 1928, o Supremo Tribunal Federal acolhe um pedido de intervenção no estado de Goiás alegando arbitrariedades no governo do Doutor Brasil Ramos Caiado. Ante este fato, o governo Caiado entra em contato com o candidato eleito à presidência da República, a fim de se evitar aquela intervenção. Júlio Prestes deputado federal por São Paulo na ocasião e o Presidente da República Washington Luís impõe uma condição para suspender a intervenção, indicando para a presidência do estado, a substituir, constitucionalmente o Doutor Brasil Caiado, o deputado federal Dr. Alfredo Lopes de Moraes, considerando o único apto a superar a crise, pela sua moderação, probidade, cultura e virtudes cívicas. Não vendo outra saída o governo Caiado aceita a imposição. Logo em seguida no ano 1929, Alfredo será eleito presidente do estado de Goiás, pelo Partido Republicano (FONTES, 1980, p. 28-29).

Diante da indicação em 14 de julho de 1929, Alfredo Lopes de Moraes tomou posse, governando até 12 de dezembro quando licenciou-se do cargo. Ao retomar ao cargo, exerceu a função por mais alguns meses, renunciando definitivamente em julho de 1930.

Na análise de Fontes (1980), as causas prováveis da renúncia de Alfredo Lopes de Moraes ao cargo de governador foram:

A impossibilidade de ser implementado um governo voltado à administração pública, infenso à ingerência dos Caiado, que controlavam o Partido Republicano; a impossibilidade de serem vencidos obstáculos existentes, no setor político, estratificado no tempo, em todo o estado, implantado desde quando do controle direto da administração pelos Caiado; a lealdade do Dr. Alfredo para com Washington Luís, Júlio Prestes e o Partido Republicano, o mesmo dos Caiado, pelo qual fora eleito; a impossibilidade de remoção das inexoráveis pressões no seu governo, o qual não desejava arredar-se de seus princípios de independência, moderação e respeito aos direitos constitucionais dos cidadãos; amizade pessoal que o ligava aos Caiado e a inadaptação de sua esposa D. Maria Márquez de Moraes, às intrigas palacianas (FONTES, 1980, p. 29).

Segundo Melo (et al., 2014) após sua renúncia, Alfredo Lopes de Moraes, voltou para Morrinhos e se dedicou ao direito e a gestão agrícola de suas fazendas. O grupo político do Sul de Goiás constituído pelos Lopes de Moraes, Nunes da Silva e Xavier de Almeida fortemente unidos por laços familiares perde todo o seu prestígio, seu poder e sua ação, na esfera política, em nível nacional, o que constituiu de fato o declínio desse grupo político.

Com a renúncia, em 1930, de Alfredo Lopes de Moraes, Campos (2003) descreveu que quem assumiu em seu lugar fora o vice-presidente Humberto Martins Ribeiro, e que ao tomar posse, troca o secretariado indicado por Lopes de Moraes. Nessa ocasião, José Gumercindo Marques Otero, secretário de Interior e Justiça e enteado do Alfredo Lopes de Moraes e Jalles Machado de Siqueira, à frente da secretaria de obras e também assessor de

Lopes de Moraes, desde sua campanha, foram destituídos dos cargos. Novamente, neste momento, o governo estadual voltaria às mãos dos Caiado.

Com a renúncia de Alfredo Lopes de Moraes, em 1930 a vontade dos oposicionistas se cumpriu. Chaul (1988) explica que, nessa eleição a oposição foi derrotada, devido às inúmeras fraudes ocorridas no processo eleitoral. Contudo, não estavam dispostos a concordar com as adictas determinações impostas pelo jogo político, pois a evolução advinda do sistema capitalista internacional, refletia na economia nacional e regional, demandando alterações no cenário político, para que pudesse ocorrer um desenvolvimento nas relações entre os poderes.

No âmbito nacional, Vargas lançou um manifesto que acusa fraude e deturpação eleitoral e inflama o movimento ao revelar sua desaprovação ao processo eleitoral. Foi o golpe do movimento que mais tarde ficou conhecido como Revolução de 1930.

2.2 Pedro Ludovico: Biografia e Trajetória Política

Como nome importante da política goiana do século XX, o ex-governador Pedro Ludovico Teixeira teve seus feitos e ações registradas por vários autores, desde biografias pessoais a obras de cunho mais político, explorando as camadas de sua personalidade e atuação.

Figura 05: Pedro Ludovico Teixeira



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Ludovico_Teixeira. Acesso em 06 dez. 2020.

Maria Cristina Teixeira Machado (1990) é autora de uma dessas biografias, certamente uma das mais completas, por fazer uma abordagem sócio-política do período da história de Goiás (1930/45), expondo o declínio da ordem oligárquica e, o início do processo de modernização do Estado, tendo como aporte a liderança ideológica de Pedro Ludovico agregado à política de Vargas, inserindo Goiás no plano de desenvolvimento do país por meio da construção de Goiânia e da Marcha para o Oeste.

Ao buscar elucidar aspectos que envolveram políticos à época, encontramos no livro “Pedro Ludovico – A Saga da Construção de Goiânia no Coração do Brasil”, a figura de Íris Rezende, provavelmente o político goiano mais relevante da segunda metade do século XX, que registra no prefácio como descrição de vida as seguintes palavras:

Pedro Ludovico Teixeira nascido na cidade de Goiás, a 23 de outubro de 1891, de família ilustre, respeitável e numerosa. Filho de João Teixeira Álvares, médico conceituado e escritor conhecido em todo o estado, e de dona Josefina Ludovico de Almeida. Fez seus primeiros estudos na Escola de Mestra Nhola, na cidade de Goiás. Em 1901, ingressou no Liceu de Goiás. Em 1909, concluiu o então chamado curso secundário e foi o orador da turma, já revelando os primeiros sinais de uma carreira pública intensa. Em 1910, ingressou na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro. Todavia, logo abandonou o curso porque a sua verdadeira vocação não estava na engenharia. Formou-se em 1915 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No ano seguinte, retornou para Goiás onde começou a exercer a profissão de médico na cidade de Bela Vista. Em 1917, o jovem clínico, então com 26 anos, abre consultório em Rio Verde. Em 1918, casa-se com a Senhora Gercina Borges, filha do ilustre Senador Antônio Martins Borges, influente político e pecuarista da região, e de dona Maria da Conceição Borges Leão, também de tradicional família do Estado (MACHADO, 2001, p. 7).

Conforme a descrição de Íris Rezende, Pedro Ludovico, como os demais políticos relevantes de Goiás, na primeira metade do século XX, eram naturais da capital do estado; aquele tendo fixado residência em Rio Verde já adulto, onde inicia a vida profissional e ingressa no mundo político. A forma como chegou a Rio Verde é assim narrada por Machado (1990, p. 94):

Recusa o emprego de médico da Força Pública do estado, conseguido pela sua mãe junto ao então presidente Eugênio Jardim, indo fixar-se na pequena cidade de Bela Vista [...]. Chegando à conclusão de que Bela Vista não lhe convinha, resolve seguir para Rio Verde, motivado pelo progresso que atravessava o Sudoeste [...]. Casa-se em 1918 com Gercina Borges, filha do senador Antônio Martins Borges, indo fixar-se durante seis meses em Jataí e retornando a Rio Verde em março de 1919.

Eurico Barbosa (1994) relata que, ao voltar a residir em Rio Verde, Pedro Ludovico, lançou suas raízes na vida política ajudando a fundar “O Sudoeste”, jornal que serviria para publicar informações referentes à situação política dominante no estado, contando com o apoio do seu sogro Antônio Martins Borges, então senador. A partir deste jornal, Ludovico começa a

exercer seu posicionamento político veiculando por meio da imprensa manifestações antigovernistas.

No mesmo sentido, Machado (1990) atesta-nos, na narrativa de Barbosa (1994), que a iniciação política de Pedro Ludovico fez-se atrás da militância na imprensa. E acrescentou-nos que conjuntamente com Ricardo Campos, Teódulo Emrich, Almeida Barros e Atanagildo França, funda o jornal O Sertão, subseqüentemente, denominado O Sudoeste, conforme Barbosa (1994) relatou. Nesse jornal, Ludovico tinha a oportunidade de manifestar seus pensamentos contrários à forma de governo caiadista. Manifestações também feitas em forma de artigos, editoriais e telegramas, denunciando os fatos que se passavam para toda a região, através do jornal Voz do Povo no Sudoeste, do qual era representante.

De acordo com Barbosa (1994), quando houve a inauguração do telégrafo em Rio Verde, estavam presentes ao lançamento o senador Antônio Martins Borges, o deputado estadual Ricardo Campos, e prefeitos da região, e demais pessoas mais importantes da sociedade e de parlamentares de outras cidades. Nessa ocasião, o deputado estadual Ricardo Campos fala em nome de Rio Verde. O advogado Joviano de Moraes, de Morrinhos, também se manifestou e criticou o governo, acusando-o de negligência com Rio Verde e, em sua opinião, a cidade era merecedora de mais atenção por parte das autoridades governamentais.

Ainda de acordo com Barbosa (1994), esse discurso mudou a posição política do senador e radicalizou a oposição de Pedro Ludovico. Esses eventos marcam o início da diferença entre Ludovico e os Caiado. Antônio Martins Borges foi auxiliado pelo genro Pedro Ludovico, contra o governo caiadista.

Da mesma forma, Ana Lúcia da Silva (2001) acrescentou ao fato narrado anteriormente por Eurico Barbosa (1994), que os grupos oligárquicos do sul e sudoeste começaram a reivindicar um poder político que correspondesse a seu poder econômico. Essa reivindicação ocorreu na inauguração do telégrafo em Rio Verde em discurso feito pelo Dr. Joviano de Moraes. De acordo com Silva, o discurso traduziu os anseios da região conforme podemos observar:

Mostrou o maior desenvolvimento desta em comparação com as demais e, em análise política, afirmou que os municípios – base da organização democrática – não eram ouvidos na solução dos casos em que eram diretamente interessados: “não são ouvidos, e, se manifestam, não são atendidos em suas indicações. Tudo se resolve à revelia deles, de tal arte que ficam obrigados a respeitar por disciplina política, combinações para que não concorreram e que intimamente reprovam” (SILVA, 2001, p. 111 – grifos do autor).

Silva conclui seu pensamento apontando para a necessidade de os municípios serem ouvidos por ocasião das eleições, pois era neles que estavam as forças mais vivas do estado.

Conforme Barbosa (1994), a partir deste momento, Pedro Ludovico tornar-se-ia alvo de perseguições, sobretudo executadas por elementos da Polícia Militar. Barbosa (1994) acrescenta que Pedro Ludovico assinala suas posições políticas por atitudes concretas de afirmações oposicionistas.

Maria Cristina Teixeira Machado (1990) relembra uma entrevista feita por Aspásia Camargo com Pedro Ludovico, relatada no seu livro de memórias, publicado em 1973 e que contribui para o mito da força da história impelindo-o à ação. Em suas palavras,

[...]nunca houvera experimentado entusiasmo pela ação política, viu-se, segundo suas palavras, impelido pela situação de calamidade em que se encontrava o estado. Definia-se como bulhonista, mas não tolerava a violência do caiadismo. A sua iniciação política, deu-se assim, um tanto forçada pelo que definia como a mais violenta oligarquia do estado [...] inconformado com a situação do estado onde, segundo suas memórias, imperava a familiocracia, a fraude eleitoral e, sobretudo, perseguições aos que não se submetiam ao poder dominante, engaja-se na reação ao que chamou de absolutismo. Da atividade jornalística passa à reação efetiva, permeada de tensões e embates diretos com representantes do governo. Enquanto a oposição tomava vulto, o governo articulava medidas de repressão, gerando o ambiente de instabilidade e violência [...] Sucediam-se as eleições em cartório, os atritos com a Polícia Militar e a luta pela imprensa, marcando o período [...] a oposição, mais combativa na capital e no Sudoeste, encontra em Pedro Ludovico, um de seus esteios [...] A liderança nascida na luta pela imprensa, desenvolvida nos embates e sustentada pelo apoio do sogro, fortalece-se pelas suas ligações ao tenentismo e a líderes da Aliança Liberal. Dentre estes, Antônio Carlos, presidente de Minas, era o contato principal, também desenvolvido através de outros líderes regionais como Mário Caiado e Americano do Brasil. Dentre os líderes do tenentismo, a ligação se faz por intermédio do amigo Atanagildo França, com um de seus mais combativos e lendários membros: Siqueira Campos (MACHADO, 1990, p. 95-96).

Conforme Barbosa (1994), após configurada a liderança política, Pedro Ludovico tornou-se alvo de perseguições, tanto pela polícia militar quanto por Totó Caiado, líder político do governo, que usava como arma, métodos violentos para intimidar Ludovico. Nesse ínterim, é promovido para Rio Verde o delegado Erkonvaldo de Barros, que astutamente prende Pedro Ludovico e seu sogro Antônio Martins Borges (Totonho Borges); a prisão foi feita de forma arbitrária, tanto que ao chegar à delegacia com *habeas corpus*, deferido pelo juiz de Direito, José Ferreira de Azevedo, o advogado que representava Ludovico e seu sogro, fora tratado como preso, sofrendo espancamento por parte do delegado, antes de cumprir a decisão do Juiz.

As manifestações oposicionistas em Rio Verde, Pedro Ludovico à frente, incomodam o governo. Totó Caiado recorre à arma da intimidação. O elemento mais indicado para promover-la é o delegado especial Erkonvaldo de Barros, pela violência de que o sabem capaz [...]. Tão logo chega a Rio Verde, Erkonvaldo solicita compareçam à sua presença Pedro Ludovico e o sogro. [...] O delegado convida-os para acompanhá-lo até seu local de trabalho. Traiçoeiramente ali os deixa detidos. Quatro dias depois, reaparece bêbado. Antes de entrar na sala em que se acham Pedro Ludovico e Totonho Borges, promove o espancamento de um preso. Ali mesmo Pedro Ludovico vem a saber que se trata do advogado que representara *habeas corpus* para eles, com decisão favorável do juiz de Direito, José Ferreira de Azevedo (BARBOSA, 1994, p. 12-13).

Machado (1990), também compartilha da mesma informação que Barbosa (1994) ao narrar a prisão de Pedro Ludovico e seu sogro, vejamos:

Nos idos de 1929, tão logo chegado a Rio Verde, Erconvaldo de Barros pediu a mim e a meu sogro que comparecêssemos à sua presença, porque tinha necessidade de conversar conosco. Não previmos que estivesse usando uma artimanha, para nos prender. Lá chegados, convidou-nos para acompanhá-lo à Cadeia Pública, onde instalara a sua Delegacia. Retirou-se, dizendo que voltaria logo. Depois de quatro dias apareceu bêbado (MACHADO 1990 p. 96 apud TEIXEIRA 1973 p. 32).

Machado (1990), assim como Barbosa (1994) relata o espancamento do advogado que representava Ludovico e seu sogro, segundo

Pedro Ludovico, o delegado Erckowald de Barros era um homem muito perigoso, porque além de bandido, vivia bêbado. Além de ter espancado Urbano Berquó, advogado que requerera habeas corpus, para ele e seu sogro, agiu com violência ainda maior em Jataí [...] (MACHADO 1990 p. 96 apud TEIXEIRA 1973 p. 32).

De acordo com Machado (1990), logo em seguida ao cárcere, Pedro Ludovico foi convocado à Capital de Goiás pelo delegado Dr. Artur Jucá, o qual o advertiu a não confabular contra o governo. Nesse meio tempo, o governo federal articulava um plano para conter os levantes, porém o processo já estava em curso. Uma revolução estava em andamento e os presidentes da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são as principais lideranças.

Segundo Barbosa (1994), em âmbito nacional, a campanha política para sucessão de Washington Luiz na Presidência da República era disputada por Júlio Prestes presidente de São Paulo, e por Getúlio Dorneles Vargas presidente do Rio Grande do Sul. Juntamente com o presidente de Minas Gerais (Antônio Carlos de Andrada), Getúlio Vargas liderava a organização de um levante armado para derrubar o governo central e os estaduais, contrários à sua ideologia política. Fato semelhante também acontecia em setores do governo estadual da Paraíba. Barbosa (1994, p.15, grifos do autor), explica que “Em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, a par da eminente revolução, estava pronto para dela participar, tão logo eclodisse. Por duas vezes fora chamado a Minas Gerais, **“para ser orientado”**. Por duas vezes a data da irrupção do levante é adiada”. . Neste mesmo sentido, Rildo Bento de Souza (2018) descreve que o contexto político nacional foi determinante para que Pedro Ludovico fosse alçado ao poder, pois:

A eleição nacional estava polarizada entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal. O primeiro gozava do apoio do Presidente e de vinte, dos vinte e três estados da federação. O segundo era apoiado pelo Rio Grande do Sul, seu estado de origem; Paraíba, estado de João Pessoa, seu vice; e Minas Gerais, que rompera com a “política do café com leite” com São Paulo, devido à indicação de Júlio Prestes a presidência e não um político mineiro (SOUZA, 2018, p. 94-95).

Para Souza (2018), como era de se esperar, a vitória de Júlio Prestes não revelou surpresas, nem mesmo incluindo a luta pelas consequências da derrota. A insatisfação veio de

alguns setores da Aliança Liberal em busca de reconciliação com o Movimento Tenentista. Em meio a uma conspiração revolucionária, João Pessoa, candidato a deputado de Getúlio Vargas, foi assassinado em Recife em 26 de julho de 1930. Esse fato tornou-o mártir desse movimento de luta. Nos meses que se seguiram, a revolta foi exacerbada por oficiais militares.

De acordo com Chaul (1988), assim que eclodiu o movimento de 30, Pedro Ludovico organizou uma leva de voluntários na tentativa de tomar o governo goiano, penetrando pelo Sudoeste do estado no dia quatro de outubro de 1930. A resistência aos comandos de Pedro Ludovico foi pequena por parte dos bloqueios Caiadistas. Silva (2001) esclarece que isso se devia à adesão das oposições ao governo goiano, pela percepção da impossibilidade de alternância de poder. Isso não impediu que houvesse alguma resistência, muito menos que a tomada de poder tivesse sido imediata. Na verdade, a tentativa de Teixeira não pode ter sido considerada vencedora:

Acionada a tomada do poder pelas armas, as operações militares estiveram em Goiás a cargo das chamadas colunas Ludovico e Arthur Bernardes. A primeira, formada por forças civis goianas, simpatizantes da causa revolucionária, era comandada por Pedro Ludovico Teixeira, político do sudoeste que se dirigira a Uberlândia para as articulações de deflagração do movimento. Partindo de Uberlândia, a coluna entrou em Goiás pelo Sudoeste, rumo a Rio Verde, onde enfrentou a polícia goiana, como narrou seu chefe Pedro Ludovico Teixeira (SILVA, 2001, p. 122).

Barbosa (1994) em seus estudos descreve de forma mais detalhada os enfrentamentos que Pedro Ludovico teve com a polícia. Em sua narrativa foi

Depois de uma hora de avanço em território goiano, o primeiro choque com a polícia. A vanguarda da tropa defronta-se inesperadamente com seis soldados e um motorista. Não há tempo para entendimento, o tiroteio se estabelece. O motorista é ferido no joelho; um dos soldados, também atingido por bala de fuzil, se embrenha em um cerrado. Logo Pedro Ludovico chega. **“Coloquei todos os inimigos no meu carro, com receio de que sofressem violência da minha tropa** (BARBOSA, 1994, p. 17 – grifos do autor).

Pouco depois disso, mais um enfrentamento, também com forças policiais:

Perto de Capelinha, atual Quirinópolis, outra luta. Ao atravessar uma ponte, a coluna revolucionária tem que recuar: recebe uma fuzilaria de quinze soldados, comandados por um sargento. Meia hora de luta. A força policial bate em retirada. A coluna entra na cidade. E prossegue em direção a Rio Verde. A quatro quilômetros dessa cidade, Pedro Ludovico, verifica que 40 homens haviam desertados após o segundo tiroteio. Restam 70 (BARBOSA, 1994, p. 17-18).

No mesmo sentido Machado (1990, p. 97) atesta que Pedro Ludovico, no dia três de outubro de 1930 “dirige-se então a Uberlândia e retorna em direção a Rio Verde [em 4 de outubro de 1930] com 110 homens, dos quais apenas 70 chegaram até aí, pois os demais desertaram após tiroteio nas redondezas de Quirinópolis”. Por fim, Barbosa (1994) descreve o embate final, poucos dias depois, que leva à segunda prisão de Pedro Ludovico:

As cinco da madrugada do dia 11 estão as cercanias de Rio Verde. “Era nossa intenção atacar o destacamento policial e tomar as suas armas. Entretanto, ignorávamos que as forças governistas ali tinham sido muito aumentadas, com soldados e paisanos”. Essa intensa fuzilaria intercepta a marcha dos revoltosos. Estes resistem durante duas horas. Exaure-se a munição deles. Recuam todos, menos Pedro Ludovico e dois companheiros. Estes se separam do chefe, procurando salvar-se. “Ficando só, tentei abrigar-me, pois de arrastar-me cerca de 500 metros, chegando a um pequeno bosque. Era tal a minha fadiga que dormi imediatamente seis horas seguidas. Então, um menino, que estava à procura de um animal, me viu e foi avisar, na cidade, que havia um homem morto, onde se dera o combate. Poucos minutos depois, um grupo de 20 homens se acercou do lugar em que me encontrava, vindo atirando em todas as moitas. Despertei com os tiros e avistei o grupo. Levantei-me e um dos componentes me deu voz de prisão” (BARBOSA, 1994, p. 18-19 – grifos do autor).

Diante dos fatos narrados por Barbosa (1994), Machado (1990) respalda e acrescenta que “após o confronto com forças governistas, Pedro Ludovico, enfrentou sua segunda prisão, onde ficou por 14 dias. A 24 de outubro, por ordem de Ramos Caiado, foi levado à capital e, neste percurso, dando-se vitoriosa a revolução, a nível nacional, chega à capital a 25 de outubro”. (MACHADO, 1990, p. 98)

Segundo Chaul (1988), simultaneamente aos acontecimentos descritos por Pedro Ludovico, a coluna “Arthur Bernardes”, chefiada por Quintino Vargas, entrava no estado pelo Sudoeste, adentrando e conquistando cidades goianas. Intimidando as forças caiadistas, a coluna “Arthur Bernardes”, chegou a Goiás já ciente da vitória da Revolução em vinte e nove de outubro de 1930. Na Capital de Goiás a coluna apropriou-se sem revide do Palácio do Governo, empossando Carlos Pinheiro Chagas, na Interventoria Federal. Entretanto, Quintino Vargas foi designado para assumir a Interventoria, pois, Carlos Pinheiro Chagas retornaria a Minas Gerais.

A vitória dos movimentos em nível federal foi o que realmente definiu o movimento vencedor em Goiás e colocou Pedro Ludovico na liderança, de acordo com Machado (1990), ao ser colocado como membro da junta governista provisória (composta por um médico, Pedro Ludovico Teixeira, um desembargador, Francisco Emílio Póvoa e pelo juiz de direito Mário de Alencastro Caiado), liderando a nova configuração de poder do estado.

Machado (1990, p. 98) esclarece que “A junta teve rápida duração (três semanas) e Pedro Ludovico Teixeira, líder sudoestino, assumira de vez o controle do estado, agora como Interventor Federal, ficando na sua direção, ininterruptamente, até 1945”, devido “às ligações de Pedro Ludovico com o tenentismo, já assinaladas, [o que] foi um elemento importante na sua ascensão à Interventoria, uma vez que os tenentes articularam a escolha dos interventores em todo o País” (MACHADO, 1990, p. 102).

Na interpretação de Chaul (1988) com a vitória do movimento revolucionário, Pedro Ludovico foi nomeado como representante de uma nova fase política no estado, um período

marcado pela transição ideológica, motivado pela concretização de um processo capitalista, pondo fim nas ideias e práticas oligárquicas. As pretensões político-econômicas desse novo governo representavam os grupos oligárquicos dissidentes, afigurados à nova fase político-social dando oportunidade às classes médias de participar do novo processo político instituído no estado.

Na mesma direção, Machado (1990) analisa que o processo de transição familiar, elemento intrínseco da República Oligárquica do Brasil da República Velha, não teve a mesma repercussão em Goiás a partir dos anos 1930, com a nova política administrativa da interventoria estabelecendo uma contraposição à política caiadista de valorização da política familiar oligárquica. Com essa nova fase, o estado, como instituição jurídica distinta, passou a projetar-se e à edificação administrativa, pelo modelo tenentista.

Isso não significou um processo de mudança completa, pois, como observa Machado (1990), a nova ordem oligárquica política adequou várias características do período oligárquico:

Assim, apesar da sobrevivência de elementos à ordem oligárquica - como a propriedade da terra na base do poder político, considerando a revolução de 30 em Goiás como promotora de uma alternância de oligarquias, não modificando em nada o processo histórico. À ordem tradicional (oligárquica), refletida numa situação de atraso, contrapõe-se uma ordem moderna (em relação ao atraso, em padrões goianos), reflexo da ideologia do progresso, onde componentes tradicionais, carismáticos e racionais se mesclam numa combinação singular, ou seja, todos os atos coronelistas estão parcialmente adaptados à política populista de Pedro Ludovico (MACHADO, 1990, p. 125 - 126).

Antes de colocar em prática o projeto político modernizador, tanto pregado em seus discursos, Pedro Ludovico preocupou-se em organizar seu quadro administrativo, colocando pessoas de sua confiança no governo, substituindo as que tinham algum tipo de ligação com o caiadismo. Essa medida buscava implantar a moralização nos órgãos públicos, visto que várias acusações foram feitas de pessoas que ainda se comportavam como se tivessem vivendo na Velha República.

Nesta implantação do novo quadro administrativo há uma preocupação constante em substituir pessoas que tenham alguma ligação com o caiadismo e com a moralização na condução dos negócios públicos, havendo denúncias frequentes de pessoas que ainda se comportam como se estivessem vivendo no período da Oligarquia (MACHADO, 1990, p.126).

Palacín e Moraes (1989) entendem que todo esse processo e as mudanças acarretadas foram percebidas nos níveis da estrutura do estado mas não trouxe nenhuma mudança para a base social em Goiás. A partir de 1932 (até 1942), as energias da nova liderança política se voltaram para a construção da nova capital, o símbolo da nova fase do poder no estado.

2.3 As Mudanças de Oligarquias em Goiás e em Morrinhos após 1930

É de se notar que as mudanças de poder em Morrinhos antecederam em alguns anos os movimentos de 1930, principalmente por conta de questões geracionais. Desde a morte do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, em 1905, e com a saída da política de seu genro, José Xavier de Almeida, em 1909, a liderança política do clã Lopes de Moraes havia passado para as mãos de Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, então deputado federal e, depois senador. Com a morte do senador Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, em 1925, a liderança do clã Lopes de Moraes passou a seu irmão, Alfredo Lopes de Moraes, que se tornou o nome do grupo para as funções políticas em âmbito estadual. Apesar de já ter exercido funções de secretário de Estado antes de 1925 e de ter sido deputado estadual por vários anos, a ascendência à liderança lhe colocou em espaços precedentemente ocupados pelos líderes pregressos do grupo, como a vice-presidência do estado e, em 1929, à vitória na eleição para presidente do estado.

Na concepção de Itami Campos

A eleição de Alfredo Lopes de Moraes indicava mudanças na política estadual, pois se dizia liberal e levou para Goiás pessoas que não faziam parte do grupo político da capital, como seu enteado, o médico Gumerindo Marques Otero, que significou para a oposição, a esperança de mudanças no sistema político (CAMPOS, 1983, p. 79).

Conforme frisamos anteriormente, ele assumiu em julho de 1929, no entanto, alguns meses depois solicitou licença do cargo e, logo depois, renunciou, em agosto de 1930, meses antes dos movimentos revolucionários de outubro de 1930. Referente a esse episódio Fontes (1980) enumera as razões para sua decisão:

A impossibilidade de ser implementado um governo voltado à administração pública, infenso à ingerência dos Caiado, que controlavam o Partido Republicano; a impossibilidade de serem vencidos obstáculos existentes, no setor político, estratificado no tempo, em todo o estado, implantado desde quando do controle direto da administração pelos Caiado; a lealdade do Dr. Alfredo para com Washington Luís, Júlio Prestes e o Partido Republicano, o mesmo dos Caiado, pelo qual fora eleito; a impossibilidade de remoção das inexoráveis pressões no seu governo, o qual não desejava arredar-se de seus princípios de independência, moderação e respeito aos direitos constitucionais dos cidadãos; amizade pessoal que o ligava aos Caiado e a inadaptação de sua esposa D. Maria Márquez de Moraes, às intrigas palacianas (FONTES, 1980, p. 29).

Desmotivado com os rumos que a política havia tomado, Alfredo Lopes de Moraes regressa a Morrinhos, dedicando-se ao ofício da advocacia e à administração de suas fazendas. É importante salientar que essa renúncia além de pôr fim ao grupo político dos Lopes de Moraes, enfraqueceu toda a sua influência política e de seus parentes, inclusive em seu próprio reduto eleitoral.

Aliado a isso, a chegada do novo governo intervencionista contribuiu para a alteração dos rumos do poder local. Chaul (1988) explica que, ao tomar posse, Pedro Ludovico instituiu comissões de inquérito para apurar denúncias e crimes advindos desse período de transição. Essas comissões de inquérito, como em todas as mudanças de regime, ainda mais ditatorial, serviu, para expurgar elementos do antigo governo e abrir espaço para seus aliados.

Nessa ocasião, Pedro Ludovico aproveitou a oportunidade para pôr em prática seu plano de governo resolvendo a Questão do Judiciário, que era um problema remanescente do antigo governo. Vejamos nas palavras de Chaul o que vem a ser esse problema:

O judiciário havia sido seriamente atingido na sua constituição pelo governo deposto, quando foram acrescentados 4 aos 5 membros que o compunham. Pedro Ludovico alterou a lei especial voltando a composição aos moldes antigos. Por outro lado, a medida visava restituir ao Poder Judiciário sua antiga formação, transformada com finalidades políticas pelo Governo deposto e indeferida por Pedro Ludovico que, desta forma eliminava da Corte Judiciária quatro simpatizantes do Caiadismo [...] (CHAUL, 1988, p. 60-61).

Concernente a esse assunto, nota-se que para resolver a Questão do Judiciário, Pedro Ludovico retornou os quadros do Judiciário aos moldes de antes, retirando da corte, apenas quatro adeptos do Caiadismo, como fez em outras esferas do governo.

Para Chaul (1988), ao solucionar o impasse com a corte judiciária, Pedro Ludovico voltava sua atenção para o povo goiano e para os municípios, buscando adquirir confiança que desde o processo revolucionário de 30 estava abalada, devido às intervenções que os municípios sofreram. Como não se dispunha de quadros ‘outubristas’ para as chefias municipais, as prefeituras foram entregues a grupos que, simplesmente, estavam, em oposição ao chefe local caiadista.

No caso de Morrinhos, tanto a renúncia de Alfredo Lopes de Moraes quanto as movimentações decorrentes da chegada de Pedro Ludovico ao poder no estado, fez com que a cidade ficasse sem um líder político influente, tanto em âmbito estadual quanto local, até o médico Sylvio de Mello assumir como novo chefe político, a partir de 1934.

Fontes (1980) detalha esse processo. Entre 1930 e 1933, foram quatro prefeitos nomeados em Morrinhos: Raul Nunes, que já era intendente municipal, foi nomeado provisoriamente para terminar o ano de 1930; no início de 1931, João Reis o sucede no cargo; no ano de 1932, o nomeado foi o professor Eudóxio de Viterbo Fraga e, no início de 1933 foi nomeado Joaquim Marcos Arruda, que governa apenas durante o mês de março de 1933, sendo designado o coronel Fernando Barbosa, até 1934, quando o novo chefe político o substitui por seu irmão, Eusébio Gomes de Mello.

3 A POLÍTICA EM MORRINHOS NA REPÚBLICA VELHA

O debate desta pesquisa se dá em torno das mudanças políticas no estado de Goiás a partir do movimento de 1930, em que Getúlio Vargas, liderando um grupo composto por políticos, militares e civis de estados do sul e nordeste, contrapôs-se aos resultados eleitorais e tomou o poder, instalando aliados no governo dos estados, como o caso de Goiás, em que o médico e político Pedro Ludovico se tornou membro da junta interventora e, em seguida, o governador interventor do estado.

Essa situação, como percebido no final da seção anterior, provocou mudanças significativas na política local, uma vez que a estrutura de poder estabelecida a partir da capital era organizada nas relações e alianças nos municípios.

A proposta desta seção será entender a forma como a conjuntura política dos movimentos de 1930, no Brasil e em Goiás, impactou o equilíbrio de poder no município de Morrinhos.

3.1 O Município de Morrinhos: do Império à República Velha

A última década do século XIX simbolizou, em âmbito nacional, enormes agitações políticas, em que o país passou pela fase da abolição da escravatura e houve a instituição do regime republicano, o que compôs, em relação à política internacional, uma nova fase ideológica.

Nesse período em Goiás, vários partidos políticos foram constituídos para conciliar os interesses locais com as transformações advindas com as novas ideologias aplicadas na política nacional. Segundo Melo (et al, 2014), esses partidos são:

O Clube Liberal (1878), o Partido Conservador (1882), o Partido Republicano (1882), o Partido Católico (1890) e o Centro Republicano (1890). Desses, o Centro Republicano era o mais forte, porque absorve a influência de Antônio Ramos Caiado e do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes. Em parceria com a oligarquia dos Bulhões, representou a bancada goiana na Assembleia Constituinte, com três Senadores e três Deputados Federais. (MELO, 2014, p. 43)

Barbosa (2017) analisa a trajetória de vida do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, desde sua origem na Cidade de Goiás, onde se iniciou no comércio e na organização de tropas de burros para transportes de mercadorias. Esse ofício proporcionou-lhe conhecer os grandes comerciantes da época, possibilitando expandir seus negócios e, aos poucos, sua fortuna foi

aumentado ao ponto de tornar-se o maior capitalista de Goiás naquele período. Ainda de acordo com Barbosa (2017), o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes mudou-se para o Distrito de Santa Rita do Paranaíba, no período em que o Brasil estava em guerra com o Paraguai.

Tudo indica que essa mudança de localidade foi planejada estrategicamente, visando expandir sua atividade econômica, passando a fornecer bens de consumo para as tropas brasileiras, como: ferragens, panos, armas, pólvoras, sal e o charque. Além desse ramo econômico, o coronel Hermenegildo passou a explorar os fatores geográficos da região investindo também no transporte de mercadorias em balsas sobre o Rio Paranaíba; essas duas atividades lhe asseguraram todo o monopólio atacadista da região do Paranaíba.

De igual modo, Amorim (2015) em suas narrativas constata que Hermenegildo Lopes de Moraes provinha da Cidade de Goiás, (Capital do estado) e lá já atuava no comércio. Para o autor, sua mudança para a cidade de Santa Rita do Paranaíba está relacionada à busca de melhores condições para expandir seus negócios no comércio atacadista, pois lá acumulou uma grande riqueza comercializando mercadorias com o Exército Brasileiro. Dentre os produtos negociados, o sal era vendido em grandes quantidades, no decorrer da Guerra do Paraguai. Além dessa atividade econômica, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes comandava um porto existente as margens do Rio Paranaíba. Ainda conforme Amorim (2015), quando o coronel se mudou de Santa Rita do Paranaíba para Vila Bela de Morrinhos, já possuía mais de 30 fazendas e muitos escravos. Porém, perdeu vários devido a uma epidemia de malária que estava alastrada naquela localidade.

Essa também é a compreensão de Barbosa (2017), para quem a mudança do coronel Hermenegildo se deu em consequência de uma epidemia de malária (1874), a qual gerou-lhe um elevado prejuízo, pois, vários escravos de suas senzalas foram mortos por essa doença, gerando um déficit de mão de obra em suas fazendas. Diante do mal que assolava a localidade e preocupado com o bem-estar da sua família, resolveu mudar-se em 1874, para Vila Bela de Morrinhos. Segundo Amorim (2015), essa mudança possibilitou aumentar sua comercialização, suprindo toda a região sul do estado, fazendo com que a vila se tornasse um polo comercial.

Já Fontes (1980) explica que essa mudança para Morrinhos não foi assim tão planejada, pois, o coronel Hermenegildo tinha como destino Pouso Alto (atual Piracanjuba) com a pretensão de lá fixar moradia, porém,

[...] em Villa Bella de Morrinhos fez parada para rever amigos. Um deles, Raimundo Nonato, aconselhou-o a adquirir propriedade aqui e em 16 de dezembro de 1874 recebia o Cel. Hermenegildo a escritura de duas casas de morada de Cândido Martins Pereira e Lucinda Cândido da Silva, situadas no Largo da Casa da Câmara (FONTES, 1980, p. 38).

Maria Lúcia Fonseca (1998) entende que a mudança para Morrinhos se deu “em consequência da frágil saúde de sua mulher. Não encontramos outros documentos que confirmem ou desmintam esta afirmação” (FONSECA, 1998, p. 96). E acrescenta que, na nova localidade, “A influência política do Cel. Hermenegildo, segundo a bibliografia existente, era tão grande quanto seu poder econômico. Foi o primeiro Intendente de Morrinhos e Vice-presidente do estado em todos os quadriênios até a sua morte em 1905” (FONSECA, 1998, p.96).

Aqui vemos claramente a exposição desta figura que se descortina no cenário político de Morrinhos. Sua importância na política local, estadual e até mesmo nacional tem destacado espaço, na contextualização histórica deste estudo.

Figura 06: Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes (c. 1880)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Para Fonseca (1998), a fortuna do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes era, possivelmente, a maior de Goiás na época:

A historiografia goiana dá conta de que o poder econômico por si só não garantia posição de destaque na política. No caso de Morrinhos a situação parece ser outra, pois ali existia um coronel caracterizado, em primeiro lugar, como um grande possuidor de dinheiro, numa época em que a economia do estado era bastante frágil. Ele foi o precursor do grupo político de Morrinhos (FONSECA, 1998, p.97).

Tal fortuna fê-lo gozar de visibilidade social, o que de certa forma, foi uma janela para que a prerrogativa política acontecesse de forma natural.

Nas palavras de Fontes (1980) foi por intermédio do coronel Hermenegildo junto ao Governo da Província que a comunidade consegue receber o foro de cidade, em agosto de 1882, quando foi assinada a Lei nº 686, elevando Vila Bela de Morrinhos à cidade, com o nome de Morrinhos. Ainda segundo Fontes (1980), a partir desse momento, Morrinhos passa a ter como representante oligárquico o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

Nesse contexto, é importante a pesquisa de Oliveira (2006) para quem nos ensina, que o prestígio social e político era mantido pelas famílias mais abastadas, por meio de empréstimos de dinheiro e venda de mercadoria a prazo. É importante atentar para as palavras de Oliveira (2006) que explica que

Nesta conjuntura, para gerar capitais, era necessário que um indivíduo diversificasse suas atividades produtivas: além de proprietário de grandes extensões de terras deveria exercer atividades diversas, como por exemplo, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, que teve a princípio, boa parte de sua fortuna adquirida durante a Guerra do Paraguai, ao fornecer grandes quantidades de sal às tropas que passavam pelo Porto de Santa Rita do Paranaíba em direção ao estado do Mato Grosso. Possuía sua própria tropa de burros e mulas, mantinha três importantes casas comerciais no sul de Goiás, em Santa Rita do Paranaíba, Morrinhos e Pouso Alto, em seu nome e de seus familiares, que eram encarregados de administrá-las. Além de ser talvez, o maior latifundiário do estado, com cerca de 48.000 alqueires goianos de terras espalhadas pelos municípios de Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba, Distrito de Alemão, Rio Verde, Pouso Alto e Bom Jesus, era também capitalista e financiava negócios públicos e privados emprestando dinheiro a juros tanto no sudeste, sudoeste e sul de Goiás, como no Triângulo Mineiro. Também exerceu várias ocupações na administração pública sendo Intendente Municipal e seu nome figura entre os Vice-Governadores de estado, de 1889 até à sua morte em 1905 (OLIVEIRA, 2006, p. 155).

De acordo com Oliveira (2006, p. 144), “das 536 amostras inventariadas analisadas na região Sul de Goiás, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes tinha todas as qualidades de um coronel tradicional, e por volta de 1870, uma vez estabelecido em Morrinhos, logo se tornou um líder político local”. Ainda de acordo com Oliveira (2006, p.144), “essa posição proporcionou-lhe condições para expandir sua influência política em nível regional/estadual por meio de uma série de alianças estratégicas e casamentos de filhos e enteados. Ao mesmo tempo, financiando obras públicas e privadas”.

Sobrepondo as informações de Oliveira (2006), Fonseca (1997) acrescenta que

[...] a pecuária possibilitou a ocupação do sul, do sudeste e do sudoeste goianos. Morrinhos nasceu dentro deste contexto, com bases econômicas fincadas, principalmente, na agropecuária. Entretanto, a elite local era formada também por comerciantes, juristas e políticos (que eram ao mesmo tempo fazendeiros). O Cel. Hermenegildo, conforme levantamento feito pela professora Maria Amélia Garcia Alencar, entre 1874 e 1901, comprou 27 propriedades no município, sendo responsável por 20% do total de dinheiro investido em terras durante o período. A família de sua mulher também aparece na documentação referente à aquisição de terras, com nove propriedades, compradas entre 1873 e 1886 (FONSECA, 1997, p.57).

Seguindo as palavras de Fonseca (1997), Oliveira (2006) constata em seus estudos que o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes

Entre 1871 e 1901 adquiriu 27 propriedades que correspondiam a um valor total de 39.273\$000, no município de Morrinhos Explorava as terras desenvolvendo atividades agropastoris e controlava os principais setores comerciais e financeiros da região sul de Goiás, suprimindo a inexistência de bancos sendo, portanto, ao mesmo tempo, proprietário de terras e capitalista. Tendo-se estabelecido na Vila Bela de Morrinhos por volta de 1870 exerceu diversas atividades e conseguiu acumular prestígio, poder econômico e político que lhe permitiu criar uma estrutura que propiciou a seus sucessores a ascensão política no âmbito estadual e federal. A sua influência era tão grande “a ponto de líderes da capital do estado irem à cidade de Morrinhos para, de acordo com o coronel Hermenegildo, escolherem a chapa dos representantes goianos à Assembleia Nacional Constituinte” o que atesta a sua importância política em Goiás nos primeiros anos da Primeira República (OLIVEIRA, 2006, p. 156 - 157).

Tudo indica que as movimentações desta época ajustar-se-iam aos fatores políticos e econômicos, da estrutura latifundiária. Versamos em abranger a sociedade rural, em que todos os feitos econômicos giravam em torno das questões agropecuárias. Ao perceber isso Fonseca (1997) afirma que

[...] não se pode falar em economia agropecuária sem se tocar na estrutura fundiária. Morrinhos foi um dos principais polos de valorização de terras no final do século XIX e início do século XX, sendo um dos municípios escolhidos pela professora Maria Amélia Garcia Alencar para seu estudo sobre a estrutura fundiária em Goiás, no período compreendido entre 1850 e 1910. Segundo ela, as fontes documentais sobre a região são bastante dispersas, mas embora dificultem a interpretação dos dados possibilitam algumas conclusões sobre a compra e a venda de terras (FONSECA, 1997, p.57).

Agregando a economia fundiária, Itami Campos (1983) considera que o pouco comércio existente em Goiás, durante a Primeira República, mesmo apresentando proporções reduzidas, constituía-se numa forma de intercâmbio entre os habitantes das zonas urbana e rural. Entender isso é saber que

[...] no caso de Morrinhos, sendo o Cel. Hermenegildo um atacadista que estendeu seus negócios a seus parentes, o comércio tornou-se uma atividade de peso. Além disso, existia um comércio menor, como o das tavernas, de suma importância para que as sociedades se estruturassem, uma vez que cumprem um papel intermediário na economia (FONSECA, 1997, p.61).

Diante desta estrutura estabelecida, Rosa (1984) esclarece que as atividades políticas

e comerciais do coronel Hermenegildo fizeram de Morrinhos o centro comercial da região. Sua principal atividade era a comercialização de sal, produto raro na região. A importância do coronel Hermenegildo cresceu com a expansão de seu comércio e amizade, estendendo-se até o Triângulo Mineiro.

O coronel Hermenegildo Lopes de Moraes tinha como uma de suas atividades o empréstimo de dinheiro, que se estendia até o Triângulo Mineiro. Na figura abaixo podemos evidenciar um de seus recibos, provavelmente usado para registrar esses empréstimos.

Figura 07: Recibo com Nome do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes (c. 1870)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Para Fonseca (1997), os interesses comerciais de Hermenegildo não se restringiam ao empréstimo de dinheiro, atividade que se estendia até o Triângulo Mineiro. Conforme discorremos anteriormente ele era um latifundiário, um capitalista, tendo poder aquisitivo para financiar negócios públicos e privados. Além do mais, como frisamos anteriormente ele possuía casas comerciais em seu nome e de seus familiares, os quais eram incumbidos de administrá-las.

Em suas pesquisas referente ao comércio existente naquela época em Morrinhos Fonseca (1997) constata que

O lançamento de tributos para o ano de 1898, mostra que existiam em Morrinhos duas lojas de primeira categoria, que vendiam fazendas, ferragens e armarinhos. Uma era a “Hermenegildo, Nunes, Silveira e Cia”, a outra pertencia a José de Rezende e Oliveira. Até mesmo o Cel. Pedro Nunes, genro e sócio do Cel. Hermenegildo na maior loja da cidade, aparece como um lojista de terceira categoria, numa referência a outro estabelecimento de sua propriedade, numa mostra de como os braços do patriarca eram longos e chegavam a todas as camadas da população (FONSECA, 1997, p.61).

Mesmo que a cidade nesse período contasse com casas comerciais, como foi descrito por Fonseca (1997), ainda sim, continuava em total atraso como as demais cidades do interior de Goiás. A vida urbana que girava em torno do comércio local, indicava apenas possibilidades futuras de crescimento, tendo como alicerce a influência do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

No progresso de seus estudos Fonseca (1997) ao citar Leal (1980) descreve que

Morrinhos hoje, meu caro leitor, não é mais a antiga Vila Bela, é a cidade simplesmente Morrinhos, elevada a essa categoria talvez pelo seu futuro progresso, porque nestes cinco anos a única diferença que notei foi ter mais uma casa comercial e mais alguns regos d'água através das ruas, de onde um míope como nós, se alta noite por elas vagueia, volta de nariz enlameado para casa. Algumas casinhas novas substituindo outras que não mais se puderam conservar de pé orlam as ruas de Morrinhos e no mais o mesmo povo, o mesmo agrado e afabilidade que conheci da outra vez quando lá passei. (FONSECA, 1997, p.41 apud LEAL, 1980, p. 40 e 41).

Pode-se encontrar idêntica descrição da cidade, nas palavras do maestro Bruno José Vieira, em seu livro “Morrinhos ao som da lira”, nele o maestro descreve que

Em 1900, esta cidade nascia nas proximidades do córrego Maria Lucinda [...]. bifurcando, expandia-se em direção ao antigo Largo do Rosário, depois da Praça da Liberdade, e hoje Praça Rui Barbosa. Neste Largo havia uma capela inacabada, em honra a Nossa Senhora do Rosário. Daí seguia, rumo ao oeste, até a parte alta da cidade, próxima a um pequeno cemitério que já não mais existe. O outro lado da expansão verificou-se nas adjacências da Igreja, insuflando-se também em direção ao Oeste. A rua do Comércio, hoje rua barão do Rio Branco, estabelecia o limite da cidade neste setor. Possuía o mesmo comprimento que ainda apresenta hoje, embora com casas esparsas, e dividia-se em quatro zonas: Centro, Brejo, Cerrado e Açude. Assim, a quem residia na parte baixa da cidade, dizia-se que morada no Brejo, e a quem residia na alta, que morava no Açude e assim por diante (VIEIRA, 1974, 16).

Nesse mesmo caminho, Fonseca (1997) acrescenta a perspectiva que

Morrinhos de 1925 não diferia em quase nada das típicas comunas goianas. Cidade de poeira e lama, conforme a estação, com suas casas no velho estilo, ranchos compondo a orla urbana, o bacamarte roncando com alguma frequência, os mortos no cemitério e os matadores protegidos na fazenda de um coronel qualquer (FONSECA, 1997, p.43-44, apud ROSA, 1974, p. 60/61).

Outra descrição da cidade e apresentada por Meira (2017), ao relatar em seus estudos, que a partir da tentativa de reformular a imagem histórica de Morrinhos, percebeu-se mudanças no traçado físico da cidade. Essas modificações corresponderam à falta de infraestrutura urbana engendradas ao ideal de progresso, estudado pelo Presidente provincial Leite Moraes no verão de 1880. Essa análise desaparece do discurso dos memorialistas e historiadores oficiais, a menos que seja resumido como um exemplo de nostalgia em uma época que nunca mais volta.

Conforme com Meira (2017), aponta em suas pesquisas

As referências ao coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e alguns outros homens de negócios, bem como aos raros funcionários públicos no texto do diário de viagem de Leite Moraes se deram sempre como exemplos antitéticos do que seria o padrão, tanto dos goianos quanto das condições econômicas e sociais da Província em geral e das

localidades em particular. Progresso versus abandono e decadência; empreendedorismo versus preguiça e indolência (MEIRA, 2017, p.102).

Nesse sentido, Fonseca (1997) explica que o dinheiro não é o único fator determinante na formação de lideranças locais, mas no caso de Morrinhos acredita-se que sim, pelo menos inicialmente. A reputação foi construída pelo patriarca que planejou, estrategicamente, o destino de seu clã. O Coronel Hermenegildo foi considerado um homem sábio e viu os benefícios da situação ao longo de sua vida.

Nessa percepção, Meira (2019) acrescenta que a presença do coronel em Morrinhos representou a estrutura do novo terreno. Desaparecendo assim a imagem de uma cidade subdesenvolvida, sem infraestrutura urbana, repleta de vestígios de pobreza e miséria. Muitos morrinhenses se viram representados por coronéis, e sua riqueza e prosperidade econômica e política tornaram-se parte da memória compartilhada por todos. Assim, o Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes consolidou seu poder político e lançou as bases para a criação do "Grupo Político de Morrinhos", que controlava quase todo o sul de Goiás.

3.2 A Aliança Familiocrática do Coronel Pedro Nunes da Silva

A se saber, os ajustamentos políticos da época, mais assemelhavam-se a processos familiocráticos e, para isso, entender os ajustes e laços parentais torna-se muito importante.

Pedro Nunes da Silva, por exemplo

Nasceu na antiga capital do estado, no dia 29 de junho de 1850. Veio ainda moço para Morrinhos com o Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes e aqui se casou com a enteada desse ilustre homem: Maria Carolina Nunes da Silva. Do matrimônio nasceram os seguintes filhos: Pedro Nunes da Silva Filho, Olímpia, Francisca, Raul Nunes, Antenor e Mário (FONTES, 1980, P. 63).

Acrescentando às informações narradas por Fontes (1980), Barbosa (2017) relata em seus escritos que

Para ajudá-lo na direção política de Vila Bela de Morrinhos, Hermenegildo Lopes de Moraes incumbiu a sua sombra, o amigo, braço forte e conterrâneo Pedro Nunes da Silva que estava sob sua guarda desde criança, filho de Francisca Ribeiro dos Santos, nascido na cidade de Goiás, aos 29 de julho de 1850, casando-o com sua enteada Maria Carolina da Silveira (30/10/1862 – 10/05/1953), em 7 de janeiro de 1883, na igreja de Nossa Senhora do Carmo, do qual faria seu herdeiro político (BARBOSA, 2017, p. 46).

Assim, Pedro Nunes da Silva gozava de extremo prestígio⁶, o que o fez ser escolhido como primeiro Conselheiro Municipal, entre 1893 e 1898. No início do século seguinte, entre os anos de 1912 e 1919, atuou como Intendente do município.

Figura 08: Coronel Pedro Nunes da Silva – 1884 (c. 1870)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Para Barbosa (2017), o desempenho político-administrativo de Pedro Nunes da Silva é reconhecido a partir do momento em que assume a chefia política do município e, também na ocasião em que passa a comandar as lojas comerciais do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

⁶ Por Carta Patente Imperial de 3 de março de 1883, assinada por D. Pedro II (1840-1889), pelo presidente da Província de Goiás, Antônio Gomes Pereira Júnior (22/02/1883-25/10/1883) e pelo coronel Hermenegildo Lopes de Moraes Comandante Superior da 4ª Companhia do 9º Batalhão do Serviço Ativo das Guardas Nacionais dos Municípios de Vila Bela e Santa Cruz da Comarca do Rio Piracanjuba é promovido a Major Ajudante de Ordens Servindo de Secretário Geral do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca do Rio Piracanjuba. (BARBOSA, 2017, p. 46-47).

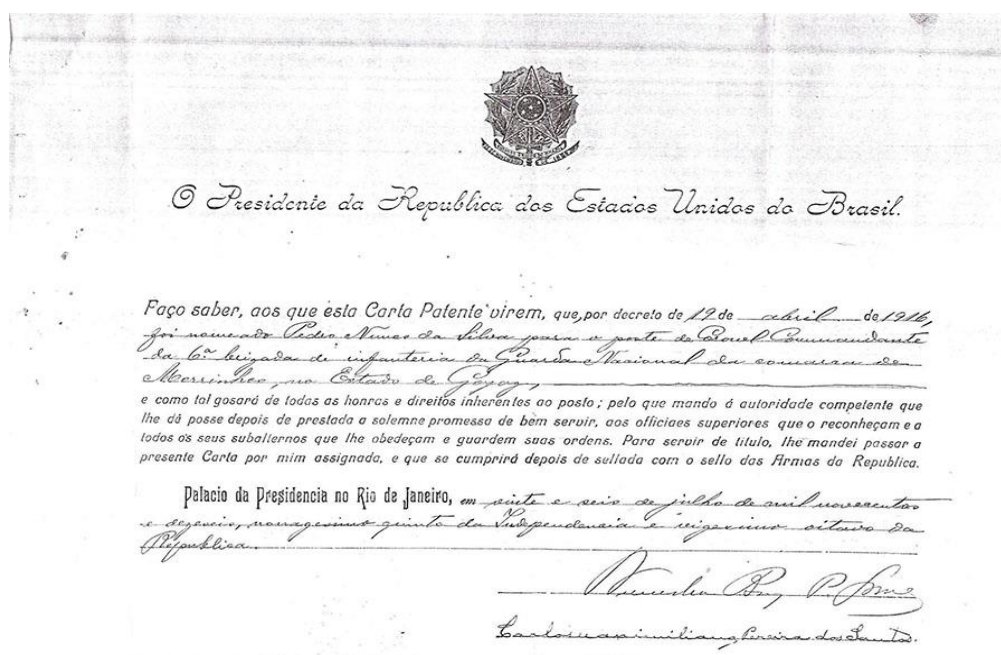
Ainda de acordo com Barbosa (2017), enquanto Pedro Nunes empenhava-se “na política local e na gerência das lojas, o coronel Hermenegildo dedicava-se na administração dos negócios de maior rentabilidade como: seu escritório bancário, às fazendas, à criação de gado, ao transporte de mercadorias e à liderança política de todo o Sudeste goiano”. Essa parceria consolidava o prestígio político de Pedro Nunes da Silva e Hermenegildo Lopes de Moraes em todo estado. (BARBOSA, 2017, p. 48)

Em relação ao desempenho e a chefia política do município, Barbosa (2017), em seus estudos, descreve a trajetória do Major Pedro Nunes da Silva, a partir do momento em que

[...] preside a Câmara Municipal de Vereadores de Vila Bela de Morrinhos (9/1881). Inspetor paroquial (1884). É eleito Intendente Municipal de Morrinhos em 1911, pela segunda vez. Em 1912 ele está à frente da administração do município, dando cara nova à cidade. Inicia a construção do Paço Municipal, prédio de Câmara e Cadeia, de dois pavimentos, na Praça Nossa Senhora do Carmo, obra de alto custo, executada com recursos da municipalidade, inaugurando-a em 1915, já quase no final de seu mandato. Com uma administração inovadora, voltada para o homem do povo, seu prestígio pessoal só fazia crescer (BARBOSA, 2017, p. 89-90).

Como resultado da atuação política de “Pedro Nunes da Silva, em abril de 1916 é promovido a Coronel por ato do Presidente da República” (BARBOSA, 2017, p. 90). Nesse sentido, Fontes (1980) ressalta que Pedro Nunes “foi várias vezes intendente de Morrinhos, tendo sucedido o coronel Hermenegildo na loja, chefia política do município e na patente de coronel”. (FONTES, 1980, p. 63). Na imagem abaixo podemos ver a Carta Patente onde o Presidente da República concede o título de coronel a Pedro Nunes da Silva.

Figura 09: Carta Patente Pedro Nunes da Silva (1916)



Os serviços prestados por Pedro Nunes foram de grande importância para a época, a exemplo o Paço do Conselho Municipal, em 1915, na Praça de Nossa Senhora do Carmo, anexo da sala de justiça pública cujo piso inferior era provido de celas. A cadeia pública, antes disso, situava-se em frente à loja do coronel Pedro Nunes, loja que foi demolida para, em seu lugar, ser construída a residência de seu sobrinho Guilherme Xavier de Almeida.

A velha Cadeia Pública em frente à casa comercial do Major (que é o mesmo Coronel) Pedro Nunes, foi palco de cenas constritoras, quando, por necessidade do momento, era internada uma moça louca, que de pé sobre as grades do presídio, obrigava-nos a contemplar com serenidade e compaixão o modelo escultural de suas formas e a beleza rara de seu rosto escondendo na nudez sepulcral os encantos de sua voz. O Major Pedro Nunes da Silva, na qualidade de Prefeito Municipal, construiu, na Praça da Matriz, confortável sobrado para onde transferiu o Foro, Cadeia e Prefeitura, demolindo o fantasma que absorvia os encantos daquele encontro de ruas (FONTES, 1980, P. 64).

3.3 Projeção Política de Hermenegildo Lopes de Moraes Filho

A passagem do século XIX para o XX – da Monarquia para a República, da República Velha para o Estado Novo – representou, também, o início da mudança de perfil da sociedade brasileira, de rural para urbana. A política acompanhou isso: a primeira geração dos mandatários locais ascendeu socialmente a partir, principalmente, da riqueza acumulada em negócios rurais; a segunda geração era de bacharéis, acompanhando as mudanças na própria sociedade.

Diante desse processo de transformação que a sociedade vinha passando, e também como estratégia política para consolidar-se e perpetuar-se o mandonismo, o coronel Hermenegildo viu que era por meio dos estudos que seus filhos iriam assegurar sua extensão política.

Oliveira (2006) compartilha da mesma narrativa ao atestar que o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes via nos estudos a maneira mais eficaz de preparar seus filhos para concorrer a cargos políticos em âmbitos estaduais e federais, para isso

Enviou seus três filhos para estudarem, em São Paulo, tendo em vista que esta condição seria o passaporte para voos políticos altos. Os filhos Hermenegildo Lopes de Moraes Filho e Alfredo Lopes de Moraes bacharelaram-se em Direito. O primeiro foi deputado federal e senador federal e, chegou a ser eleito Presidente do estado em 1909, mas foi impedido de tomar posse. O segundo Alfredo Lopes de Moraes, também foi deputado federal e Presidente do estado de 1929 a 1930. Seu genro José Xavier de Almeida foi deputado federal e Presidente do estado de 1901 a 1905. E o outro filho, Francisco Lopes de Moraes, embora tivesse abandonado os estudos ocupou vários cargos públicos no município e exerceu um mandato de deputado estadual (OLIVEIRA, 2006, p. 157).

Nessa mesma direção Amorim (2015) descreveu que

Como quase todos os coronéis que não possuíam curso superior, o Coronel Hermenegildo tratou de enviar os filhos para cursar a faculdade de direito e adquirir título de bacharel, uma forma de legitimar ainda mais o poder de mando com a sabedoria do doutor. Por outro lado, era quase uma obrigação que os candidatos a cargos federais fossem bacharéis. Enquanto isso, os cargos da esfera estadual e municipal ficavam na quase totalidade com os coronéis que não possuíam o título de bacharel (AMORIM, 2015, p. 90-91).

Em seus estudos Fonseca (1997) narra que

Hermenegildo Lopes de Moraes, o filho, cedo ingressou na vida pública, e seu nome figura já nos primeiros documentos morrinhenses do período republicano. No termo de exame da Escola Pública de 2º Entrância do Sexo Masculino, em dezembro de 1891, era examinador, e no lado oposto (como examinado) estava seu irmão Alfredo Lopes de Moraes, no ano seguinte participou do exame na escola feminina. Em 1893, era Juiz de Direito Interino, e ao que tudo indica, o cargo não lhe interessava nem um pouco, pois em ofício datado de 19/01/1893 pedia ao vice-presidente do estado Antônio José Caiado, que providenciasse um Juiz de Direito efetivo para a Comarca. Dois dias depois entregou o cargo a um substituto e em 28 de fevereiro, Antônio Lourenço Araújo foi nomeado Juiz efetivo (FONSECA, 1997, p.105).

Amorim (2015) assevera em seus estudos que o

Senador Hermenegildo Lopes de Moraes, filho do Coronel, formou-se em direito em 1891 e já em 1894 elegia-se deputado federal, reelegendo-se diversas vezes. Foi eleito senador em 1909 e no mesmo ano, presidente do estado (cargo que não assumiu devido ao movimento de 1909 articulado pelos Bulhões e coronéis descontentes com a política seguida pelo grupo de Xavier de Almeida, além de quererem retomar o controle político do estado). Voltou à política durante a formação da Oligarquia chefiada pelos Caiado. Em 1918 tornou-se senador federal e morreu durante seu segundo mandato, em 1925 (AMORIM, 2015, p. 93).

Figura 10: Senador Hermenegildo Lopes de Moraes Filho (c. 1915)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Continuando sua trajetória política, Fonseca (1997) disserta que após deixar os limites de Morrinhos, Hermenegildo Lopes de Moraes Filho começou a assumir outras atribuições que o elevou a nível nacional. Ele foi reeleito várias vezes como membro do Congresso, no cargo de Deputado Federal. No pleito eleitoral de 1909, foi eleito presidente do estado, mas não pôde tomar posse devido ao movimento de 1909, em que os candidatos ligados a Xavier de Almeida, eleitos para o legislativo e para o executivo, não foram reconhecidos. Em 1917, voltou e foi eleito para o Senado da República e tornou-se secretário do Instituto Jurídico a que pertencia. Itami Campos atribuiu parte de sua influência no poder do Estado ao fato de dividir a cadeira nos estudos da faculdade de direito com Wenceslau Braz.

Ainda segundo Fonseca (1997), logrou êxito a tentativa de construção da Ponte Afonso Pena, em 1909, a luta pela Escola de Goiás, a ampliação da linha telegráfica e a participação na Comissão do Código Civil, conhecida como Comissão 21. Encerrando sua carreira política ao morrer 6 de dezembro de 1925, aos 55 anos, na cidade do Rio de Janeiro.

Melo (et al. 2014) acrescenta que as projeções políticas de Hermenegildo Lopes de Moraes Filho trouxeram vários benefícios ao estado: o esforço para construir a ponte Afonso Pena ligando Goiás ao Triângulo Mineiro. A luta para criar o Liceu de Goiás. Extensão das linhas telegráficas de Santa Rita a Rio Verde e Jataí e a criação do Posto Experimental de Monta.

Nesse mesmo caminho, Amorim (2015) apresenta em seus ensinamentos que

O Dr. Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, desde 1895, empenhou-se para a liberação de recursos federais para a construção da ponte Afonso Pena. José Xavier de Almeida, quando deputado federal, também atuou no empenho para obter a aprovação de lei no sentido e liberação dos recursos necessários para a construção da referida ponte sobre o Rio Paranaíba, vital para as ligações comerciais do sul-Sudoeste do estado com o Triângulo Mineiro, e, daí com São Paulo. O primeiro também conseguiu o prolongamento da linha telegráfica de St.^a Rita do Paranaíba até Rio Verde num projeto que ia até Rio Bonito (Caiapônia); facilitando as comunicações com as áreas mais dinâmicas do sudoeste. Além de se empenhar pela melhoria nos transportes, conseguiu do Governo Federal a aprovação de recursos para o estabelecimento de uma estação de monta em Morrinhos, objetivando a melhoria da qualidade do rebanho de gado bovino de corte para exportação rumo ao sudeste. Tentou recursos para a construção de mais duas estações de monta para outras áreas do estado (AMORIM, 2015, p. 93-94).

Nessa concepção, Melo (et al. 2014) explica que a posição de Senador serviu de base para que Hermenegildo Lopes de Moraes Filho desenvolvesse a conciliação em forma de apoio oficial ao Presidente da República, no sentido de que organizava, politicamente, os poderes estadual e federal. Na mesma medida, ele garante o controle federal. As nomeações foram feitas de acordo com os desejos dos políticos locais a eles associados, enfatizando o domínio (autoritarismo) herdado do coronel. "

Conforme a narrativa de Fontes,

Uma das grandes preocupações de Hermenegildo Lopes de Moraes era a educação em sua terra e, quando viu que não lhe seria mais possível trabalhar para isso, em virtude da proximidade da morte, pediu à esposa que empregasse parte dos seus bens na fundação de escolas em Morrinhos [...] (FONTES, 1980, p. 40).

Maria Amabini, satisfazendo a vontade do esposo, procurou trabalhar em favor da educação em Morrinhos. Trouxe para a cidade, em 1936, as irmãs franciscanas para darem início a um Colégio religioso.

Para isso, fez a doação de sua própria casa e construiu outra pouco abaixo. Infelizmente, as irmãs se recusaram a continuar o trabalho e Dona. Fiica viu-se obrigada a recorrer novamente ao arcebispo de Goiás D. Emanuel Gomes de Oliveira, para entrar em entendimento com outra ordem religiosa. Vieram, assim, as Madres Agostinianas para o Colégio feminino e os Padres Estigmatinos para o masculino. Estavam fundadas duas escolas: Escola Normal Dr. Hermenegildo de Moraes e o Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, ambas em homenagem ao esposo [...] (FONTES, 1980 p. 60).

3.4 Ascensão Política de Alfredo Lopes de Moraes

Diferentemente de seu irmão, a trajetória política de Alfredo Lopes de Moraes iniciou na cidade de Morrinhos, em 1916, ao assumir o cargo de intendente, para o qual fora eleito no final da gestão do coronel Pedro Nunes. No decorrer dos anos, atuou como líder político de Morrinhos, sendo eleito em 1927 deputado federal por Goiás.

Sua oportunidade para concorrer a cargos políticos mais altos se dá com a morte de seu irmão, o Senador Hermenegildo, assim, Alfredo Lopes de Moraes sai de uma posição secundária e torna-se líder de seu clã. Dono de um discurso oposicionista a que, entretanto, não o impede de fazer acordos e alianças. Fato acontecido em Morrinhos durante a estada de Totó Caiado, que o pressionara a recrutar homens que pudessem servir a seus propósitos, no que foi atendido, embora tendo de acatar a exigência de que os homens aqui recrutados seriam comandados por Alfredo Lopes de Moraes e não ficariam sob o comando de Totó Caiado, embora isso fosse considerado uma afronta (MELO et al. 2014, p. 51).

Em relação a esse tema Campos (1983) acrescentou-nos que

[...] no dia seguinte, o batalhão entrou em forma, pondo-se em movimento rumo a Santa Rita do Paranaíba, onde aguardavam os voluntários a muque de lá. Acrescido do contingente de Morrinhos. Caiado havia dobrado em poucas horas de rebeldia dos coronéis recalcitrantes da cidade. Comandava o contingente local o mais graduado político da terra, que segue com seus bate-paus, caçados a peso de dinheiro ou sob ameaça de represálias, o doutor Alfredo Lopes de Moraes (CAMPOS, 1983, p. 82).

Figura 11: Dr. Alfredo Lopes de Moraes (c. 1916)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Sobre essa questão, é importante mencionar o texto de Amorim (2015), para quem Alfredo Lopes de Moraes foi outra pessoa que atuou como importante líder da política em Morrinhos, no estado e até no setor federal. Tornou-se chefe da família Lopes de Moraes após a morte do Senador Hermenegildo, em 1925, e a exclusão de Xavier de Almeida da política. Foi eleito deputado federal e nas eleições seguintes eleito presidente do estado de Goiás em 1929. Manteve no cargo por mais de um ano, afastando-se do governo em agosto de 1930, pouco antes da Revolução. Não se envolveu com o movimento dos anos de 1930. Dessa forma, a causa de sua licença nada tem a ver com o movimento dos anos 1930, e a origem desse posicionamento está relacionado ao mandonismo caiadista.

Segundo Itami Campos,

[...] a eleição de Alfredo Lopes de Moraes indicava mudanças na política estadual, pois se dizia liberal e levou para Goiás pessoas que não faziam parte do grupo político da capital, como seu enteado, o médico Gumercindo Marques Otero, que significou para a oposição, a esperança de mudanças no sistema político (CAMPOS, 1983, p. 79).

Assim, os esforços de Alfredo Lopes de Moraes para mudar a estrutura política do estado, foram em vão, o que levou-o a renunciar o cargo em 12 de dezembro de 1929, assumindo em seu lugar o vice Dr. Humberto Martins Ribeiro.

Referente a essa questão, Fontes (1980) apresenta os relatos de Leo Godoy Otero, relacionando aos acontecimentos políticos que levaram à renúncia de seu avô, Dr. Alfredo Lopes de Moraes.

Em fins de 1928, o Supremo Tribunal Federal acolhe um pedido de intervenção no estado de Goiás, Os peticionários alegavam arbitrariedades do governo do Dr. Brasil Ramos Caiado, desrespeito à instituição do “habeas corpus”, violências contra adversários políticos e violação do lar. Jamais houve alegação de improbidade e corrupção. O tribunal decreta a intervenção em Goiás. O Dr. Brasil tomara posse na presidência do estado em 14.07.1925, deixando-a em 14.07.1929. Tal intervenção forá confiada ao Coronel Maurício José Cardoso, comandante do 5º Regimento de Infantaria, sediado em Lorena, estado de São Paulo. Ante esse fato, o governo Caiado entra em contato com o candidato eleito à presidência da República, a fim de ser evitada aquela intervenção: Júlio Prestes, de acordo com Washington Luís, impõe somente uma condição: indicava para a presidência do estado, a substituir, constitucionalmente, o Dr. Brasil Caiado, o deputado federal Dr. Alfredo Lopes de Moraes. Alegava o único apto a esvaziar a crise, pela sua moderação, probidade, cultura e virtudes cívicas. Relutantemente, o governo Caiado aceita: ou se submetia à intervenção ou àquele candidato de conciliação, sem alternativa que lhe conviesse. Eleito presidente do estado de Goiás, pelo Partido Republicano, toma posse no dia 14.07.1929. No dia 12 de dezembro de 1929, renunciando ao cargo, passa o governo do estado ao vice-presidente, Dr. Humberto Martins Ribeiro. Causas da Renúncia: 1º – a impossibilidade de ser implementado um governo voltado à administração pública, infenso à ingerência dos Caiados, que controlavam o Partido Republicano; 2º – a impossibilidade de serem vencidos obstáculos existentes, no setor político, estratificados no tempo, em todo o estado, implantados desde quando do controle direto da administração pelos Caiados; 3º – a lealdade do Dr. Alfredo para com Washington Luís, Júlio Prestes e o Partido Republicano, o mesmo dos Caiados, pelo qual forá eleito; 4º – a impossibilidade de remoção das inexoráveis pressões no seu governo, o qual não desejava arredar-se de seus princípios de independência, moderação e respeito aos direitos constitucionais dos cidadãos; 5º – amizade pessoal que o ligava aos Caiados; 6º – a inadaptação de sua esposa, D. Maria Marquez de Moraes, às intrigas palacianas (FONTES, 1980, p. 28-29).

Diante dos fatos relacionados, Fontes (1980) narrou-nos, e aqui voltamos a frisar, que Alfredo Lopes de Moraes regressou a Morrinhos no mesmo ano, dedicando-se à advocacia e à administração de suas fazendas, permanecendo na oposição durante toda a administração do governo Vargas. Com a criação da União Democrática Nacional filia-se no partido, sendo escolhido presidente de honra por seus partidários. Melo (et al, 2014) acrescentou que a renúncia e, conseqüentemente, o retorno do Dr. Alfredo Lopes de Moraes a Morrinhos, enfraqueceu a influência dos Lopes de Moraes, Nunes da Silva e Xavier de Almeida, estreitamente ligados por parentesco e, com isso, levando ao declínio permanente do grupo político do sul de Goiás.

3.5 Contexto Político de José Xavier de Almeida

Rosa (1984) ressalta que, sendo natural da cidade de Goiás, então capital do estado, o jovem e dinâmico político José Xavier de Almeida, juntou-se ao clã Lopes de Moraes. Xavier

de Almeida tornou-se ativo no movimento abolicionista promovido pelos jovens estudantes do estado. Na época, existiam vários círculos dedicados à libertação da escravidão, um dos quais foi denominado "Xavier de Almeida" para homenagear os esforços do rapaz na luta contra a escravidão. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Francisco, estado de São Paulo, foi convidado pelo Presidente de Goiás, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim para ocupar seu primeiro cargo político como Secretário de Interior e Justiça. Começou sua carreira política mantendo contato com os governantes da cidade, tornando-se popular em todo o estado, estabelecendo vínculos de amizade e seguidores em todos os lugares, o que lhe deu uma base sólida e reputação política.

Foi eleito deputado para a Câmara Federal em 1900. Os quatro anos (1901-1905) foram caracterizados por uma série de medidas muito importantes para os goianos tais como: construção de uma academia de direito, respeito à liberdade pública, aumento das receitas do estado, estímulo para o comércio e a produção, melhora dos fatores regionais, aprimoramento da ética e da justiça, aperfeiçoamento e construção de estradas e pontes. Nessa época, estava ligado à oligarquia dos Bulhões, tornando-se logo o mentor de uma oligarquia de transição entre os Bulhões e os Caiado a qual ficou conhecida como Xavierista. (FONTES, 1980, p. 51).

Para Amorim (2015), em vários governos, ele desempenhou um papel estratégico. Após a eleição e consecutiva vitória, firma acordo entre os Bulhões e os dissidentes, passando a agir de forma cada vez mais independente dos Bulhões; consolida seu poder, ao agrupar políticos contrários ao antigo regime. Uniu forças com coronéis internos como: Gonzaga Jayme, Sebastião Fleury, João Alves de Castro, Antônio Ramos Caiado, todos contrários ao Centro Republicano, partido dos Bulhões.

Ainda conforme Amorim (2015), por meio do casamento, Xavier de Almeida formou uma aliança com os Lopes de Moraes, ao casar-se, em 1901, com Amélia Augusta de Moraes filha do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes. Esse contrato de casamento lhe proporcionou apoio financeiro, graças à riqueza e influência de seu sogro que também foi Vice-Presidente do estado. Além do apoio político e da influência do Sul, seu segundo mandato no governo permitiu-lhe abraçar novas formas de administração que modernizaram e simplificaram o estado. Buscou também conter as ações econômicas dos coronéis, que davam prejuízos aos cofres públicos contrabandeando gado.

Acrescentando no estudo de Amorim (2015), Melo (et al. 2014) relata que o governo proposto por Xavier de Almeida reorganizou e controlou rigidamente os locais de arrecadação, baniu incentivos fiscais - fato que agravou a crise econômica que varria o país, causando descontentamento entre coronéis, o que consecutivamente levou à Revolução de 1909, pondo

fim à carreira política de Xavier de Almeida. O qual ainda detendo o poder político, elegeu o coronel Miguel da Rocha Lima como seu sucessor e arrecadando mais de 70% dos votos. Porém, esse resultado foi impugnado pelos Bulhões. Fato que desencadeou a aprovação do candidato de Bulhões, o que resultou em dois poderes administrativos em Goiás. A circunstância ficou tensa ao ponto dos Bulhões considerarem a possibilidade de uma intervenção federal em Goiás e, em última instância, no surgimento de uma revolução na qual seriam derrubados. Esse fato ficou conhecido no congresso como Caso de Goyaz.

Segundo Maria Luiza Araújo Rosa, “o deputado Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, representante dos Xavier, tentava contrapor-se aos Bulhões, apresentando documentos oficiais, defendendo assim os argumentos do partido” (ROSA, 1984, p. 79).

Nessa conjuntura, Melo (et al. 2014) argumenta que o presidente Rodrigues Alves não se importou com a questão goiana e deixou seus ministros e parlamentares chegarem a um acordo com o chefe do estado. Não se apressou em tratar desse assunto perante o Congresso. E após exame dos documentos, decidiu indeferir o pedido de intervenção, por considerá-lo supérfluo, uma vez que os xavieristas não representavam obstáculos e, sim, prestavam apoio a seu governo.

Sobre esse tema, é oportuna a análise de Rosa (1984), ao enfatizar que o relator da comissão julgadora no Congresso Nacional, Estevão Lobo,

Deu um parecer formado de três partes. Na primeira discutia a questão sob o ponto de vista jurídico, aplicando ao caso de Goyaz a regulamentação do artigo 6º da Constituição Federal. Na segunda, reconhecia a competência do Congresso Federal para decidir sobre casos de duplicação de Assembleias e Governos Estaduais. Na terceira, finalmente, estudava particularmente os documentos apresentados, concluindo pela rejeição ‘in limine’ do pedido de intervenção, considerando sem nenhuma procedência. Seu parecer, bem recebido pelos congressistas, foi aprovado (ROSA, 1984, p. 81).

Relativo ao assunto, Melo (et al, 2014) explica que José Xavier de Almeida, após consolidar seu poder na esfera estadual e federal, passa a coordenar a questão da homologação dos seus candidatos, sob a assistência dos Presidentes Rodrigues Alves e, logo em seguida, Afonso Pena.

De acordo com Fontes,

Ainda no exercício desse mandato, foi apontado pelo Diretório do seu partido como candidato a uma vaga no Senado Federal. Xavier de Almeida opôs-se à sua indicação, citando as razões que o levavam àquilo. Apesar disso, o nome de Xavier de Almeida foi mantido, o que provocou cisão no partido. A situação política federal mudou com a morte de Afonso Pena, e Xavier de Almeida, que estivera certo da vitória, percebeu que não lhe restava outro caminho a não ser conformar-se, pois o reconhecimento do seu mandato dependia do voto da maioria em cada Câmara (FONTES, 1980, p. 51-52).

Amorim (2015) esclarece que para torná-lo politicamente viável, seu governo tentou

criar um mecanismo para apoiá-lo, implementando uma política de reconciliação, instituindo um jornal oficial do governo, e a criação do jornal "A Imprensa" que era utilizado como meio de comunicação de seu grupo, refutando ao governo republicano o controle por meio do aliado Afonso Pena; para isso, contou com a atuação de seu cunhado, o Senador Hermenegildo, na mudança das esferas eleitorais, articulando para vencer a eleição de 1904.

Ainda segundo Amorim (2015), a divisão Xavierista aumentou nas eleições presidenciais, estaduais e para o Senado em 1909. Como chefe do clã, Hermenegildo Lopes de Moraes Filho é apresentado por Xavier de Almeida à presidência do Estado. A este respeito, é importante sublinhar a incompreensão de Ana Lúcia, que na sua tese afirmou que “Xavier de Almeida fez questão de encorajar seu sogro Hermenegildo Lopes a candidatar-se como Presidente do Estado, nessa questão há um equívoco haja vista que o coronel Hermenegildo havia falecido em 1905.

Transcorrido o pleito eleitoral, Hermenegildo Lopes de Moraes Filho é eleito, porém como explica Amorim (2015), não foi possível assumir o cargo de presidente do estado. Lança mão do acordo firmado anteriormente com Gonzaga Jaime e concorre como candidato ao Senado Federal. Nesse percurso, Gonzaga Jaime alia-se aos Caiado, desvelando objeção de Xavier de Almeida sob o comando de Bulhões. Com isso, a oposição cresce com o surgimento do Partido Democrata, instituído por meio da insatisfação da política fiscal do governo.

Por fim, Amorim (2015) analisa que a gestão de José Xavier de Almeida preocupou-se, principalmente, com a estrutura e o apoio financeiro para Morrinhos. O governo procurou submeter-se aos coronéis tradicionalistas e patriarcais, adotando políticas nacionais de racionalização e moralização. Ao mesmo tempo, conseguiu um equilíbrio contábil positivo entre as receitas e despesas do estado, facilitando os interesses do sul do estado e o progresso econômico. As relações são cada vez mais coordenadas pela acumulação de capital e dominação socioeconômica sob a influência da região sudeste do país. Sua área de base tem como ponto focal a cidade de Morrinhos e seus principais líderes políticos.

3.6 Gestão Política do Coronel Fernando Barbosa

Conforme já apontamos anteriormente a renúncia de Alfredo Lopes de Moraes, desestruturou o grupo do sul, o que gradativamente levou a seu fim. Em nível local, em um primeiro momento, a cidade teve como parte do processo de mudança política a gestão do

coronel Fernando Barbosa.

Embora Fontes (1980) e Barbosa (2017) afirmem, que o coronel Fernando Barbosa, esteve à frente da chefia política de Morrinhos por um breve período de tempo, perdendo este posto quando em 1934, no governo de Getúlio Vargas, ocorre a adesão do Dr. Sylvio Gomes de Mello à Aliança Liberal elucubramos, pela análise, e sublinhamos que essa afirmação não corresponde aos fatos apresentados, pois, se Fernando Barbosa era chefe político, não poderia ter sido destituído do cargo, por esse motivo entendemos que ele fez apenas parte do processo de transição política, não podendo assim se configurar uma liderança efetiva.

Nesse trajeto, é importante a descrição de Fontes (1980) para quem nos ensina que a carreira política do coronel Fernando Barbosa começou aos 18 anos, quando trabalhou em Minas Gerais. Lá, esteve associado a políticos mineiros como Antônio Carlos e Benedito Valadares. Fernando Barbosa mudou-se para Santa Rita do Pontal (Pontalina) em janeiro de 1919, em busca de melhores condições de vida, onde se dedicou três anos ao comércio.

Segundo as narrativas de Fontes (1980), Fernando Barbosa veio para Morrinhos no início de 1923, onde trabalhou juntamente com Dr. Pedro Nunes da Silva Filho, o qual foi eleito intendente nesse mesmo ano. Fernando Barbosa e sua filha Maria Barbosa Reis participaram da fundação do Grupo Escolar Pedro Nunes. A amizade de Fernando Barbosa com o Dr. Antônio Carlos, Presidente do Estado de Minas Gerais, facilitou a implantação da escola em Morrinhos, fornecendo ao Governo de Goiás o Professor José Pereira da Costa, Diretor do Grupo Escolar Pará de Minas, que muito contribuiu para essa instalação. A ajuda de Minas à cidade não parou por aí. O Intendente Municipal recebeu ainda todos os materiais necessários ao funcionamento do Grupo Escolar Coronel Pedro Nunes.

Nesse percurso Barbosa (2017, p. 198) acrescenta que “pelo decreto de 11 de novembro de 1930, Fernando Barbosa foi nomeado por Getúlio Vargas para exercer o cargo de Encarregado da Estação de Monta de Morrinhos, do Serviço de Indústria Pastoril, no estado de Goiás”.

No tocante ao cenário político da época, Fontes (1980, p. 22) relata, que foram feitas várias nomeações. João Reis, substituiu Raul Nunes, sendo nomeado prefeito de Morrinhos, legando à cidade a Fundação da Escola Normal de Morrinhos em sua curta gestão. 1932 não foi exceção. Houve outro a ocupar cargo de prefeito, o professor da Escola Normal Morrinhos Eudócio Rosa de Viterbo Fraga. O constante interesse em substituição, levou-o a outra nomeação, desta vez em 1933, quando Joaquim Marcos Arruda assumiu o poder tendo como gestão apenas o mês de março.

No decorrer dessas nomeações a amizade do coronel Fernando Barbosa com o então

presidente de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos, que prestava auxílio à cidade de Morrinhos e também mantinha ligações políticas com Pedro Ludovico, desde o movimento revolucionário de 30, serviu para ajustar os interesses políticos e favorecer a sua nomeação, por meio do decreto de 27 de março de 1933 ao cargo de prefeito de Morrinhos até 19 de agosto de 1934.

Figura 12: Coronel Fernando Barbosa (c. 1933)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Nesse processo Fontes (1980) aponta em suas narrativas que

Fernando Barbosa teve participação bastante ativa nos problemas de Morrinhos e era incansável na busca de soluções. Foi um eterno viajante, um homem que não temia distâncias nem figurão importante que pudesse valer-lhe nas suas pretensões. Na construção da BR 153, foi infatigável nas idas ao Rio de Janeiro na esperança sempre viva de conseguir que a estrada passasse o mais perto possível de Morrinhos, pois sabia que o traçado deixava-a a uma distância que muito a prejudicaria. Foi também importante o seu papel na fundação da “Faculdade de Comércio” cuja duração, infelizmente, foi bastante curta, mas serviu para demonstrar quanto Fernando Barbosa interessava-se pela terra que escolhera para morar. É, pois, merecedor de ter o seu nome registrado na história da cidade que ele ajudou a progredir (FONTES, 1980, p. 36)

O coronel Fernando Barbosa teve, na percepção de Silva (1995), relevante desempenho na implantação da “Faculdade de Comércio”, que funcionou em um pavilhão do edifício do Grupo Escolar durante o turno da noite, por dois anos. Contudo, o desinteresse e o pequeno número de alunos fez com que o curso fosse encerrado sendo transferido para o Ateneu Dom Bosco, em Goiânia.

Em síntese, Fontes (1980) reforça que por meio da filiação ao Partido Liberal, Sylvio

Mello mudou a direção política do município, fato que possibilitou a integração de seu irmão, Dr. Eusébio Gomes de Mello, à frente da gestão política da cidade. Diante desta reviravolta política, Fernando Barbosa mudou-se para o Espírito Santo, onde trabalhou como fiscal federal por cinco anos e depois para Minas Gerais, onde exerceu o mesmo cargo. Já aposentado, retorna a Morrinhos, onde morreu em 1957; seu corpo foi enterrado no cemitério da cidade.

3.7 Dr. Sylvio Gomes de Mello e a Aliança Liberal

Como foi frisado no final da seção anterior e no final desta, faremos uma breve alusão a figura do Dr. Sylvio Gomes de Mello, a qual será detalhada na sessão seguinte.

Sylvio de Mello tinha o prestígio e o carisma necessário para ingressar e prosperar na carreira política, tanto a nível local, como de fato acontece a primeiro momento devido a sua participação ativa em todos os eventos ligados à cidade, como em seguida em âmbito estadual.

Tendo a liderança como uma de suas qualidades, Sylvio Mello se destacava em todos os acontecimentos recreativos e ou sociais ligados à cidade, essa característica agregou valores para governar a cidade em 1923, sucedendo na intendência o Sr. João Lopes Zedes Filho por seis meses; tudo indica que esse breve período foi o primeiro passo para ingressar-se no cenário político.

E, diante desses fatores, Fontes (1980) acrescenta que em 1934, na gestão de Getúlio Vargas, Sylvio de Mello torna-se partidário da Aliança Liberal. Essa coligação consolidou sua hegemonia política em Morrinhos e, como líder político, nomeou seu irmão para prefeito. À frente do executivo e graduado em Engenharia, Eusébio Gomes de Mello, criou o “1º traçado da cidade” e a abertura da Av. Couto de Magalhães.

4 REARRANJO DO PODER POLÍTICO APÓS 1930

Nas primeiras seções desta pesquisa, abordou-se o movimento de 1930, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com a ação que depôs o presidente da República, Washington Luís, em 24 de outubro de 1930 e impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes, pondo fim à República Velha⁷.

Nesse complexo processo de documentação histórica, a Revolução de 1930 representou para a historiografia goiana um importante objeto de estudo. Ao analisar os desdobramentos desse movimento em Goiás, encontram-se várias interpretações referentes a esse episódio, que vão desde sua ocorrência em território goiano a desconjuntura das oligarquias no poder estadual. Para a temática dessa escrita o que nos interessa é a revolta oposicionista frente à dominação política dos Caiado nos anos de 1920 que levou os opositores a associarem-se à coluna mineira de Arthur Bernardes, tomando o poder no estado. A partir deste momento, Goiás passa por uma reconfiguração na política estadual, sob a intervenção do médico Pedro Ludovico Teixeira. A esse respeito, Rogério Chaves da Silva (2015) analisa que:

É incontestável que a Revolução de 1930 ocupa lugar de relevo na historiografia brasileira. Da mesma forma, a ocorrência desse evento histórico (e seus desdobramentos em Goiás) converteu-se em um importante objeto de análise dos historiadores que se enveredaram pela história regional. Neste rol de estudiosos que debateram o movimento trintista em Goiás aparecem memorialistas, historiadores, sociológicos, cientistas políticos. Todavia, longe estamos da tentativa de recuperar as múltiplas interpretações engendradas pela historiografia regional sobre esse evento histórico. Independentemente se a “revolução outubrista”, ocorrida em solo goiano, constituiu-se ou não, em termos políticos, num deslocamento de oligarquias no poder estadual, aqui nos interessa realçar algo que é pacífico entre os historiadores: com a insurgência da oposição à hegemonia política da família Caiado em Goiás, durante os anos 1920, esses opositores, com o auxílio da coluna mineira Arthur Bernardes, acabaram alcançando, em 1930, a direção do estado, estabelecendo um novo arranjo das forças políticas estaduais que, em consonância com as diretrizes políticas de Getúlio Vargas, teve na batuta do médico Pedro Ludovico Teixeira a orquestração da dinâmica política goiana a partir de então (SILVA, 2015, p. 132).

Essa nova organização política, segundo Silva (2015), revestia em seus discursos a modernidade de Goiás:

A começar pelo discurso inaugurador dessa elite que se instalou no poder político em Goiás, percebe-se uma tentativa de reordenação da experiência temporal, ou melhor, um esforço de rearranjo da própria historicidade dos goianos. O “tempo novo”, o do desenvolvimento, do progresso, da modernização, representado por essa nova configuração política trazida pela Revolução de 30, se contrapunha ao passado imediatamente anterior, o “tempo velho”, o da “República Velha”, o “tempo das oligarquias”, dos desmandos políticos, do mandonismo local e do atraso que grassava no estado. Essa negação do passado recente, prenhe de elementos ético políticos, vinha revestida de um projeto de futuro: o da modernidade em Goiás. Tendo como

⁷ República Velha é a denominação dada à primeira fase da República brasileira, que se estendeu da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

seu paladino o doutor Pedro Ludovico Teixeira, com seu discurso médico-higienista, o corolário dessa modernidade goiana se materializaria num espaço moderno a ser construído para os goianos: a nascente capital Goiânia (SILVA, 2015, p. 132-133).

Essa reconfiguração de poder, instituída com o movimento de 1930, provocou mudanças significativas na reestruturação política do estado, uma vez que essa organização era estabelecida a partir da capital e coordenada nas relações e alianças entre os municípios.

No caso de Morrinhos, essa reformulação representou um rearranjo de poder, no grupo do sul, que havia governado durante toda a Velha República e, agora passava por um processo de declínio devido ao pedido de licença do cargo e a renúncia definitiva em 1930 de Alfredo Lopes de Moraes. Para reestabelecer a ordem política houve a ascensão de políticos secundários, atuantes apenas em nível local para o cargo de líder político: como o Cel. Fernando Barbosa e Dr. Sylvio Gomes de Mello, que a partir de 1934 passou a ser chefe político por Morrinhos, filiando-se à Aliança Liberal e estreitando seus vínculos com Pedro Ludovico. Sua liderança se consolidou ao nomear para prefeito de Morrinhos, seu irmão Eusébio Gomes de Mello.

Em nossa compreensão, não houve mudanças significativas na nova ideologia política pregada pelos grupos oposicionistas no processo político após 1930. Tudo indica que a transição política ocorrida com o declínio do “grupo do sul” e a ascensão de Sylvio de Mello ao poder não passou de um rearranjo político. Isso proporcionou êxito a Sylvio de Mello na política local e estadual como novo chefe político. Nesse percurso, também pesquisaremos a participação de Guilherme Xavier de Almeida no processo de transferência da capital com a elaboração da nova Constituição, ressaltando a herança política e as relações familiocráticas que lhe garantiram prestígio político, local e estadual.

4.1 Sylvio Gomes de Mello: De Forasteiro a Chefe Político de Morrinhos

Como apontado nas seções anteriores, os líderes políticos de Morrinhos ao longo da República Velha eram oriundos de outras localidades, como o Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes e seu genro, Cel. Pedro Nunes da Silva, nascidos na Cidade de Goiás, assim como o ex-governador José Xavier de Almeida. Nesse aspecto, Sylvio de Mello se equivalia, pois também veio de outra cidade. É o que conta Fontes (1980), que afirma que ele:

Nasceu no Engenho Cajazeiras, município de Atalaia, em Alagoas, no dia 4 de maio de 1893. Os primeiros anos de vida passou-os em Capela, para onde os pais, Antônio e Cândida Gomes de Mello, haviam se mudado. Fez o curso secundário em Maceió, no Colégio Marista, e o de Medicina em Salvador, Bahia, formando-se em 1916, quando também fez defesa de tese (FONTES, 1980, p. 73).

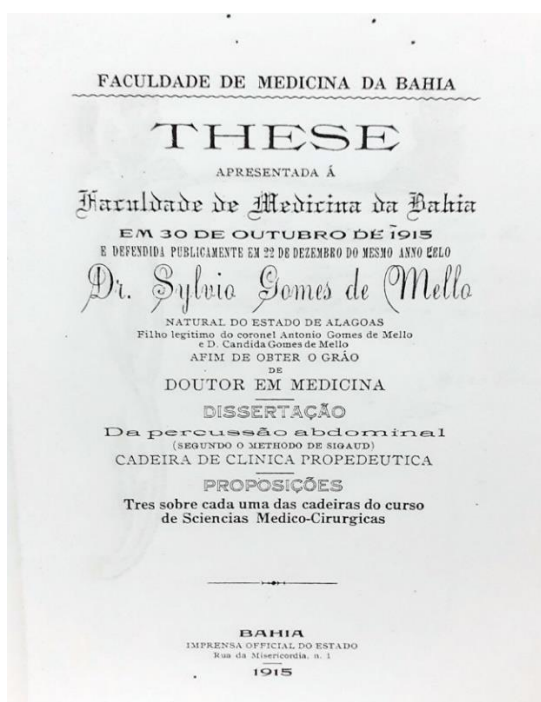
Nessa mesma linha, José Afonso Barbosa (2017) informa que

[...] Sylvio Gomes de Mello, vindo de Alagoas, filho do proprietário de Engenho Antônio Gomes de Araújo Mello e Cândida Gomes de Mello. Nascido no engenho Cajazeiras, município de Atalaia, no dia 4 de maio de 1893. Seus primeiros anos de vida foram passados na cidade de Capela, para onde seus pais, Antônio e Cândida Gomes de Mello, se mudaram. Ali fez o curso primário. O ginásio e os preparatórios foram feitos em Maceió, no Colégio Marista. O de Medicina, em Salvador (BA), tendo concluído o curso em 30 de outubro de 1915, quando defendeu a tese “Da Percussão Abdominal” (segundo o Método de Sigaud”, em dezembro do mesmo ano (BARBOSA, 2017, p. 101).

Ao analisar a “These Inaugural” do Dr. Sylvio Gomes de Mello intitulada “Da Percussão Abdominal” extraímos das páginas iniciais informações que atestam as mencionadas por Fontes (1980) e Barbosa (2017), além de outros dados pertinente ao estudo.

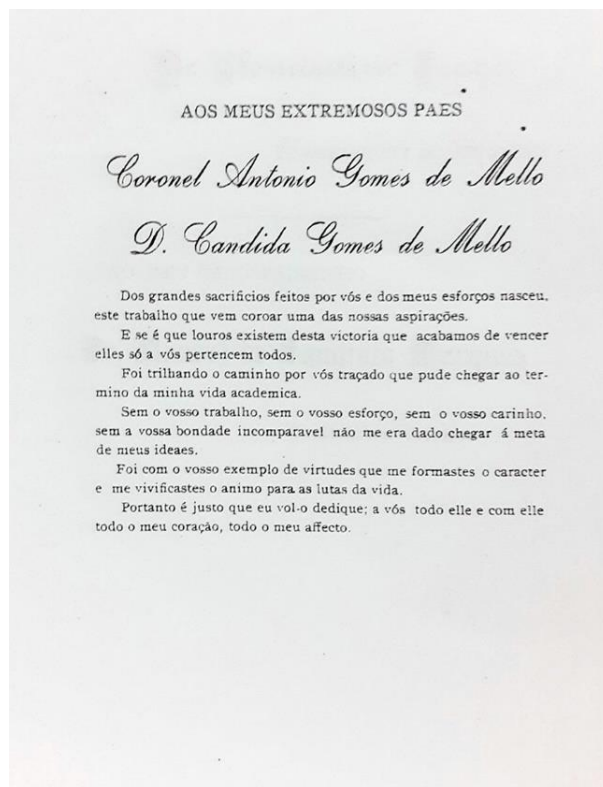
A respeito de si mesmo, Sylvio Gomes de Mello afirma ter concluído seu curso na Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de Outubro de 1915, data que diverge com a mencionada por Fontes (1980). Sua These⁸ foi defendida publicamente em 22 de dezembro do mesmo ano, afim de obter o grau de Doutor em Medicina. Sendo natural do estado de Alagoas e filho legítimo do Coronel Antônio Gomes de Mello e dona Cândida Gomes de Mello. Um outro fato interesse que notamos nessa análise é que o título de **Coronel** é citado duas vezes, quando é mencionando o nome do pai do Dr. Sylvio Gomes de Mello. Nas figuras abaixo, podemos constatar todas essas informações.

Figura 13: These - Faculdade de Medicina da Bahia (c. 1915)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

⁸ Nome utilizado na época para o trabalho de conclusão de curso superior.

Figura 14: Dedicatória aos Paes (c. 1915)

Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Ao concluir o curso de medicina, Sylvio de Mello, mudou-se para o estado de Goiás onde havia falta absoluta de médicos, fixando residência no município de Morrinhos. Fontes (1980) descreve sua vinda para Morrinhos, como sendo algo relativo ao destino, à sorte. Dessa maneira, narra as seguintes informações

Terminados os estudos superiores, resolveu tentar a sorte em Goiás, onde havia falta absoluta de médicos, pois em todo o Estado, apenas 6 clinicam. Seu Destino seria Morrinhos e para alcançar a cidade teve de usar o Loyde Brasileiro até o Rio de Janeiro, o trem até Ipameri e finalmente o cavalo (FONTES, 1980, p. 73).

Mesmo sem citar os motivos que levaram Sylvio de Mello a escolher a cidade de Morrinhos para iniciar seu ofício de médico, Barbosa (2017) compartilha das informações de Fontes (1980), ao relatar que,

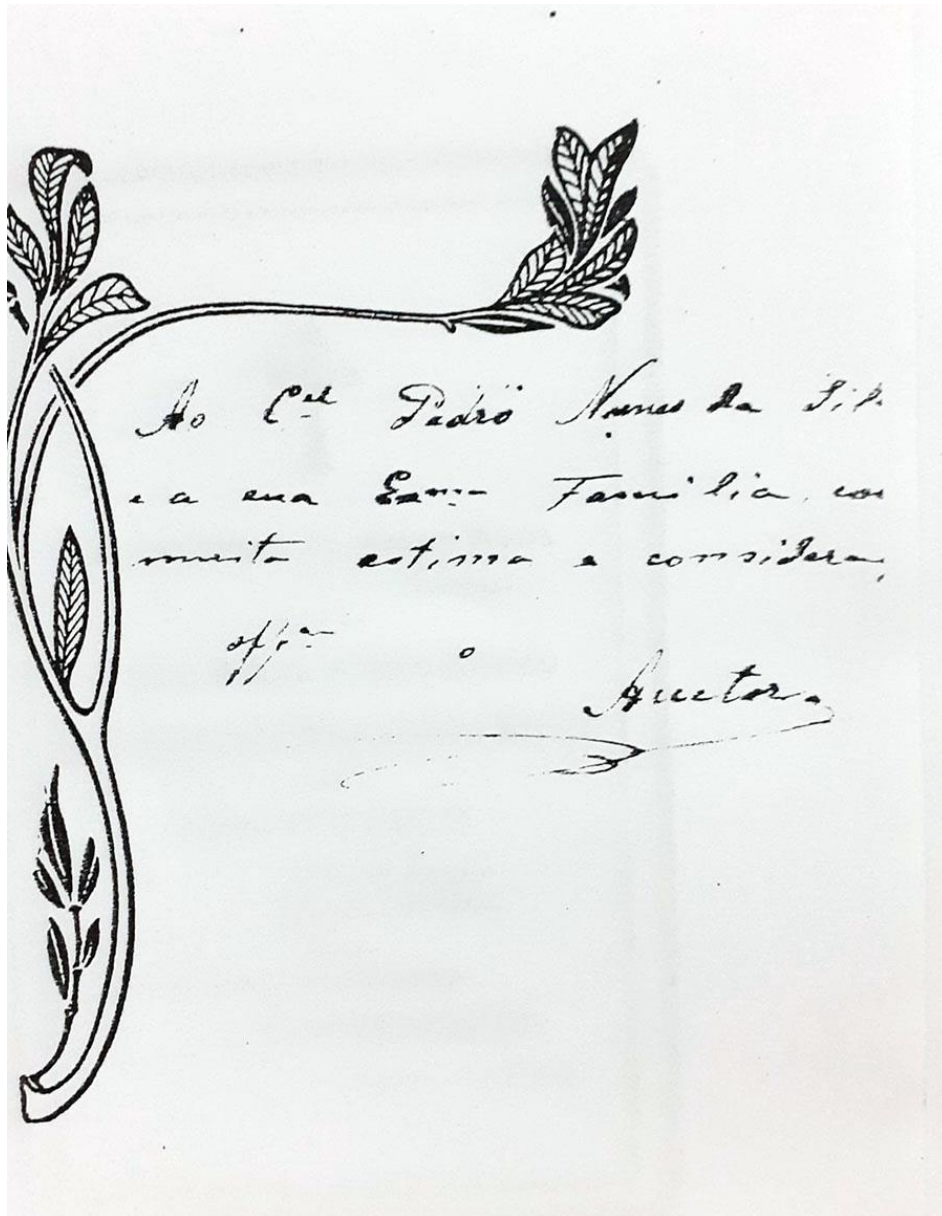
No início de 1916, o jovem médico, Sylvio Gomes de Mello, escolhe a cidade de Morrinhos para nela iniciar seu ofício de Clínico Geral e Médico Parteiro; vem no Loyde Brasileiro até o Rio de Janeiro; de trem até Ipameri; de Ipameri a Morrinhos, a cavalo (BARBOSA, 2017, p. 101).

Não parece ter sido preocupação de Fontes (1980) e Barbosa (2017) aprofundar-se nos motivos que trouxeram o jovem médico para Morrinhos, pois as informações da época mostram que vários estados brasileiros tinham condições médicas tão precárias ou até piores que as de Goiás. Sylvio de Mello poderia optar por qualquer um que fosse mais próximo de sua localidade

para começar seu ofício de médico. O que teria realmente motivado sua vinda para Goiás e para Morrinhos? Em sua “These Inaugural” nas páginas iniciais encontramos dois indícios que talvez possam formular uma resposta para essa pergunta.

O primeiro indício é uma dedicatória que Sylvio de Mello, faz para o Cel. Pedro Nunes da Silva e sua família de acordo com a figura abaixo e o segundo é o fato de que seu pai fosse um Coronel, conforme já relatamos anteriormente.

Figura 15: Dedicatória de Sylvio de Mello para o Cel. Pedro Nunes (c. 1915)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Essas evidências apontam para a possibilidade de que já houvesse relações estabelecidas entre o jovem Sylvio de Mello e, provavelmente, sua família, com membros do

grupo do sul, do qual o Coronel Pedro Nunes era um dos mais proeminentes.

De acordo com esses argumentos, presumimos que a vinda de Sylvio de Mello para Goiás e, conseqüentemente para Morrinhos, não se deu por sorte ou obra do destino, como relatado por Fontes (1980) e Barbosa (2017). Tudo indica que sua vinda para Morrinhos foi atrelada aos interesses políticos do grupo do sul, que por intermédio do Cel. Pedro Nunes da Silva, chefe político da cidade naquele período, viu nessa oportunidade uma maneira de amenizar as precárias condições médicas da comunidade e dos municípios circunvizinhos.

Ademais, Philemon Xavier de Oliveira relata em um artigo publicado na Revista da XIV Festa de Arte de Morrinhos no ano de 1982 que

[...] Até a metade da segunda década do século, o nosso Estado de Goiás era dos mais pobres em assistência médico-hospitalar. Até o ano de 1916 apenas três médicos exerciam a profissão em Goiás, quando o Dr. Sylvio Gomes de Mello recém-formado pela primeira Escola de Medicina do Brasil, a vetusta Faculdade de Medicina da Bahia, vencendo as distâncias pela navegação de cabotagem, sofrendo as agruras de nossas ferrovias, chegava a Ipameri e, daquela cidade, se dirigia a cavalo para a Cidade dos Pomares. Pioneiro em sua condição de primeiro médico a exercer a profissão no sul goiano, Sylvio de Mello assumiu o ônus de atender não apenas à pequena comunidade, mas estendeu seu sacerdócio à zona rural e aos municípios circunvizinhos (OLIVEIRA, 1982, p. 15).

Nesse sentido, Fontes (1980) acrescenta às palavras de Oliveira (1982) informações de como era o serviço médico em Morrinhos antes da chegada do Dr. Sylvio Gomes de Mello, para quem ensina que

[...] antes de 1916, os serviços médicos prestados na cidade eram por conta do Major Limírio Ribeiro Quinta, que além de farmacêutico fazia as vezes de médico que naquela época era muito difícil de se encontrar e, quando Dr. Sylvio de Mello montou consultório na cidade, fez-se seu amigo, enviando-lhe os doentes e fazia questão de convencer aos que iam procurá-lo de que deviam buscar um médico formado e não um prático (FONTES, 1980, p. 56).

A descrição da trajetória de Sylvio de Mello como primeiro médico fixo na cidade de Morrinhos é importante para a análise da forma como era exercida a medicina naquela época numa cidade desprovida de recursos. Nas narrativas de Barbosa (2017), ele atendia seus pacientes de casa em casa, na cidade e também na zona rural.

Contudo, devemos enfatizar que, numa época onde não havia uma assistência pública de saúde para atender a população e, em que a grande maioria que necessitava de atendimento médico era pobre, fica a pergunta: como era feito o pagamento das consultas médicas? Barbosa (2015) aborda essa situação ao registrar que

[...] Durante os longos anos em que clinicou, teria o Dr. Sylvio de Mello o seu consultório sempre povoado de doentes a quem nada custariam as consultas, e uma farmácia que mantinha ao lado mais se prestaria aos fornecimentos gratuitos de remédios à pobreza que aos proventos que ela pudesse ensejar a seu dono. Sua obra na assistência médica aos morrinhenses se completaria com a instalação de uma casa de saúde, a primeira da região [...] (BARBOSA, 2015, p. 91).

José Afonso Barbosa (2015), sem apontar a origem de suas informações, provavelmente tendo como aporte a tradição oral, narra como Sylvio de Mello, conseguiu acumular fortuna em poucos anos, mesmo não cobrando consulta e, fornecendo medicamentos de graça para aqueles que necessitavam; nessa interpretação transcreve que

Houve o caso, em 1922, de um paciente, José Ferro, riquíssimo fazendeiro no distrito de Santa Rita do Pontal, atual Pontalina, onde hoje se localiza o município de Vicentinópolis, antigo “Palitó”, que tendo quebrado o fêmur na queda de um cavalo, contratou os serviços de Sylvio de Mello que ficou em sua fazenda, durante noventa dias, tempo que levou para que o paciente obtivesse a cura. Ao final desse período, como recompensa aos serviços prestados pelo médico Sylvio de Mello, José Ferro deu a bagatela de trinta contos de réis; trezentos alqueires de chão, a gema do lugar; mas uma pedra de brilhante que valia outros trezentos alqueires de terras (BARBOSA, 2015, p. 82).

A narrativa apresentada por Barbosa (2015) para a acumulação da fortuna de Sylvio de Mello necessita de um embasamento documental mais aprofundado para comprovação. Mesmo não podendo afirmar, acreditamos que sendo filho de Coronel, provavelmente Sylvio de Mello veio de um família abastada, pois, tanto ele como seus irmãos tinham curso superior, o que naquela época era privilégio de poucos. Sendo assim, possivelmente parte de sua fortuna pode ser oriunda de herança deixada por seu pai. Não podemos afirmar, contudo se os indícios apresentados levam à construção dessa conclusão.

Além do mais, é importante lembrar que os bacharéis, no início do século XX, ocupavam posições importantes na organização social e política das cidades. Além disso, é fundamental não esquecer que os médicos, nesse período, realizavam atividade privada, pois não havia medicina pública e gratuita. Era comum que famílias ficassem arruinadas quando tinham que tratar doenças de familiares.

Na interpretação de Philemon Xavier de Oliveira (1982), Sylvio de Mello foi um

[...] homem de visão, não restringiu suas atividades à medicina, mas as estendeu aos mais diversos campos de atividade comunitária, tanto no campo econômico como no social ou político. Instalou em Morrinhos um consultório e uma farmácia e, posteriormente, a primeira usina geradora de energia elétrica da cidade (OLIVEIRA, 1982, p. 15).

Referente ao serviço de energia elétrica, Fonseca (1998) esclarece que

[...] era um sonho distante na Morrinhos da Primeira República. O serviço de iluminação por exemplo, era um problema sério. Até 1928, havia em todo território nacional, 347 usinas hidrelétricas, sendo oito em Goiás. Dessas oito, sete foram construídas entre 1921 e 1928. Ao contrário dos tempos atuais, quando as hidrelétricas são grandes e capazes de gerar quantidade significativa de energia, no início do século eram pequenas e de capacidade reduzida. Em todo o estado, apenas duas cidades eram iluminadas, exclusivamente, por energia elétrica: a Capital e Trindade, onde os padres Redentoristas edificaram uma usina em 1922. O Censo de 1920 mostra que 34 vilas e cidades goianas não possuíam qualquer fonte de iluminação, quadro só comparado, neste aspecto, ao do Piauí (FONSECA, 1998, p. 99).

Como mencionado anteriormente, a vinda de Sylvio de Mello para Morrinhos, foi

motivada pelos interesses políticos do grupo do sul, fato asseverado por Fonseca (1998) ao relatar a chegada da energia elétrica em Morrinhos na década de 1920:

[...]através do médico Sylvio de Mello, que fez uma pequena usina, conhecida popularmente como “**Represa da Usina do Dr. Sylvio**”. Segundo a tradição oral, este benefício foi fornecido gratuitamente à população durante longos anos e os serviços de iluminação elétrica só passaram às mãos do estado com a inauguração da Usina Rochedo, nos anos 50. Obviamente, ao tomar para si este encargo que caberia ao poder público, Sylvio de Mello estava semeando influência política e, mais tarde, com a revolução de 30, fez uma boa colheita, de coadjuvante dos Lopes de Moraes passou a ser o novo chefe local, até sua morte em 1972 (FONSECA, 1998, p. 99-100 grifo da autora).

Em relação à construção da usina elétrica em Morrinhos, Barbosa (2017), acrescenta às informações de Fonseca (1998) ao relatar que

No dia 21 de novembro de 1925 era inaugurada a Empresa de Força e Luz, com capacidade geradora de energia de noventa HPS, na cachoeira do ribeirão Santa Rosa, na fazenda do mesmo nome [...] O custo da obra foi da ordem de 250 contos de réis, feita com recursos próprios; essa empresa beneficiaria os morrinhenses até 1955, quando a cidade passou a ser iluminada pela luz do usina do Rochedo, inaugurada em 9 de julho de 1955 pelo governador do Estado de Goiás, José Ludovico de Almeida (o governo goiano comprou e desativou a Empresa de Força e Luz de Sylvio Gomes de Mello) (BARBOSA, 2017, p. 105).

Tendo como aporte a fonte oral, transcrita nas fotos abaixo, pode-se constatar que na década de 30 a usina hidroelétrica construída por Sylvio de Mello foi destruída por uma enchente e logo em seguida reconstruída. Nas fotos abaixo, podemos evidenciar em dois momentos a reinauguração da usina.

Figura 16: Missa de Reinauguração da Usina (c. 1930)



Em Morrinhos existia uma usina hidroelétrica construída na década de 30 pelo Dr. Sylvio de Mello; em uma enchente esta foi levada embora e então outra foi reconstruída, e essa fotografia foi feita na inauguração dessa nova usina durante uma missa rezada pelo Padre Osvaldo. O altar está montada ao pé da nova barragem. (Foto feita no início dos anos quarenta)

Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Figura 17: Reinauguração da Usina (c. 1930)



Reinauguração da nova Usina de Morrinhos. Defrente a comporta, Dr. Ovídio, Juiz da cidade na ocasião, Guilherme X. Almeida, D. Mimita, Odila Costa, Nina Nunes Azeredo e Sylvio ded Mello.

Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Tendo como sustentação de suas palavras a tradição oral, Barbosa (2017) relata que “Sylvio Gomes de Mello **garantiu luz de graça para quem não pudesse pagar**. As lâmpadas de pequenas voltagens eram distribuídas gratuitamente, tanto para os pobres como para os abonados”. (BARBOSA, 2017, p. 105 grifo nosso) Em contrapartida, Fonseca (1998) assevera em seus estudos, também tendo como referência a tradição oral que **este benefício foi fornecido gratuitamente à população durante longos anos** (grifo nosso).

Diante dessas duas correntes, entendemos ser a mencionada por Barbosa (2017) a correta, uma vez que podemos constatar na figura abaixo - talão de conta da Empresa Força e Luz de Morrinhos, que certamente era usado para cobrar energia daqueles que pudessem pagar.

Figura 18: Talão de Energia da Empresa Força e Luz de Morrinhos de Propriedade do Dr. Sylvio Gomes de Mello (c. 1950)

EMPRESA FORÇA E LUZ DE MORRINHOS
ESTADO DE GOIÁS
Matrícula n.

Nº 0616 Caderno Nº 13 Série I

O Snr.

Rua n. DEVE

Pelo consumo de energia elétrica no mês de de 195

CONSUMO	Por kw hora	A FORFAIT	Lâmpadas de	15	25	40	60	
				75	100	150	200	
			Ferro de engomar					
			Fôrça motôra					
			Rádio					
		 kilowats					
			Soma Cr\$					
			Desconto 10% .					
			» eventual .					
			Líquido Cr\$					
			Impôsto federal a forfait					
			» » por kw. hora					
			Q. Previdência .					
			Multa .					
			Total a pagar Cr\$					

Recebemos a importância supra.

Estampilha Cr\$,

Morrinhos, de 195

Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

A construção da usina de energia elétrica representou para a cidade o início de uma fase onde o progresso começava a apontar. Para Sylvio de Mello, serviu de base para semear sua influência política, pois, ao assumir a função que caberia ao poder público, demonstrou seu interesse político para com a cidade, associado ao grupo do sul, buscava por prestígio para mais tarde com a revolução de 1930, sair de uma posição secundária tornando-se chefe político local.

Nos anos que se seguiram, conforme Barbosa (2017) relata, que ele

Foi Delegado de Higiene em Morrinhos (1920), membro da Associação Médica de Goiás, foi Intendente Municipal de Morrinhos (1923), cargo que ocupou interinamente, como terceiro vice, por incômodos de saúde do coronel, João Lopes Zedes Filho que era o titular do posto. Foi eleito Deputado à Câmara Estadual pelo Partido Democrata à décima primeira legislatura (1929-1930) (BARBOSA, 2017, p. 104).

Para Fontes (1980, p. 74), foram “as qualidades de liderança de Sylvio de Mello que o levaram a governar a cidade em 1923 sucedendo na Intendência o Sr. João Lopes Zedes Filho por 6 meses e, em 1934, no governo de Getúlio Vargas, à chefia da política municipal”.

Figura 19: Sylvio Gomes de Mello (c. 1923)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Além da usina de força, o nome de Sylvio de Mello ficou marcado em outras realizações, como a construção do primeiro hospital da cidade, Casa de Saúde e Maternidade Sylvio de Mello, inaugurada em 1935. Na imagem abaixo, pode-se vê-la já com sua parte nova; na época que fora construída, era somente o primeiro prédio da esquerda.

Figura 20: Casa de Saúde e Maternidade Sylvio de Mello (c. 1935)



Casa de Saude Sylvio de Mello, logo depois de ter sido inaugurada a parte nova. A antiga Casa de Saude era somente aquele primeiro e menor bloco. E naquele pequeno bloco muita coisa foi feita em matéria de pioneirismo e que vista com olhos de hoje parece até certo ponto inacreditável ... Afinal de contas naquela época isso aqui parecia o fim do mundo ... e que fim de mundo maravilhoso ... quem viveu pode contar!

Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

No âmbito político, a transição de Sylvio de Mello de uma posição secundária na política local, para líder político do município, ocorreu de forma gradativa. Os fatos que o levaram a ser chefe político por Morrinhos, começaram com a renúncia de Alfredo Lopes de Moraes ao governo do estado, ocasionando o declínio e o fim do grupo do sul.

Esse posicionamento deixou Morrinhos sem um líder político para representá-lo em âmbito estadual, já que os Lopes de Moraes, não tinham mais nenhum sucessor direto. Esse decurso desestruturou a política local, a qual passou por várias nomeações, conforme Fontes (1980) descreve,

Entre 1930 e 1933, foram quatro prefeitos nomeados em Morrinhos: Raul Nunes, que já era intendente municipal foi nomeado provisoriamente para terminar o ano de 1930; no início de 1931 João Reis o sucede no cargo; no ano de 1932 o professor Eudócio de Viterbo Fraga foi nomeado e, no início de 1933 Joaquim Marcos Arruda foi nomeado, governando apenas durante o mês de março de 1933 (FONTES, 1980, p. 21-22).

Embora Meira (2019) assevere em seus estudos que a renúncia de Alfredo Lopes de Moraes possibilitou a “ascensão de um ramo secundário do grupo, liderado pelo médico Sylvio Gomes de Mello”, devemos enfatizar que antes desse processo de documentação histórica acontecer, o coronel Fernando Barbosa, que também era membro secundário do “grupo do sul” e, aliado do movimento revolucionário de 30, teve participação no processo de transição política

de Morrinhos ao ser nomeado prefeito, logo após a vitória da Aliança Liberal⁹, tendo como sustentação para ocupar esse cargo o prestígio e influência política com o presidente de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos e, com o interventor de Goiás, Pedro Ludovico.

Esse apadrinhamento pode ser observado nas palavras de Fontes (1980) para quem descreve o

[...] empreendimento e a amizade de Fernando Barbosa com o presidente de Minas Gerais Dr. Antônio Carlos que colocou à disposição do governo de Goiás o diretor do Grupo Escolar de Pará de Minas José Pereira da Costa, para instalação da escola de Morrinhos. Não parando por aí o auxílio de Minas à cidade de Morrinhos, pois recebeu ainda o Intendente todo o material necessário ao funcionamento do Grupo Escolar Cel. Pedro Nunes (FONTES, 1980, p. 35-36).

Ainda segundo Fontes (1980), esse privilégio prevalece “após vitória da Aliança Liberal na Revolução de 1930 onde, o Cel. Fernando Barbosa exerceu a liderança de chefe político de Morrinhos e em 1934 o governador Pedro Ludovico Teixeira nomeava-o Prefeito Municipal de Morrinhos”. (FONTES, 1980, p. 35-36).

Nesse entendimento Barbosa (2017) assim como Fontes (1980) demonstra com mais informações que

Cel. Fernando Barbosa era aliado da revolução de 24 de outubro de 1930 e gozando de prestígio junto ao interventor federal de Goiás Pedro Ludovico Teixeira se viu alçado à liderança política local e pelo decreto de 27 de março de 1933, foi nomeado prefeito do município de Morrinhos exercendo o cargo até 19 de agosto de 1934 BARBOSA, 2017, p. 198).

Após esse efêmero período como prefeito, o Cel. Fernando Barbosa foi destituído do cargo. Para os autores com os quais estamos dialogando – José Afonso Barbosa, e Zilda Diniz Fontes -, esse fato ocorreu quando Sylvio Gomes de Mello filiou-se na Aliança Liberal. Essa justificativa tem respaldo, pois, logo após sua adesão ao partido, foi-lhe conferido a chefia política local. Nesse contexto, devemos acentuar que houve certamente outros motivos de maior relevância para essa associação partidária. Diante deste exposto, podemos elencar duas questões que acreditamos estar relacionadas com a sua filiação ao partido e com sua nomeação para líder político de Morrinhos.

A primeira está relacionada ao momento de sua adesão ao partido, onde seu irmão Taciano Gomes de Melo¹⁰, ao endossar esse acordo, estreitou o vínculo político entre Sylvio de

⁹ Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930.

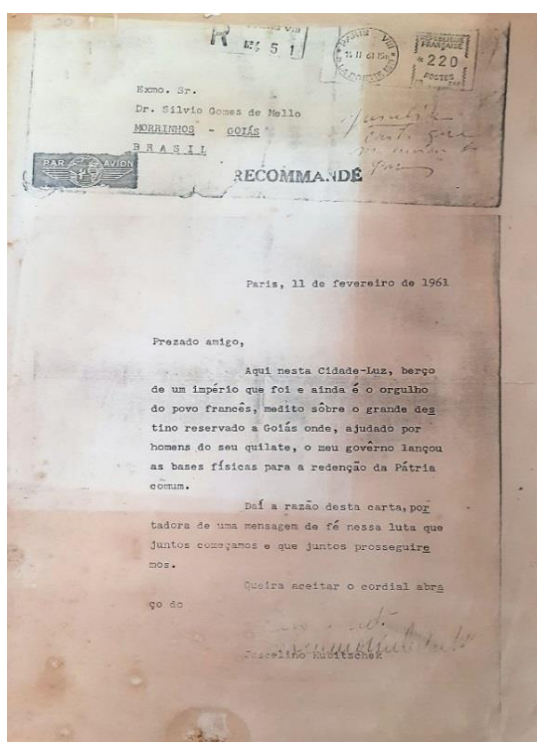
¹⁰ Taciano Gomes de Melo nasceu em Capela (AL) no dia 12 de janeiro de 1904, filho de Antônio Gomes de Araújo Melo e de Cândida Gomes de Melo. Seu irmão, Sílvio de Melo foi Deputado Estadual, 11ª Legislatura (1929-1930); eleito pelo 2º círculo eleitoral. Fez seus estudos no Colégio Diocesano de Maceió e no Ginásio Osvaldo Cruz, em Recife, e mais tarde se formou pela Faculdade de Medicina da Bahia. Iniciou sua carreira política em outubro de 1934, quando foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de Goiás na legenda do Partido Social

Mello e Pedro Ludovico. Não temos como afirmar, pela ausência de fontes, mas tudo indica que essa filiação, não foi somente para colocar Sylvio de Mello na chefia política local. No complexo regime de historicidade estadual, os arranjos políticos eram muito utilizados como manobras para manter-se no poder. Esse fato preconiza que a intensão de Taciano, ao intermediar esse acordo, era a ascensão política de seu irmão na esfera estadual. Essa situação é perpetuada através da influência política que Taciano tinha com Pedro Ludovico para quem Barbosa (2017) descreve que

Em 1984 Sylvio Gomes de Mello adere ao Governo da Revolução de 1930, adesão está avalizada por seu irmão mais moço, Taciano Gomes de Mello, líder político de Pires do Rio (1922); já nessa época desfrutando de vasto prestígio político junto ao Interventor Federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (BARBOSA, 2017, 246).

Além disso, essa associação proporcionou a Sylvio de Mello estreitar vínculos políticos com grandes lideranças nacionais como Juscelino Kubitschek, conforme podemos evidenciar na figura abaixo.

Figura 21: Carta de Juscelino Kubitschek para Sylvio de Mello (c. 1961)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

Republicano (PSR). Assumindo o mandato em abril de 1935, foi eleito vice-presidente da Assembleia e participou dos trabalhos constituintes até a promulgação da nova Carta estadual, em agosto seguinte. Passou então a exercer o mandato legislativo ordinário, que interrompeu de setembro a outubro desse mesmo ano para substituir Pedro Ludovico Teixeira no governo de Goiás. Durante esse curto tempo, assistiu à aprovação, no Senado, do projeto que concedia verba federal para a construção de obras públicas em Goiânia, futura capital do estado. Permaneceu na Assembleia até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos foram suprimidos. Ainda nesse ano foi nomeado prefeito de Pires do Rio (GO), cargo que ocupou até 1946. ” In: FGV/CPDOC. Op. cit., volume III, p. 3738.

A segunda questão que possivelmente reporte à filiação de Sylvio de Mello, e sua ligação com o governo estadual, está relacionada ao fim do período oligárquico, com a Revolução de 1930 e a instituição de uma nova era política, através do sistema republicano de governo, cujo progresso era a resposta para os anseios de Goiás e, conseqüentemente, de Morrinhos.

Pressupomos, então, que Sylvio de Mello acreditava na expressão ideológica de progresso como fator de conhecimento ligado a grupos político-econômicos preponderantes. E, diante desse pensamento, articulava resgatar o progresso difundido em Morrinhos nas décadas da Velha República. Conceito utilizado por Meira (2019) ao defender a tese de que “a ideia de progresso estava ligada à notoriedade alcançada por membros do grupo político-econômico dominante, no caso, o grupo liderado pela família dos Lopes de Moraes”. (MEIRA, 2019, p. 117-118)

A convicção de Sylvio de Mello em presumir que o progresso estava atrelado ao poder político-econômico é constatado através do processo de transformações nos traçados urbanos da cidade, que se sucederam nas décadas posteriores à sua adesão ao partido situacionista.. Nesse entendimento, Zilda Diniz Fontes descreve em um artigo publicado na Revista da XIV Festa de Arte de Morrinhos no ano de 1982 as mudanças ocorridas na cidade após a

[...] adesão de Dr. Sylvio de Mello ao governo, em 1934 tornou-se ele o novo chefe político do partido situacionista. Nessa década, é possível assinalar, entre outras coisas: Aparecimento do rádio; Fundação da Escola Normal de Morrinhos; Inauguração do cinema falado; Construção do 1º Hospital (Casa de Saúde Sylvio de Mello); Fundação do Ginásio Senador Hermenegildo e do Colégio das Madres Agostinianas e a Construção do Fórum. Daí para cá, os acontecimentos e melhorias se sucederam em ritmo um pouco mais acentuado, salientando-se a abertura de agências bancárias; ampliação da assistência educacional, social, de saúde e religiosa; fundação de clubes de lazer e de serviço; avanço no sistema de comunicação com a presença do telefone, da Rádio Morrinhos e dos canais de televisão; ruas asfaltadas e arborizadas; praças ajardinadas; instalação de Regionais de diversos órgãos estaduais e federais: construção de conjuntos habitacionais; abertura de estradas; ampliação do comércio e da indústria e em fase de acabamento o Viaduto e o Ginásio de Esportes e o novo Fórum (FONTES, 1982, p. 03).

Concernente à atuação política de Sylvio de Mello, no cenário estadual, Oliveira (1982) descreve que ele “destacou-se como homem público na política estadual sem pleitear cargos, mas sem enjeitar encargos” (OLIVEIRA, 1982, p.15). Nesse sentido, Fontes (1980) construiu sua narrativa, para quem menciona que ele

Foi um líder autêntico, cuja opinião os companheiros acatavam em todos os momentos e que poucos se atreviam a contestar. Os próprios adversários reconheciam o seu valor e o respeitavam pelo que ele representava por sua força pessoal e política. Foi por essa razão que, em 1958, o Partido Democrático e a União Democrática Nacional o convidaram a ser candidato único a governador do Estado de Goiás, num mandato de dois anos, candidatura que, entretanto, não chegou a se concretizar (FONTES, 1980, p. 74).

Referente à predileção de seu nome para candidato a Governador do Estado, Barbosa (2017), assim como Fontes (1980), buscou explicar em sua narrativa os motivos dessa escolha:

No começo de 1958, houve um esforço conjunto das forças políticas do Estado de Goiás, situacionistas e oposicionistas no sentido de lançar a candidatura de Sylvio Gomes de Mello ao governo estadual, como único nome capaz de aglutinar em torno de si todas as correntes ideológicas que compunham o quadro político goiano naquele momento. Mas, devido ao recuo de algumas lideranças partidárias e de exigências inaceitáveis de outras, Sylvio retirou o seu nome à candidatura (BARBOSA, 2017, p. 248).

As descrições usadas por Barbosa (2017) e Fontes (1980) para justificar a indicação do nome de Sylvio de Mello pelas agremiações políticas situacionistas e oposicionistas para sair candidato a Governador do Estado, não revelam os detalhes dessa escolha.

Nessa conjuntura, apresentamos abaixo toda matéria extraída do Jornal de Notícias de 26 de fevereiro de 1958, conforme imagem abaixo, que trata desse assunto.

Figura 22: Pedro Ludovico Desafia o Governador Desfeita e Humilhação na Recusa a Sylvio (c. 1958)



Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/843687/per843687_1958_00241.pdf

Como foi evidenciado na figura acima, o Jornal de Notícias trouxe na capa alguns textos que tratam desse assunto. O primeiro deles é apresentado como:

[...] o texto da carta que os Srs. Francisco de Brito e Alfredo Nasser, Presidentes

respectivamente da UDN e do PSP, apresentam em resposta às oposições; nesse texto apresentam as conversações para o estabelecimento de uma trégua política, através da adoção de candidatos únicos a governador e vice-governador do Estado nas próximas eleições, em que o Governador Sr. José Ludovico de Almeida, alegava que as circunstâncias históricas que Goiás estava vivendo exigiam renúncia e compreensão e, mais do que isso, uma ação conjunta dos homens públicos de todos os partidos (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1958, p. 01).

O inteiro teor da carta, cujo título é “A resposta das oposições”, é reproduzido abaixo:

É o seguinte o texto da carta que os Srs. Francisco de Brito e Alfredo Nasser, Presidentes respectivamente da UDN e do PSP, dirigiam, a que lhes enviou o sr. Sylvio de Mello que vai publicada nesta mesma página.

Goiânia, 23 de fevereiro de 1958.

Exmo. Sr. Dr. Sylvio de Mello,

A carta de V. Exa., datada de anteontem e hoje recebida, não encontrou nesta Capital todos os seus destinatários. Mas o emissário que a trouxe, Sr. Eugênio Sarmiento Silva, disse-nos das razões que levaram V. Exa. a aguardar uma resposta ainda hoje. Assim, não temos dúvida em lhe transmitir a decisão das oposições coligadas.

Desejo — diz V. Exa. no mencionado documento — saber com absoluta segurança se conto realmente com a solidariedade das agremiações de V. Exas. e quais as condições que elas apresentam como base para o acordo interpartidário.

Esse desejo veio justificado com o fato de faltarem poucos dias para a reunião do Diretório Estadual do P.S.D. que deverá deliberar sobre os assuntos a serem submetidos à Convenção do referido partido, marcada para o dia 14 de março, sendo o mais importante deles o da escolha dos candidatos à Governador e Vice-Governador do Estado.

Quem primeiro propôs às oposições coligadas, por intermédio dos Srs. Francisco de Brito e Alfredo Nasser, presidentes respectivamente da U.D.N. e do P.S.P., conversações para o estabelecimento de uma trégua política, através da adoção de candidatos únicos a governador e vice-governador do Estado nas próximas eleições foi o Sr. José Ludovico de Almeida. Alegava V. Exa. que as circunstâncias históricas que Goiás estava vivendo exigiam renúncia e compreensão e, mais do que isso, uma ação conjunta dos homens públicos de todos os partidos. E na mesma oportunidade lembrou o nome de V. Exa., sugerindo que as oposições indicassem o do vice-governador. Posteriormente, uma comissão do P.S.D. foi nomeada para tratar do assunto, tendo as oposições concordado em instituir outra com o mesmo objetivo. Novamente foi nome de V. Exa. proposto, reservada mais uma vez às oposições a indicação do candidato a vice-governador. Reunidos, dias depois, com a participação de seus líderes municipais, dos representantes federais e estaduais, a U. D. N. e o P.S.P concordaram com a fórmula. Pessoalmente, foi V. Exa. cientificado dessa resolução. Em carta, respondendo a uma outra de V. Exa., a comissão das oposições ratificou esse compromisso. No dia mesmo da reunião da Comissão Executiva do P.S.D., a 4 de janeiro do corrente ano, em visita de cordialidade que lhe foi feita, nova manifestação de apoio se deu. Depois disso, e como na citada reunião, contrariando a expectativa geral, a matéria não foi objeto de consideração, o assunto caiu no terreno das especulações sem consequência prática.

As mesmas razões, exaustivamente expostas pelas oposições goianas, por ocasião da reforma constitucional que prorrogava os mandados executivos, persistem ainda agora. Ou persistem, ou não teriam autenticidade naquela época. Não há por que dizer que mesmo nas situações excepcionais os acordos políticos são desaconselháveis, sob o fundamento de que a democracia só funciona bem quando o povo escolhe entre vários candidatos. Que democracia? A que elege os políticos sem dar solução aos problemas que reduzem o Estado a uma condição humilhante? A que abandona o povo à sua própria sorte? A que explora o contribuinte e não presta conta dos tributos

arrecadados? A que nada faz?

A democracia é alguma coisa mais do que o direito de escolha. É também o direito a todas as conquistas que dão à vida dignidade e decência. E quando partidos tradicionalmente antagônicos chegam à conclusão de que determinada medida é necessária ao bem público, não falam eles pelo povo? Que função têm as agremiações partidárias no mecanismo democrático: apenas a de indicar candidatos? É da mentalidade corrente num país onde, infelizmente, a democracia, no plano dinâmico e social, não tem sentido para os grupos dominantes, desconhecer as soluções que não sejam meramente políticas.

Estas considerações são aqui expostas com o único objetivo de mostrar como a candidatura única de V. Exa., pelos nossos partidos aceitos, e sendo tão manifestamente um sacrifício pessoal que o destino lhe impõe, se explica à base de um programa administrativo, em cujos itens se espelhem as necessidades do Estado nesta fase de extraordinária expansão e capazes de levá-lo à desordem e à anarquia. Um programa em que se afirme e reafirme: um regime de amplas garantias individuais; respeito às franquias constitucionais; apoio às reivindicações dos municípios, sem diferenciação partidária; construção da segunda fase da Cachoeira Dourada; continuidade ao sistema de eletrificação do Estado; manutenção da política adotada no esquema da prorrogação relativamente às terras devolutas, já mandadas discriminar pelo atual governo e à situação dos posseiros; venda, a prazo longo, ou doação, dessas terras (devolutas) aos que efetivamente as quiserem trabalhar ou nelas já trabalham; fundação de colônias agrícolas; criação de escolas em número suficiente pra abrigar as duas centenas de milhares de crianças atualmente sem matrícula; amparo e defesa da pecuária; assistência médica e hospitalar, com a criação de hospitais regionais e serviço ambulante aos municípios sem médico residente; reforma do aparelhamento policial, claramente inadequado às exigências atuais; concorrência pública obrigatória; concursos para os cargos públicos; revisão imediata dos vencimentos que o Estado paga aos magistrados, promotores de justiça, oficiais da polícia, funcionários e professoras, adaptando-os aos níveis atuais do custo de vida; observância em relação aos soldados da Polícia Militar, do dispositivo constitucional que obriga o Estado a pagar aos que integram os seus quadros vencimentos pelo menos iguais ao salário mínimo pago pelas empresas particulares; adoção de um critério de aumento gradual desses vencimentos, segundo as possibilidades do erário público; solução do problema dos lotes dos bairros de Goiânia.

Este não é um programa, na sua totalidade, para um período pequeno. Mas é um quadro das necessidades e direitos que devem constar obrigatoriamente da preocupação de todos os governos. E que precisam mesmo, data vênica e a nosso ver, constituir uma norma de conduta e uma convicção governamental.

E V. Exa. um homem de bem, um cidadão ilustre, com um passado que justifica a confiança dos seus adversários políticos que ora lhe dão este apoio e está prova. Vai ser V. Exa. eleito por uma legenda de coligação. Não será candidato de um partido, mas de vários. E V. Exa., em sua carta, agindo na conformidade do melhor estilo democrático em se tratando de uma composição política, pergunta-nos pelas reivindicações partidárias. Dispensamo-nos de formulá-las, na certeza de que o futuro governo tratará no mesmo pé de igualdade os partidos que o elegerem.

Renovamos a V. Exa. os protestos de estima e consideração.

Jornal de Notícias de 26 de fevereiro de 1958

Conforme apresentado no texto acima a intenção das agremiações políticas, situacionistas e oposicionistas, de instituir uma aliança política, entre as coligações, não agradou o Senador Pedro Ludovico Teixeira, pois, não concordava com as exigências estabelecidas para o acordo, uma vez, que a oposição reivindicava tratamento igual para todos os partidos. Diante do argumento apresentado para a pacificação e apoio à candidatura de Sylvio de Mello ao cargo de governador, Pedro Ludovico não concordou com tais tratativas alegando

ser contra **pseudos pacificações**, termo usado por ele, em entrevista publicada no mesmo dia, no mesmo Jornal de Notícias.

**Pedro Ludovico Desafia o Governador
Desfeita e Humilhação na Recusa a Sylvio**

O Sr. Pedro Ludovico tinha muitas maneiras, usuais em política, de recusar a candidatura do sr. Sylvio de Mello. Preferiu a da humilhação pública ao amigo de trinta anos que sempre o apoiou e nunca lhe pediu nada. Preferiu o caminho da desfeita sem alternativas; o Sr. Sylvio de Mello tinha com ele uma entrevista marcada para as 16 horas. O sr. Pedro Ludovico adiou-a, designando outra hora: às vinte horas. Houve ligeira troca de impressões e um novo encontro foi aprazado para o dia seguinte às 11 horas no Palácio das Esmeraldas, à vista do Governador. Pouco depois, o senador Pedro Ludovico, visivelmente irritado, desfazia a reunião combinada. Liquidava violentamente com candidatura, ridicularizava a política de pacificação do governador e procurava atirar o sr. Sylvio de Mello ao escárnio público com a seguinte entrevista irradiada pela rádio Clube e que será comentada por nós nas edições subsequentes:

As 23 horas, quando toda nossa matéria já estava composta, e a certeza dos políticos de que hoje haveria o anunciado encontro do sr. Sylvio de Mello, seus companheiros, com o senador Pedro Ludovico Teixeira, para a discussão da pacificação, ouvimos o senador goiano, em sua residência sobre o assunto do dia. O senador Pedro Ludovico Teixeira foi incisivo, perguntado sobre a pacificação: A única coisa que eu tenho a dizer é que não me agradou em absoluto, a resposta da oposição, porque ela exige um tratamento igual para todos os partidos nesta possibilidade de pacificação a fim de que ela possa apoiar o sr. Sylvio de Mello. Declarei ao sr. Sylvio de Mello que não concordo absolutamente, mesmo por que eu sou, em princípio, contra essas pseudos pacificações.

Perguntado se ratificava as declarações dadas anteriormente à imprensa dizendo-se contrário à pacificação respondeu: Ratifico plenamente.

Qual seria o nome que o sr. indicaria para concorrer ao pleito, pelo P.S.D.?

Por enquanto não posso indicar nome, disse o sr. Pedro Ludovico.

O sr. Sylvio de Mello já tem a sua resposta com respeito à carta?

Eu ignoro, respondeu o senador goiano. Anunciava-se uma reunião para hoje entre V. Exa., o governador, o sr. Sylvio de Mello e os quatro elementos que o acompanham na sua viagem a Goiânia. Que nos diz da reunião?

Essa reunião eu penso que não vai mais se realizar, porque eu já tomei o meu ponto de vista: não concordo, em absolutamente, com a tal pacificação.

Precisam os nossos leitores fiéis maiores esclarecimentos?

Jornal de Noticias de 26 de fevereiro de 1958

Diante da declaração de Pedro Ludovico a respeito da carta, foi bem incisivo em sua posição, ao ponto de desmarcar a reunião que haveria de acontecer para tratar do assunto, uma vez que, já havia se posicionado contrário à tal pacificação. Frente a essa resposta, Sylvio de Mello se dirigiu ao povo goiano comunicando que de acordo com o

[...] exame do Senador Pedro Ludovico, o ilustre chefe do P.S.D. considerando inaceitáveis as condições exigidas, conforme os termos da sua entrevista concedida à Rádio Clube de Goiânia. Dada esta situação, uma vez que só admitira a indicação de meu nome como candidato de acordo tornando-se este impraticável, venho declarar que afasto em definitivo a minha candidatura, sem qualquer mudança de minha linha partidária (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1958, p. 01).

**Sylvio de Mello Desiste:
Comunicado ao Povo Goiano**

Há mais de dois meses, vejo-me apontado como provável candidato a Governador de Goiás, para o próximo período. Na segunda quinzena de dezembro, visitou-me o Senador Pedro Ludovico, em Morrinhos, a fim de comunicar-me o seu desejo de lançar a minha candidatura pelo Partido Social Democrático. Alegando motivos ponderáveis e justos declarei ao eminente chefe que não poderia aceitar aquela alta distinção.

Ulteriormente, porém, ilustres representantes do Partido Social Progressista e da União Democrática Nacional vieram trazer-me o seu apoio, dizendo-se convencidos de que só o meu nome, no momento, seria capaz de garantir a continuidade do clima de harmonia e cooperação ora reinante entre todas as agremiações políticas do Estado, em torno do governo, e acentuando que esse ambiente de paz e conjugação de esforços construtivos era indispensável para que Goiás aproveitasse excepcional oportunidade que a mudança da Capital Federal para o seu território vem oferecer à pronta realização de seus grandes destinos.

Em face da minha recusa, insistiram comigo para que não a fizesse definitiva, mas refletisse maduramente sobre o assunto, antes de dar uma resposta irrevogável.

Curvei-me a sua insistência, e, ainda não havia tomado qualquer decisão quando recebi uma desvanecedora missiva do honrado Governador José Ludovico de Almeida, instando para que aceitasse a minha escolha como candidato de conciliação. Concomitantemente com essas manifestações dos dirigentes partidários fui alvo de demonstrações de solidariedade do povo de Morrinhos e de vários amigos de todo o Estado.

Diante de tudo isso, acreditei que poderia de fato prestar uma útil contribuição para o entendimento de todos os goianos em vista de seus patrióticos ideais de prosperidade e grandeza.

Animado assim, do propósito de bem servir a causa da concórdia geral, comuniquei a minha nova atitude ao Senador Pedro Ludovico, ao Sr. Governador do Estado e aos próceres oposicionistas que me haviam trazido o apelo de suas agremiações partidárias.

As perceptivas de entendimento entre a situação e as correntes contrárias, que a princípio se afiguravam excelentes, com o desenvolver dos acontecimentos se revelaram confusas e menos lisonjeiras.

Estando muito próxima a reunião do Diretório estadual do Partido Social Democrático destinada a encaminhar as matérias que serão submetidas à convenção convocada para 12 de março, entre os quais figurou em primeiro plano a escolha dos candidatos a Governador e Vice-governador, resolvi, no intuito de esclarecer a situação, escrever aos dirigentes das forças oposicionistas, pedindo que apresentassem as condições do prometido apoio.

A carta em que vem consubstanciada a sua resposta já foi divulgada pelo rádio e pela imprensa.

Entregue por mim ao exame do Senador Pedro Ludovico, o ilustre chefe do P.S.D. considerou inaceitáveis as condições exigidas, conforme os termos da sua entrevista concedida ontem à Rádio Clube de Goiânia.

Dada esta situação, uma vez que eu só admitira a indicação de meu nome como candidato de acordo tornando-se este impraticável, venho declarar que afasto em definitivo a minha candidatura, sem qualquer mudança de minha linha partidária.

E, aproveitando o ensejo, quero agradecer a todos aqueles que pessoalmente, por telegrama ou carta, me afirmaram a sua solidariedade, e, faço ardentes votos para que o povo goiano eleja um governador à altura de seus gloriosos destinos.

(a) Sylvio Gomes de Mello

Goiânia, 25 de fevereiro de 1958.

Após comunicar o afastamento da sua candidatura ao cargo de governador do estado de Goiás, Sylvio de Mello, continua suas articulações políticas no decorrer dos anos, mantendo-se no posto de chefe político de Morrinhos. Conforme Fontes (1980) informa, ele “ocupou esse cargo até sua morte em fevereiro de 1974. Embora oficialmente, nos seus últimos anos de vida,

já havia se desligado da política”. (FONTES, 1980, p. 74).

4.2 Guilherme Xavier de Almeida e as Contingências de Poder

O contexto do grupo político de Morrinhos passou por um período de transição, desde o declínio do grupo do sul e a ascensão de Sylvio de Mello a chefe político local, essa reconfiguração de poder representou o início de uma nova fase de transformações para Morrinhos. Com a inserção estratégica de Sylvio de Mello ao partido situacionista do governo, a cidade recebeu vários benefícios no seu traçado urbano. Na política estadual, seu prestígio junto a Pedro Ludovico e outros líderes como Juscelino Kubitschek, consolidaram os laços e as características que, de certa forma, moldaram-se às conveniências e às necessidades políticas da administração pública.

Nesse enredo, o estado Goiás estava vivenciando o processo de mudança da Capital, para quem Chaul (2009, p. 100) debruça seus estudos ao apontar que Pedro Ludovico tinha nessa transferência a “esperança de progresso e estratégia de sobrevivência política”. Na mesma linha, o autor atribui a estratégia à:

[...] necessidade de projeção política de Pedro Ludovico Teixeira, por entre os embates políticos contrários à mudança da capital, conduzindo seus passos por entre a carência de verbas e a necessidade de investimentos. Assim, este símbolo maior da Marcha para Oeste, possibilitou o avanço capitalista para o interior do país, consolidando os planos político-econômicos de Vargas e Pedro Ludovico, legando-nos uma herança de agrário e urbano que permeia todo o processo sociocultural da capital e fundamentou a criação de símbolos capazes de traduzir sua heterogeneidade, capazes de construir, juntamente com a nova capital, a representação de sua face mais dinâmica, de sua existência mais justificada: a modernidade (CHAUL, 2009, p. 100).

Ademais, devemos acentuar que a mudança da Capital teve como pretexto o saber médico combinado com expressões políticas, conforme Chaul (2009) interpreta ao dissertar sobre a “utilização do saber médico como forma de controle político do Estado. Pedro Ludovico incorporou a problemática da higiene pública [...] e ao longo do seu governo o discurso médico ganhou destaque nas várias instâncias da vida pública de Goiás”. (CHAUL, 2009, p 186)

Sobre esta questão, Chaul (2009) analisa em seus estudos os fundamentos ideológicos empregados na analogia feita entre a medicina e a política ao citar que “sanear a sociedade significava, naquele momento, afirmar-se no poder”. (CHAUL, 2009, p 186)

Chaul (2009) completa seu pensamento ao relatar que “a mudança da capital passava ao seu significado mais global: um símbolo de ascensão ao poder, uma representação do progresso, do moderno, um divisor de águas entre o velho e o novo Goiás”. (CHAUL, 2009, p 204)

Entretanto, diante dos fatores apresentados Silva (2015) interpreta que no

[...] contexto de fins dos anos 30 e início da década de 40, havia um ingrediente político que apimentou essas reflexões intelectuais: a vigência do Estado Novo. Havia uma sintonia fina que modulava o discurso de Pedro Ludovico à ideologia estadonovista. Nesse sentido, muitas discussões travadas no IHGG também foram pautadas a partir de diretrizes estabelecidas pela política de Vargas, especialmente no tocante ao papel da Marcha para o Oeste no desenvolvimento brasileiro e de Goiás. Não podemos esquecer que a nova capital constituir-se-ia na materialização desse ideário valorizador do centro do país. Ademais, a própria visita do presidente Vargas a Goiânia, em 1940, demonstrou o interesse do mandatário em prestigiar essa “modernidade” nascente no sertão. (SILVA, 2015, p. 136).

Nesse sentido, o estudo de Chaul (2009) vai de encontro aos ensinamentos de Silva (2015) ao identificar que a Marcha para o Oeste¹¹ e a consolidação dos planos capitalistas de Vargas para a expansão do interior do país, materializavam-se na modernidade, com a construção da nova Capital. Essas condições fazem parte de

O imperativo maior, por certo, era de natureza capitalista e visava a uma maior inserção de Goiás no mercado econômico nacional, o novo centro político deveria ser capaz de dinamizar a economia do sul e sudoeste de Goiás. Concretizava-se a estratégia política de Pedro Ludovico Teixeira para se afirmar no poder e dar ao Estado de Goiás uma dimensão de modernidade que apagasse da memória as imagens de decadência e atraso. Cumpria-se, finalmente, mais uma etapa da Marcha para o Oeste, no processo de ocupação do Centro-Oeste do país. Goiânia representaria o trampolim para novos e arrojados projetos, como a Bélem-Brasília e a construção de uma nova capital federal (CHAUL, 2009, p. 216).

De acordo com Meira (2017), a maioria dos aspectos foram necessários para a mudança da paisagem goiana, principalmente no contexto de planos de grande porte que simbolizam as ideias urbanas que alimentam o imaginário de dirigentes e executivos, exercendo influência decisiva, como exemplo, podemos citar a construção de Goiânia na década de 1930, e de Brasília, na segunda metade da década de 1950.

Ao analisar a ação histórica que permeou a transferência da Capital, identificamos que além da Marcha para o Oeste e os planos capitalistas de Vargas para a expansão do interior do país, os discursos de modernidade e progresso usados para a construção da nova Capital, serviu de estratégia para Ludovico enfrentar os mandos e desmandos dos Caiado no seu reduto que era a cidade de Goiás (Capital), conjuntamente com os políticos do sul e do sudoeste do estado, articulou sua permanência política. Outrossim, Chaul (2009) atesta que

¹¹ A “Marcha para o Oeste” foi um programa lançado por Getúlio Vargas em 1940 como política territorial - criando territórios em áreas afastadas do Centro-Oeste e Norte do Brasil - e de povoamento, incentivando a migração em massa de populações destinadas a preencher o vazio demográfico do - sertão brasileiro. Esse programa lançou as diretrizes que, mais tarde, se tornaram políticas de Estado, com a construção de Brasília - Governo JK - e o estabelecimento de programas de comunicações e transportes destinados a ligar o interior do Brasil aos centros urbanos do Sudeste-Sul-Nordeste. Duas obras, entre várias, podem servir de base para uma análise mais profunda da Marcha para o Oeste. A primeira, de Cassiano Ricardo (1940), endossando a política integracionista do Estado Novo; a segunda, de autoria dos irmãos Orlando e Cláudio Villas Bôas (1995), que analisa a Marcha para o Oeste a partir da política indigenista. (MEIRA, 2017, p. 141)

Dentro dessa nova estratégia, Pedro Ludovico Teixeira resumia seus ataques às deficiências e ao marasmo da cidade de Goiás. Os ataques à velha capital, porém, não atingiam apenas a cidade decadente, mas também o centro de poder dos grupos políticos depositos. Atacar Goiás era uma forma de atacar os Caiado; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República. Paralelamente, armava-se uma sintonia com os anseios econômicos dos grupos políticos do sul e do sudoeste do Estado (CHAUL, 2009, p. 204).

Nota-se na interpretação de Chaul (2009) que

Goiânia seria o símbolo unificador dos grupos em ascensão, servindo, ao mesmo tempo, de plataforma política ao seu mentor contemporâneo. Significando, ainda, o processo de unificação do Sul e do sudoeste de Goiás em torno do poder representado por Pedro Ludovico Teixeira. Torna-se, desse modo, aceitável a afirmação de que antes de ser uma capital para Goiás, Goiânia seria uma capital para o sul e o sudoeste do Estado (CHAUL, 2009, p. 206).

E, nesse complexo cenário temporal de arranjos e rearranjos políticos em que Goiás estava inserido, Guilherme Xavier de Almeida¹² último descendente direto dos Hermenegildo a manter a tradição familiar na política, fora eleito pelo Partido Social Republicano de Goiás, à Assembleia Estadual Constituinte.

Figura 23: Guilherme Xavier de Almeida (c. 1936)



Fonte: Museu Antônio Corrêa Bueno

¹² Guilherme Xavier de Almeida nasceu em Morrinhos (GO) no dia 7 de fevereiro de 1910, filho de José Xavier de Almeida e de Amélia Augusta de Moraes e Almeida. Seu pai foi presidente de Goiás (1901-1905) e deputado federal (1905-1909). Iniciou seus estudos na Escola Pública de Morrinhos. Posteriormente cursou o Ginásio Diocesano de Uberaba e o de Ouro Preto, ambos no estado de Minas Gerais. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1932. Advogado e fazendeiro, foi juiz municipal em Caldas Novas (GO) de 1933 a 1934. Nas eleições de outubro de 1934 elegeu-se deputado à Constituinte estadual de Goiás na legenda do Partido Social Republicano, assumindo seu mandato em maio de 1935, ano em que também foi líder de seu partido. Deixou a Assembleia antes do término de seu mandato para assumir a prefeitura municipal de Morrinhos de 1936 a 1945. Nesse período, foi também tabelião do 1º Ofício de Morrinhos, além de colaborar em vários jornais de Goiás e do Triângulo Mineiro. Colaborou com o governador Pedro Ludovico Teixeira na construção de Goiânia, que viria a substituir Goiás Velho como capital do estado.” In: FGV/CPDOC. Op. cit., volume V, p. 6134.

Para Fontes (1980), a herança política e as relações familiocráticas garantiram o prestígio político de Guilherme Xavier de Almeida perante o poder central, bem mais que o percebido em outros chefes políticos locais. Nesse sentido

[..] o nome de Guilherme Xavier de Almeida foi incluído, sem nenhuma consulta, à chapa do Partido Social Republicano de Goiás, como candidato à Assembleia Estadual Constituinte. Guilherme não fez nenhuma campanha eleitoral e, mesmo assim, foi eleito. Pedro Ludovico Teixeira enfrentava sérios problemas a fim de tornar realidade à transferência da Capital do Estado para Goiânia e Guilherme, líder do governo, **teve naquela difícil fase papel decisivo com a inserção de um dispositivo na Constituição que determinava transferir a capital de Goiás para a cidade em construção** (FONTES, 1980, p.153. grifo nosso).

Sem apontar a origem de suas informações, provavelmente tendo como sustentação a tradição oral, Fontes (1980) aponta que Guilherme Xavier de Almeida teve um “papel decisivo com a inserção de um dispositivo na Constituição que determinava transferir a capital de Goiás para a cidade em construção”.

Entretanto, nas obras pesquisadas não encontramos nada que certifique essa informação. Os textos pesquisados em dissertações e livros apontam para a confecção de um anteprojeto para a transferência da Capital.

A partir dessa informação, buscamos aporte nas palavras de Jales Guedes Coelho Mendonça (2008) para quem ensina que houve

A criação de uma comissão de sete juristas, presidida pelo Secretário-Geral do Estado, foi o primeiro ato rumo à elaboração do produto final da Constituinte: a Constituição. O interventor nomeou Emílio Francisco Póvoa, Rodolfo Luz Vieira, Sebastião Fleury Curado, José Honorato da Silva e Sousa, Albatênio Caiado de Godoy e Dário Délio Cardoso, além de Claro Augusto Godoy (Secretário-Geral), membros do comitê incumbido de redigir o anteprojeto constitucional, a ser encaminhado ao Poder Legislativo (MENDONÇA, 2008, p. 100).

Segundo Mendonça (2008), houve vários questionamentos referentes à redação do artigo 4º que tratava da mudança da Capital do Estado, porém “as objeções intentadas não alteraram a disposição original. Quase seis meses depois de sua convocação, a comissão se desincumbe da tarefa, entregando o anteprojeto da Constituição ao interventor federal”. (MENDONÇA, 2008, p. 102)

Ainda segundo Mendonça (2008), com o anteprojeto entregue, o Congresso teve quatro meses entre a instalação e a elaboração da Carta Magna, ou seja, até o dia 14 de agosto de 1935. As normas internas emitidas pelo Presidente da Câmara regiam uma série de etapas para aprovação da Lei Maior. E, para facilitar o entendimento, o ritual foi dividido em 12 etapas.

O roteiro do projeto de transferência da capital na Assembleia de Goiás de 1935, foi submetido a um regulamento e, nesse percurso, Mendonça (2008) informa que

O regimento instituiu uma comissão de seis membros, responsável pela confecção de três projetos de Constituição a serem submetidos ao plenário. A eleição da chamada comissão constitucional foi precedida de polêmica, pois a minoria desejava indicar seus componentes sem a interferência dos pesserristas. Depois da apuração dos votos, os governistas sufragaram os deputados Antônio Raimundo Gomes da Frota, Felicíssimo do Espírito Santo Netto, Guilherme Xavier de Almeida, João de Abreu, Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior e Victor Coelho de Almeida (MENDONÇA, 2008, p. 104).

Após a escolha dos seis membros fez-se necessário uma nova reunião para nomear o presidente e o relator, segundo Mendonça (2008, p. 105) essa “comissão constitucional reuniu-se pela primeira vez no dia 14 de maio de 1935, elegendo, respectivamente, seu presidente e relator os parlamentares Gomes da Frota e Guilherme Xavier de Almeida”.

Com a comissão formada iniciou-se os trabalhos e novamente o artigo 4º que tratava da mudança da capital, volta a ser o assunto em pauta; diante dessa questão, em “três dias após ouvir Alfredo Nasser, Guilherme Xavier de Almeida lê sua justificação do § único do art. 4º, inserta no 1º Projeto de Constituição”. (MENDONÇA, 2008, p. 113). Guilherme Xavier de Almeida defende seu ponto de vista sobre a mudança da Capital do estado, conforme Mendonça (2008) reporta

O orador lê a sua justificação do art. 4º e seu parágrafo do Projecto de Constituição, refutando argumentos pelo sr. Alfredo Nasser produzidos em defesa da emenda nº 1. No decorrer da leitura do seu trabalho, é o orador aparteado pelo sr. Victor Coelho, **que defendendo o seu ponto de vista sobre a mudança da Capital do Estado, allega, além de outras allegações, a de que, precipuamente, se devem tomar medidas tendentes a encrementar a nossa produção e a desenvolver a propaganda das nossas riquezas naturais e das nossas possibilidades.** O sr. Xavier de Almeida, reportando-se ao trabalho que classifica de brilhante, lido pelo aparteante na sessão passada desta Assembléa, assegura que nunca se falou tanto a respeito ao Estado de Goyaz, quanto se fala agora; e que tal se deve, em grande parte, por ser, incontestavelmente, o maior factor a propaganda da mudança da sede do nosso Governo. [...] O sr. Xavier de Almeida termina a leitura do seu trabalho, sendo aplaudido pelos srs. deputados das duas bancadas (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, GOIÁS, p. 88 apud MENDONÇA, 2008, p. 113, grifos nossos).

Nessa leitura, a interpretação de Guilherme Xavier de Almeida manifesta-se “respeitosa à tradicional Vila Boa. Talvez por isso, acrescido de seu refinado trato pessoal, fora aclamado pelas duas bancadas, no instante em que aborda questão tão polêmica na Assembleia” (MENDONÇA, 2008, p. 114).

Diante dessa oratória, defendendo a mudança da Capital, regressamos à narrativa de Fontes (1980) para quem relatou que Guilherme Xavier de Almeida “teve naquela difícil fase papel decisivo com a inserção de um dispositivo na Constituição que determinava transferir a capital de Goiás para a cidade em construção” (FONTES, 1980, p.153).

Seria a inclusão do § único ao art. 4º o dispositivo mencionado por Fontes (1980)? Por falta de provas que comprovem essa informação, não podemos afirmar que seja esse o dispositivo. Entretanto, Mendonça (2008) faz a seguinte alusão referente a esse assunto

Não ousamos dizer que Xavier de Almeida pleiteara a inclusão do § único ao art. 4º na comissão constitucional, por faltar-nos provas. Contudo, o próprio acatamento da emenda protetora da capital pelo relator do projeto de Constituição indica, no mínimo, uma ausência de malquerença à cidade de Goiás, espírito nem sempre inato aos goianos do interior (MENDONÇA, 2008, p. 114).

No decurso constitucional, o “Art. 4º. e seu § único, que traz a consecutiva redação “Governo caberá o emprego de medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da séde atual” passa por alterações em seu esboço e, de § único passou a ser o 3º parágrafo do referido artigo conforme Mendonça (2008) apresenta

Redija-se o art. 4º da seguinte forma:

Art. 4º - A Capital do Estado será a cidade ora em construção no município de Campinas.

§ 1º - Fica marcado o prazo máximo de 2 annos, contados da data da promulgação desta Constituição, para a transferência da séde do Governo.

§ 2º - Enquanto não se der a transferência de que trata o § anterior, continuará o Governo em sua actual séde.

O § único do Art. 4º passará a ser o § 3º. (grifamos)

(Correio Official, Goiaz-Capital, 19 de junho de 1935, *apud* MENDONÇA, 2008, p. 114)

Na sequência dos ritos propostos pela comissão constitucional, o Artigo 4º sofreu novas modificações em sua redação, por meio de emendas constitucionais, as quais não abordaremos em sua íntegra por não ser relevante ao estudo proposto. No tocante ao Artigo 4º, Mendonça (2008) explica que “a resolução enquadrava o artigo da mudança nas disposições transitórias, tal qual ocorrera com a previsão similar da Constituição Mineira de 1891. Desse modo, ficava assim redigido o texto definitivo incorporado a Constituição:

Disposições transitórias [...]

Art. 5º - A Capital do Estado será a cidade ora em construção no município de Campinas.

§ 1º - Até que se realize a transferência, para o que se marca o prazo máximo de dois annos, contados da promulgação desta Constituição, o Governo continuará na sua séde actual.

§ 2º - Entretanto, antes que se efetue a mudança definitiva, o Governador poderá passar, na referida cidade em construção, seguida ou fracionadamente, o tempo julgado necessário ao incremento das obras, que ali se realizam, transportando o aparelho administrativo de mister ao desempenho de suas funções.

§ 3º - O Governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da cidade de Goiaz.

(MENDONÇA, 2008, p. 114)

(Correio Official, Goiaz-Capital, 1º de agosto de 1935, *apud* MENDONÇA, 2008 p. 123)

Entretanto, para o escritor Eurico Barbosa (1994), no ano seguinte à promulgação da Constituição, Pedro Ludovico enfrentou problemas com a “dissidência de três deputados governistas, em circunstâncias gravemente dimensionadoras dos problemas e dificuldades do governador. Nessa ocasião, Hermógenes Coelho deixara a Presidência da Assembleia Legislativa para assumir o governo, em virtude de licença de Pedro Ludovico. Com o afastamento temporário do Presidente do Poder Legislativo, assume seu lugar o deputado Taciano Gomes de Mello. Na condição de governador em exercício, procurou dar andamento nos projetos de interesse do governo, entretanto, os deputados de oposição vedavam qualquer medida que beneficiasse a mudança da capital. (Barbosa, 1994, p. 44)

Nesse percurso, Barbosa (1994) destaca nas palavras de Jaime Câmara “A preocupação maior, contudo era a posição do Poder Judiciário, que, se mantendo afastado da luta política, não dava a menor demonstração em favor da mudança” (Barbosa, 1994, p. 44).

Diante desse assunto, “o governador em exercício sugere e obtém do deputado Guilherme Xavier de Almeida a apresentação de um projeto de lei criando condições para a mudança do Tribunal” (Barbosa, 1994, p. 44).

No entanto, Barbosa (1994) explica que o projeto de lei proposto não altera a posição do Judiciário, que se opõe à transferência da capital para Goiânia, a menos que sejam estabelecidas condições mínimas. Diante dessa proposta, Ludovico se opôs e reiterou a intenção do governo de aprovar alternativas que eliminassem do judiciário os benefícios oferecidos.

De igual maneira Chaul (2009) corrobora na interpretação de Barbosa (1994) ao relatar a participação de Guilherme Xavier de Almeida no processo de transferência da capital pelo que explica em seus estudos que

Quando os ânimos políticos pareciam mais calmos, Pedro Ludovico Teixeira solicitava, em abril de 1936, um afastamento à Assembleia para cuidar de problemas de saúde. O governador interino, Hermógenes Coelho, seguindo Pedro Ludovico Teixeira, também se afastou diante das complicadas finanças estaduais, assumindo o governo o deputado Taciano Gomes de Mello. Para complicar ainda mais a difícil fase de negociações da mudança definitiva da capital, o deputado Guilherme Xavier de Almeida apresentou um projeto político criando condições especiais para o funcionamento do poder judiciário em Goiânia. A oposição batia na tecla de que eram necessários pelo menos dois anos para construir os prédios que abrigariam o Poder Judiciário. Pedro Ludovico Teixeira, diante de tais fatos, retomou o controle político do Estado disposto a pôr um fim aos problemas que cercavam a transferência definitiva da capital (CHAUL, 2009, p. 216).

Nesse complexo contexto político, Chaul (2009), assim como Barbosa (1994), fez uma idêntica interpretação, ao relatar o posicionamento de Pedro Ludovico para resolver o problema com o Judiciário, conforme ele disserta

Pedro Ludovico convocou a bancada e a orientou no sentido de apresentar um substitutivo ao projeto de Guilherme Xavier de Almeida, retirando todos os itens que

favoreciam os desembargadores. O substituto determinava, ainda, a data de 20 de dezembro de 1936 para a mudança definitiva da capital. A transferência era extensiva ao poder judiciário como um todo e fora entendida como uma resposta do Governo à morosidade e à protelação da justiça em relação à mudança definitiva da capital (CHAUL, 2009, p. 216-217).

A interseção de Pedro Ludovico para solucionar esse assunto, ocasionou uma guerra entre os Poderes Executivo e o Judiciário. Como forma de represália, o Judiciário retoma o processo de denúncia, protocolado pela oposição referente à irregularidade nos mandatos de Guilherme Xavier de Almeida, Taciano Gomes de Mello e Vasco dos Reis. A alegação dessa denúncia é fundamentada conforme Chaul (1988) reporta em que

Nenhum deputado, desde a expedição de seu diploma, podia celebrar contratos com a administração federal, estadual e municipal. Segundo os denunciantes, tal infração fora cometida, uma vez que os citados deputados tinham feito contratos de compromisso de compra e venda de terras na cidade de Campinas, após terem recebido seus diplomas. Assim, dez dias após a apresentação do substitutivo, o Tribunal Eleitoral acatava o pedido de cassação dos três deputados situacionistas (CHAUL, 1988, p. 146).

Corroborando com as palavras de Chaul (1988), Eurico Barbosa (1994) acrescenta que diante de uma proporção tão elevada de problemas políticos, também existem problemas relacionados com a justiça. Pedro Ludovico viu nessa ocasião a revogação da representação de três legisladores de sua bancada - Guilherme Xavier de Almeida, Taciano Gomes de Mello e Vasco dos Reis. Esse ato de hostilidade contra seu governo foi peticionado pelo suplente de deputado estadual, Sebastião Gonçalves.

No tocante a esse assunto, José Afonso Barbosa (2017) apresenta uma segunda versão para a cassação do mandato de Guilherme Xavier de Almeida; para ele, o TRE, acatou a denúncia e a julgou procedente pelo fato dele “acumular os dois cargos, o de prefeito e o de deputado estadual. Taciano Gomes de Mello e Vasco dos Reis também deputados pelo seu partido, o PSR, tiveram seus mandatos cassados pelo mesmo motivo, acúmulo de cargos”. (BARBOSA, 2017, p. 253), tendo como sustentação para suas palavras a seguinte citação

O deputado Xavier de Almeida pediu a palavra e produziu sua brilhante defesa, falando durante 65 minutos. O orador sustentou a faculdade do deputado de exercer o cargo de prefeito sem perda do mandato, desde que o exercício não seja simultâneo afirmando que a Constituição Estadual como a Federal não o vedou, tecendo considerações sobre comentários dos mais eminentes constitucionalistas do país, ao nosso estatuto político, dando-o como cópia fiel da Constituição de 91, na parte que fazia objeto dos autos e pela qual era facultado ao deputado exercer o cargo de prefeito, cargo esse que não poderia ser considerado legislativo e fora, portanto, da exceção estabelecida pela Constituição Federal e Estadual. O orador, que fez com inexecdível brilhantismo sua defesa, criticou a petição do suplente Sebastião Gonçalves, pedindo que a mesma não fosse tomada em consideração. Sua bela oratória, contudo, não surtiu o efeito esperado (CÂMARA, 1967 *apud* BARBOSA, 2017, p. 253-254).

Após a incidência de ter seu mandato cassado, Guilherme Xavier de Almeida regressou à política sendo

Eleito Deputado Federal, ocasião em que teve papel importante na mudança da Capital brasileira: por sugestão do Deputado Diógenes Magalhães, redigiu e apresentou uma emenda suprimindo, das Disposições Constitucionais Transitórias, as palavras “entre os rios Grande e Paranaíba”, referentes ao local da futura Capital federal. Isso possibilitou que mais tarde o sítio onde se localizaria Brasília fosse no planalto goiano e não no Triângulo Mineiro (FONTES, 1980, p. 153).

E por fim Fontes (1980, p. 153) informa-nos que Guilherme Xavier de Almeida saiu candidato, em 3 de outubro de 1950, não logrando êxito, ficando como primeiro suplente. Logo foi conduzido à vaga, isso, pela morte do titular, Plínio Gayer, fato que fez com que cumprisse o mandato até o final. Em 1955, retorna a Morrinhos e passa a dedicar-se às suas propriedades rurais, como fazendeiro e também como tabelião, encerrando assim sua vida na política.

5 CONCLUSÃO

A produção deste texto, teve como objetivo analisar os pressupostos políticos da História de Goiás, com destaque para a História Política de Morrinhos. Tendo como ponto de partida o estudo da terminologia Revolução, empregada para conceituar os movimentos armados em certos períodos da história. Nessa investigação, entre o uso do termo Golpe ou Revolução, optamos por empregar, no decorrer da elaboração desse escrito, o termo Revolução, tendo como aporte teórico o embasamento científico de historiadores e pesquisadores da historiografia goiana, como Luís Palacín, Maria Augusta de Sant'Anna Moraes, Ana Lucia Silva, Marilena Julimar Aparecida Fernandes que defendem o uso dessa expressão para caracterizar os levantes armados da época. E, no tocante a essa análise, concluímos que a Revolução de 1930, revolta armada organizada pelas oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba contra o governo vigente, embora não tenha ocorrido diretamente em Goiás, trouxe transformações para o Estado.

O debate desta pesquisa tomou corpo ao abordar as mudanças políticas no estado de Goiás a partir do movimento de 1930, em que Getúlio Vargas, liderando um grupo composto por políticos, militares e civis de estados do sul e nordeste, contrapôs-se aos resultados eleitorais, tomando o poder e, instalando aliados no governo dos estados como foi feito em Goiás, em que o político Pedro Ludovico, tornou-se membro da Junta Interventora e, em seguida, o Governador Interventor do Estado.

Nesse segmento, o processo revolucionário além de ter representado o declínio do período oligárquico com o início do projeto de modernização do Estado, cujo suporte advindo da liderança ideológica de Pedro Ludovico, agregado à política de Vargas, inseriu Goiás no plano de desenvolvimento do país através da construção de Goiânia e da Marcha para o Oeste.

Dentro da proposta de pesquisa, trouxemos investigações sobre a forma como a conjuntura política dos movimentos de 1930, no Brasil e em Goiás, impactaram o equilíbrio de poder no município de Morrinhos. Ao discorrermos sobre essa temática utilizamos, uma vez mais, de pressupostos extraídos das narrativas de pesquisadores e escritores que voltaram seus estudos para a construção da história local.

Dando ênfase na pesquisa da história política de Morrinhos, constatamos que a reconfiguração de poder, instituída a partir do movimento de 1930, estabeleceu mudanças na reestruturação política do estado, consolidando a organização a partir da capital que coordenava as relações e alianças entre os municípios.

Para Morrinhos, essa reformulação representou a ascensão de um grupo secundário tendo como líder Sylvio Gomes de Mello, que além de reestabelecer a ordem política local, articulou vantagens políticas, filiando-se à Aliança Liberal e estreitando laços com Pedro Ludovico.

Nesse processo de reconfiguração de poder, investigamos também a participação de Guilherme Xavier de Almeida, figura emergida das relações de poder político, cuja atuação política no processo de transferência da capital e na elaboração da nova Constituição Estadual foi substancial. Nessa pesquisa, evidenciamos que o prestígio remanescente de sua herança política e as relações familiocráticas mantidas desde o período oligárquico, contribuíram na construção do vínculo político com Pedro, garantindo-lhe uma posição de destaque no cenário político, local e estadual.

O eixo principal de análise desse estudo foi a reconfiguração de poder em Morrinhos por meio de rearranjos políticos, tendo como sustentação para essa nova fase o processo ideológico de desenvolvimento, progresso e modernização na política do Estado. E, para além disso, essa pesquisa constatou manifestações políticas associadas a grupos familiocráticos que articulavam maneiras de permanecer no poder e os mecanismos que emergiram dessa prática.

Essa exercitação delineou as esferas políticas, econômicas e sociais aproximando e colocando Morrinhos em evidência no cenário estadual, que estava em processo de desenvolvimento e modernização, mais uma vez consumado com a construção de Goiânia – a Nova Capital do Estado.

Ao longo dessa dissertação, corroboramos as tentativas de mudança política tanto em nível estadual, quanto local, evidenciando o fim do período oligárquico e o surgimento do Estado Novo. Essa análise permitiu-nos constatar que o regime familiocrático e a representação dos coronéis, no uso do mandonismo, permaneceu mesmo após o processo revolucionário, passando apenas por um processo de reconfiguração de poder, em que as articulações e os rearranjos políticos garantiram os interesses pessoais e a permanência no poder.

Assim, após entendermos a relevância de tais apontamentos dessa pesquisa, pudemos acompanhar que, na segunda sessão, os reflexos da revolução de 1930 em Goiás abarcou transformações políticas, econômicas e sociais no período. Tendo como pressupostos a conjuntura política no estado de Goiás, na República Velha (1889-1930), marcada pela dominação dos coronéis e oligarquias mais influentes. Nesta perspectiva, os Bulhões-Jardim, como modelo de coronelismo urbano, detiveram o poder econômico da terra, dominando a política em Goiás, desde o final do Império até por volta de 1912, quando os Caiado chegaram

ao poder, com a derrocada dos Bulhões, governando até 1930, momento em que Pedro Ludovico Teixeira assumiu como Interventor de Goiás, indicado por Vargas.

Na terceira sessão, relacionamos a conjuntura política dos movimentos de 1930, no Brasil e em Goiás, com as mudanças de poder no município de Morrinhos. Nessa perspectiva, analisamos a estrutura estabelecida pelos Lopes de Moraes e sua atuação política. Identificamos os laços familiares e parentais estendidos até Pedro Nunes da Silva, que administrava os comércios locais do grupo do sul, chegando a ser chefe político do município e coronel. Esse mandonismo, encontrou sustentação nos estudos como forma de assegurar a extensão política na projeção dos filhos, como foi o caso de Hermenegido Filho que teve grande projeção política, ao se tornar Senador e, de igual maneira, seu irmão Alfredo Lopes de Moraes ao se tornar governador. Nesse seguimento, ressaltamos a inserção de José Xavier de Almeida ao clã dos Lopes de Moraes por laços matrimoniais visando fortalecimento e prestígios políticos. Seguindo a linha cronológica dos acontecimentos, abordamos o declínio do grupo do sul com a renúncia de Alfredo Lopes de Moraes, e a ascensão de chefes políticos locais como o coronel Fernando Barbosa, que esteve à frente da chefia política de Morrinhos por um breve período de tempo, momento em que Sylvio Gomes de Mello filia-se à Aliança Liberal e assume como novo líder político de Morrinhos.

Na quarta sessão, abordamos o contexto político de Morrinhos a partir da nova conjuntura política, ao interpretar a reformulação e os rearranjos políticos feitos após 1930, com o governo estadual buscando mapear os personagens envolvidos e o que isso significou em termos de importância política para o município, no quadro geral da política estadual. Ao examinar a atuação de Sylvio Gomes de Melo como novo chefe político de Morrinhos após 1930, que organizou a política local em torno de si, mas, não necessariamente, rompendo totalmente com o grupo anterior e Guilherme Xavier de Almeida que usou das relações de poder para manter laços e características que, de certa forma, amoldam às conveniências e às necessidades políticas da administração pública.

Por fim, acreditamos ter contribuído na construção de mais um trecho da história local, até então não pesquisado por outros historiadores e/ou pesquisadores. O extenso levantamento documental, as leituras com afinco e as interpretações contribuíram para que fosse possível registrar nesse texto, uma nova perspectiva de compreensão da história política de Morrinhos, após o movimento de 1930 e a ascensão da nova ramificação política, à hegemônica abordagem até aqui produzida, embora com lacunas abrem caminhos para que seja investigado novos períodos e temáticas, necessárias ao registro historiográfico da cidade.

6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

I. FONTES:

Acervos Consultados:

Arquivo Histórico Estadual de Goiás (Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira) – Goiânia (GO).

Arquivo do Museu Antônio Correia Bueno – Morrinhos (GO).

Biblioteca Municipal "Professor Jose Candido" – Morrinhos (GO).

Periódicos:

Revista da XIV Festa de Arte de Morrinhos – Morrinhos (GO), 1982.

Jornal de Notícias - Ano II – Goiânia (GO), 1958.

Fontes Bibliográficas:

BARBOSA, Eurico. **Pedro Ludovico: A Mudança Revolucionária**. Goiânia: CERNE, 1994.

BARBOSA, José Afonso. **Na trilha do passado – Um Olhar Sobre a História de Vila Bela**. Goiânia: Kelps, 2017.

_____. **Triângulo da História – Subsídios para a História de Morrinhos**. 2 ed. Goiânia: Kelps, 2015.

FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos de Capela a Cidade dos Pomares**. Goiânia: Oriente 1980.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. Goiânia: Ed. Cultura Goiana, 1973.

VIEIRA, Bruno José - **Morrinhos ao Som da Lira**, Goiânia: Oriente, 1974.

II. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

AMORIM, Eron Meneses. **Morrinhos: Coronelismo e Modernização (1889-1930)**. Goiânia: Kelps, 2015.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas - Introdução, Organização e Seleção** - Sergio Miceli. - 5. ed. - São Paulo: Perspectiva. 2004.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**, 2ª edição, Editora Vieira, Goiânia, 2003.

CHAUL, Nars Fayad. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988. Coleção Documentos. Goiânia nº 17.

_____. **Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade.** Goiânia: Cegraf, 1997.

DE DECCA, Edgard. **1930: O Silêncio dos Vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

DOSSE, François. **A História em Migalhas - Dos Annales à Nova História.** São Paulo: Editora ensaio - Editora da Unicamp. 2ª reimpressão, 1994.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930.** História e historiografia. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. O Coronelismo no Estado de Goiás (1889 – 1930) As Construções Feitas do Fenômeno pela História e Literatura. In: CHAUL, Nasr Fayad (Coord.). **Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e famílias.** Goiânia: Kelps, 1998.

FREITAS, Lena Castelo Branco de. **Poder e Paixão: A Saga dos Caiado.** Goiânia: Câne Editorial, 2009. v 1 e 2.

GOMES, Luís Palacín. et all. **História Política de Catalão.** Goiânia: Editora da UFG, 1994. Coleção Documentos Goianos, 26.

_____. **Quatro tempos de ideologia em Goiás.** Goiânia: CEME, 1986

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LEAL, Oscar. **Viagem às Terras Goianas,** Coleção Documentos Goianos, Editora da UFG, 1980.

MACHADO, Iris Rezende. **Pedro Ludovico, A Saga da Construção de Goiânia no coração do Brasil.** Brasília. Ed. Senado Federal. 2001.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história.** Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente: Da Industrialização Restringida à Internacionalização.** In: LINHARES, Maria Yedda et ali. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MEIRA, Júlio Cesar. **Reformulação Urbana no Brasil do Século XX: Análise dos Discursos de Progresso e Modernização em um Município do Sul de Goiás (1950-1970).** Curitiba: CRV, 2019.

MELO. Andrey Oliveira. et all. **Morrinhos: Economia e Política (1870-1970).** Goiânia: Kelps, 2014.

MEIRELLES, Domingos. **1930: Os órfãos da Revolução.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

PALACIN, Luiz. MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972).** 6ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

RÉMOND, René. (org.). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro : Editora UFRJ, Editora FGV, 1996.

ROSA, Joaquim - **Por Esse Goiás Afora,** Livraria e Editora Cultura Goiana, 1974.

- ROSA, Virgínio Santa. **Que foi o Tenentismo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás.** Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1963.
- TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930**, a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato.** São Paulo; HUCITEC, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura.** Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo; Cia das Letras, 1989.
- WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Teses:

- ESTEVAM, Luis Antônio. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica na Formação Econômica de Goiás.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. - Campina/SP: 1997.
- FERNANDES, Marilena Julimar. **Pedro Ludovico Teixeira X Antônio (Totó) Ramos Caiado: Memórias, Ressentimentos, Esquecimentos e Silêncios (1930-1970).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás - 2013.
- MEIRA, Júlio Cesar. **Ideias de Progresso e Modernização: Projetos de (re)urbanização do Município de Morrinhos/GO (1950-1970)** - Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia: 2017.
- MELLO, Sylvio Gomes de. **Da percussão Abdominal (Segundo o Methodo de Sigaud).** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1915.
- OLIVEIRA, Hamilton Afonso. **A Construção da Riqueza no Sul de Goiás (1850-1910).** 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp048488.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2013.
- SOUZA, Rildo Bento de. **"A História não perdoa os fracos": o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.
- SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o "fazer histórico": uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990)** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. Goiânia, 2015.
- PEREIRA, Sebastião Lázaro. **De Fazendeiros e Agronegocistas: Aspectos do Desenvolvimento Capitalista em Goiás.** Tese - Pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo: 2006.
- Dissertações:**

FERNANDES, Marilena Julimar. **Percursos de Memórias: A Trajetória Política de Pedro Ludovico Teixeira**. História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia /2003

FONSECA, Maria Lúcia. **Coronelismo e Mandonismo Local - Morrinhos (1889/1930)** – Tese de Mestrado - Universidade Federal de Goiás. Goiânia- GO: UFG, 1997.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o Mudancismo Condicionado**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História. Goiânia, 2008.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. **História Política de Goiás: A Dinâmica do Desenvolvimento: 1945 a 1964**. Universidade Federal de Goiás - UFG. GOIÂNIA. 2000.

PONTES, Fábio Souza. **A Revolução de 1930 e a Industrialização na Era Vargas (1930-1939)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Economia - Monografia de Bacharelado. Rio de Janeiro; 2015.

Artigos:

CHAUL, Nasr Fayad. **Goiânia: A Capital do Sertão**. Revista UFG /Junho 2009 / Ano XI nº 6

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Gênese Regional da “Revolução de 30**. Publicado na Revista Estudos Econômicos, São Paulo, v.29, n. 1, 1999, p.113-27.

MACIEL, David. **Goiás e a Questão da Modernidade: Entre A Ideologia do Progresso e o Estado Autoritário**. História Revista, v. 2 n. 2 - 53-76 jul./dez., 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, Rio de Janeiro, n. 04, 1978.

SANDES, Noé Freire. ARRAIS, Cristiano Alencar. **A Historiografia Goiana Entre Dois Tempos: Goiás e Goiânia**. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 399-414 - jan./jun. 2014.

SILVA, Genilder Gonçalves da. MELLO, Marcelo de. **A Revolução de 1930 e o Discurso da Ruptura: Goiânia e a Marcha Para O Oeste**. Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez. 2013.

SOUZA, Rildo Bento de. **Os Usos do Passado na Escrita de Si: A Memória da Revolução de 1930 em Goiás na Autobiografia de Pedro Ludovico Teixeira**. Revista Expedições, Morrinhos/GO, v. 9, n. 4, set./dez. 2018 – ISSN 2179-6386 Dossiê: Tópicos em História e Historiografia Goiana.

SOUZA, Rafael Policeno de. **A Coluna Prestes: Uma Abordagem Necessária**. Revista **Historiador** Número 03. Ano 03. Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>